

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

UMA CARTOGRAFIA DA FOME NO BRASIL: UM ESTUDO DA *GEOGRAFIA DA FOME* (1946), DE JOSUÉ DE CASTRO, E DOS DADOS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR DA PNAD (2004)

Cleder Fontana

Rio Grande, R.S, 2009

Cleder Fontana

UMA CARTOGRAFIA DA FOME NO BRASIL: UM ESTUDO DA *GEOGRAFIA DA FOME* (1946), DE JOSUÉ DE CASTRO, E DOS DADOS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR DA PNAD (2004)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Rosa Elena Noal

Rio Grande, R.S, 2009

Banca examinadora

Prof^a. Dr^a. Rosa Elena Noal

Prof^o. Dr. Gomercindo Ghiggi

Prof^a. Dr^a. Rosangela Lurdes Spironello

Prof^o. Dr. Sandro de Castro Pitano

AGRADECIMENTOS

À Professora Rosa Noal pela orientação e disposição, eliminando dúvidas e permitindo que me expressasse. Ao Professor Sandro Pitano por ter participado desde as primeiras linhas do anteprojeto que resultou nesta dissertação. Para ambos pela amizade e presença, assim como pelo incentivo em todos os momentos de minha trajetória acadêmica.

Aos professores(as) Susana Veleda, Gomercindo Ghiggi, Nelson Rego, Rosângela Spironello e Sandro Pitano por, entre seus afazeres, terem aceito participar das bancas, pelas contribuições.

Aos professores, colegas e amigos com que estive durante a realização do curso, pelas opiniões, dicas e tensões divididas, especialmente, ao amigo Jorge.

Para, como outrora chamávamos, “os da Conde”, colegas de moradia destes tempos, pelos risos que aliviaram as tensões de trabalho e estudo. Ao Jucenir, pelo apreço que, entre as longas explicações, construiu-se.

Aos amigos e irmãos, Fernando, Leocemar, Adilson, Marcelo, Tauê, Ivan e Alejandro, pelas ajudas e motivos que deram e dão para encarar ou não esta vida de frente. Nestas páginas, estamos presentes.

Aos Ferreiras, que começaram a fazer parte de minha vida durante a realização deste, pelos afetuosos dias convividos. Com um carinho especial à Laura, por seu companheirismo e suas discussões, nas quais expressa idéias e formas de ver e pronunciar o mundo que tanto instigam meus pensamentos.

Aos Fontanas e achegados. Aos pequenos, pelas suas formas de interagir com o mundo pois, sempre que estamos juntos, remetem-me a Saint-Exupéry quando disse que “as pessoas grandes não compreendem nada sozinhas, e é cansativo, para as crianças, estar toda hora explicando”. As irmãs Sandra, Jussara e Rubieli pelos exemplos de força sem desânimo em meio às dificuldades. A mãe e ao pai pelo incentivo e irrestrito apoio às minhas decisões, pelos exemplos de vida e de doação. A todos por saber que, apesar da distância, somos uma lida só.

O BICHO

*Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.*

*Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.*

*O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.*

O bicho, meu Deus, era um homem.

Manuel Bandeira

RESUMO

FONTANA, Cleder. **Uma cartografia da fome no Brasil: Um estudo da *Geografia da fome* (1946), de Josué de Castro, e dos dados de insegurança alimentar da PNAD (2004)**. 2009. 150f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS.

O objetivo desta dissertação é representar, através da cartografia temática, o fenômeno da fome no ano de 2004, resgatando a importância e atualidade da *Geografia da fome* e apresentando os dados da PNAD 2004. Para isso, recorre-se ao principal escrito sobre o tema, a obra *Geografia da fome* (1946), de Josué de Castro; aos dados de insegurança alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2004), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e à cartografia temática. A partir de uma releitura da *Geografia da fome*, propõe-se um estudo dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Esses dados, através da cartografia temática, resultam na construção de 15 mapas temáticos, os quais fornecem um panorama da espacialidade da fome no território brasileiro. Da análise dos mapas, em termos relativos e absolutos, observa-se uma grande incidência da fome na população brasileira, sobretudo, nas Grandes Regiões Norte e Nordeste. Já em números, exclusivamente absolutos, a Região Sudeste, economicamente considerada a mais rica do Brasil, apresenta uma grande população em insegurança alimentar. As Regiões Sul e Centro-Oeste, tanto em termos absolutos, quanto relativos, apresentam valores amenos. Enquanto esforço da análise, entende-se que a fome está atrelada a um modelo de organização social que implica em restrições materiais, impedindo a exteriorização da própria condição humana, o que leva a particularidades históricas e diferentes manifestações geográficas.

Palavras-chave: Geografia. Cartografia. Fome no Brasil. Josué de Castro.

ABSTRACT

FONTANA, Cleder. **Uma cartografia da fome no Brasil: Um estudo da *Geografia da fome* (1946), de Josué de Castro, e dos dados de insegurança alimentar da PNAD (2004)**. 2009. 150f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS.

The objective of this dissertation is to represent, through thematic cartography, the phenomenon of hunger in the year of 2004, retrieving the present importance of *The Geography of Hunger* and presenting data of PNAD 2004. For this it uses the main writing on the subject, the book *Geography of Hunger* (1946), Josué de Castro, the data (in) food safety from the National Household Sample Survey (2004), the Brazilian Institute of Geography and Statistical and thematic mapping. From a rereading of the *Geography of Hunger*, it is proposed a study of data from the National Household Sample Survey. These data, through the thematic mapping, results in the construction of 15 thematic maps, which provide an overview of the spatiality of hunger in Brazil. From the analysis of the maps, in relative and absolute terms, there is a high incidence of hunger in the Brazilian population, especially in the Great North and Northeast regions. Back in numbers, exclusive, absolute, the Southeast region, economically considered the richest of Brazil, has a large population suffering from hunger. The South and Midwest regions, both in absolute and relative values have mild values. As an analyze, that means that hunger is linked to a model of social organization involving material restrictions, preventing the expression of the human condition, which leads to historical peculiarities and different geographical events.

Keywords: Geography. Cartography. Hunger in Brazil. Josué de Castro.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Brasil: População em insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar – Grandes Regiões – 2004.....	90
Mapa 2 – Brasil: População em insegurança alimentar – Unidades da Federação – 2004.....	91
Mapa 3 – Brasil: População em insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar – Unidades da Federação – 2004.....	92
Mapa 4 – Brasil: População em insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar, segundo sexo (homens) – Grandes Regiões – 2004.....	97
Mapa 5 – Brasil: População em insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar, segundo sexo (mulheres) – Grandes Regiões – 2004.....	98
Mapa 6 – Brasil: População em insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar, segundo situação do domicílio (urbana) – Grandes Regiões – 2004.....	101
Mapa 7 – Brasil: População em insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar, segundo situação do domicílio (rural) – Grandes Regiões – 2004.....	102
Mapa 8 – Brasil: População em insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar, segundo cor ou raça (branca) – Grandes Regiões – 2004.....	107
Mapa 9 – Brasil: População em insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar, segundo cor ou raça (preta ou parda) – Grandes Regiões – 2004.....	108
Mapa 10 – Brasil: População em insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar, por classe de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (até 1/4 do salário mínimo) – Grandes Regiões – 2004.....	111
Mapa 11 – Brasil: População em insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar, por classe de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo) – Grandes Regiões – 2004.....	112
Mapa 12 – Brasil: População em insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar, por classe de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (mais de 1/2 a 1 salário mínimo) – Grandes Regiões – 2004.....	113
Mapa 13 – Brasil: População em insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar, por classe de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (mais de 1 a 2 salários mínimos) – Grandes Regiões – 2004.....	114

Mapa 14 – Brasil: População em insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar, por classe de rendimento mensal domiciliar *per capita* (mais de 2 a 3 salários mínimos) – Grandes Regiões – 2004.....115

Mapa 15 – Brasil: População em insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar, por classe de rendimento mensal domiciliar *per capita* (mais de 3 salários mínimos) – Grandes Regiões – 2004.....116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil: População residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar – Grandes Regiões – 2004.....	68
Tabela 2 – Brasil: População residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar – Unidades da Federação – 2004.....	69
Tabela 3 – Brasil: Domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar – Grandes Regiões – 2004.....	70
Tabela 4 – Brasil: Domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar – Unidades da Federação – 2004.....	71
Tabela 5 – Brasil: População residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar, segundo sexo - Grandes Regiões – 2004.....	72
Tabela 6 – Brasil: População residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar, segundo situação do domicílio – Grandes Regiões – 2004.....	73
Tabela 7 – Brasil: População residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar, segundo cor ou raça – Grandes Regiões – 2004.....	74
Tabela 8 - Brasil: População residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar, por classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> – Grandes Regiões – 2004.....	75

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapas das áreas alimentares do Brasil.....	42
Figura 2: Mapas das principais carências existentes nas diferentes áreas alimentares do Brasil.....	43
Figura 3: Relação entre objetos.....	80
Figura 4: As seis modulações visuais sensíveis.....	80
Figura 5: As variáveis visuais.....	81
Figura 6: Histograma para elaboração de classes da legenda.....	86
Figura 7: Histograma indicando as classes da legenda.....	86
Figura 8: Legenda.....	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASCOFAM – Associação Mundial de Luta Contra a Fome

CID – Centro Internacional para o Desenvolvimento

EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

IA – Insegurança alimentar

IAG – Insegurança alimentar grave

IAL – Insegurança alimentar leve

IAM – Insegurança alimentar moderada

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC – Instituto Cidadania

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SA – Segurança alimentar

USDA – United States Department of Agriculture

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 FOME: UM POUCO DO QUE SE DISSE, O QUE SE DIZ.....	25
2 JOSUÉ DE CASTRO E A GEOGRAFIA DA FOME.....	35
2.1 Josué: o homem e a obra	35
2.2 Os olhos, o móbil do prurido	37
2.3 A Geografia da fome	39
2.3.1 A Área amazônica.....	43
2.3.2 A Área do Nordeste Açucareiro.....	48
2.3.3 A Área do Sertão do Nordeste	55
2.3.4 As Áreas de Subnutrição: Centro e Sul.....	60
3 A PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD) E A CARTOGRAFIA TEMÁTICA	62
3.1 Os dados da PNAD 2004: Segurança e insegurança alimentar no Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.....	67
3.2 A cartografia temática.....	76
3.2.1 A Geografia e a Cartografia	76
3.2.2 A Cartografia Temática	78
3.3 PNAD e Cartografia Temática: Organização e construção dos mapas	82
4 CARTOGRAFIA DA FOME NO BRASIL: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS MAPAS	88
4.1 Insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar no Brasil	89
4.2 Insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar segundo sexo ...	95
4.3 Insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar segundo situação do domicílio	100
4.4 Insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar segundo cor ou raça.....	105
4.5 Insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar segundo classes de rendimento domiciliar <i>per capita</i>	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.....	136
APÊNDICES	141
ANEXOS	148

INTRODUÇÃO

A curiosidade de estudar Josué de Castro antecede esta pesquisa e surgiu, sobretudo, de uma afirmação de Moraes (1997), onde comenta que Josué fez parte de uma geografia da denúncia e, assim, teria influenciado nas mudanças de concepções do conhecimento geográfico na segunda metade do século XX. Do estímulo a esta curiosidade “nasceu” o que agora se apresenta em forma de dissertação, entretanto, o estímulo foi além de Josué e propôs um estudo da pesquisa suplementar de segurança alimentar (SA), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Naquele momento, o maior desafio consistia no uso da cartografia temática como ferramenta de representação, registro e análise de dados geográficos. Assim, esta pesquisa pretende construir uma totalidade que dialoga com estes três “mundos”: Josué de Castro, PNAD SA 2004 e cartografia temática. O que perpassa o trabalho e, aos poucos, com movimentos de imersão e emersão em cada um dos três “mundos” busca formar um todo, é a questão da fome.

O Brasil e a fome: Contextualização da pesquisa

O Brasil é o país que possui uma das maiores biodiversidades do planeta, suas dimensões continentais possibilitam a produção de uma grande quantidade e variedade de alimentos. Todos os anos o país exporta milhares de toneladas, sobretudo, de carne e soja, produção feita a partir de uma combinação de clima e disponibilidade de solos, este último, em função das extensões e das características pedológicas¹. Castillo (2005), estudando o complexo soja, lembra que o Brasil ocupa a sétima posição no *ranking* dos países exportadores de produtos agrícolas, sendo que “em 2003, as exportações do agronegócio brasileiro atingiram US\$ 30,6 bilhões, correspondendo a 42% do total exportado pelo Brasil” (Castillo, 2005, p. 286).

¹ Segundo o jornal *Valor econômico*, a partir de dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em junho de 2007, as exportações de carnes brasileiras, no somatório dos últimos 12 meses, alcançaram a marca de US\$ 10,1 bilhões, correspondendo a 7 % das exportações feitas pelo país. Cf. <<http://www.valoreconomico.com.br/valoronline>> acessado em 06 de jul. de 2007.

Segundo Abramovay (1996, p. 83), “desde, no mínimo, o início dos anos 1960 a disponibilidade calórica mundial é mais que suficiente para alimentar, de maneira correta, todos os habitantes do globo”. Mesmo assim, igual a todos os países pobres e ricos do mundo, vivem no Brasil, um grande número de pessoas que diariamente, contrariando um dos primeiros princípios humanos e da vida, não satisfazem suas necessidades alimentares². Esse problema não faz parte apenas do presente período, antes pelo contrário, acompanha a formação do país.

Ribeiro (2006) indica que na chegada dos portugueses ao litoral brasileiro, os Tupis davam os primeiros passos da revolução agrícola, o que assegurava uma fartura alimentar durante todo o ano, superando as carências alimentares a que estavam sujeitos os povos pré-agrícolas dependentes da natureza que, durante uma época do ano, produzia com abundância, e durante outra, poderia levar a população à privação dos alimentos necessários. Dentre as muitas plantas cultivadas pelos Tupis, destacava-se a mandioca, “planta preciosíssima porque não precisava ser colhida e estocada, mantendo-se viva na terra por meses” (Ribeiro, 2006, p. 28).

A superação das condições de dependência da natureza, naqueles lugares onde estava sendo atingida, segundo o mesmo autor, não perdurou por muito tempo, e ainda no século XVI, a situação alimentar no Brasil voltava a ficar comprometida.

Quando da chegada de Mem de Sá como governador, a situação era crítica na Bahia, assolada pela epidemia e pela fome (1563-4). Os índios, rebelados contra os colonos, se negavam a plantar, acossados em terras mais para o interior. Era ainda mais grave a situação da Guanabara, onde se consolidava a ocupação francesa, fortemente apoiada pelos índios (RIBEIRO, 2006, p, 82).

No Brasil, a produção de alimentos para consumo interno foi relegada a um segundo plano. Segundo Prado (1998), historicamente, o país é marcado por ciclos econômicos que privilegiam a produção, em grande escala, de um reduzido número de mercadorias. Assim, a produção da cana-de-açúcar, ouro, prata, borracha, café, entre outros, fez com que, em determinadas épocas, grandes

² Segundo o IBGE (2006), no Brasil, em 2004, 72.259.500 habitantes estavam em situação de insegurança alimentar, sendo que 13.929.331 em situação grave. Sobre a questão da concentração de renda no Brasil, Silveira (2005) afirma que, entre 1981 e 1997, enquanto o contingente populacional pertencente à classe mais rica aumenta 3,4 vezes e seus rendimentos multiplicam-se por 4,8, as duas classes mais pobres crescem 2,4 vezes e sua renda em 1,8 vezes. A essa situação acrescenta: “nos últimos anos aumenta o volume da renda e ao mesmo tempo multiplica-se o número de excluídos no Brasil. Em outros termos, cresce a riqueza socialmente gerada, com a produção de excedentes, mas piora sua distribuição social e territorial” (Silveira, 2005, p. 165).

massas humanas passassem por necessidades extremas, atingindo, inclusive, segundo alguns autores, pessoas de posse. Isso é o que relata Galeano (2002) quando estuda o ciclo do ouro no Brasil. O autor afirma que “os mineiros desprezavam o cultivo da terra e a região sofreu epidemias de fome em plena prosperidade, por volta de 1700 e 1713; os milionários tiveram que comer gatos, cães, ratos, formigas, gaviões” (Galeano, 2002, p. 64)³.

Em tempos e locais diferentes, a fome no Brasil, como diz Josué de Castro, costuma “grassar a solta”. É verdade que em alguns locais e épocas com mais frequência e intensidade que outros, mas em todos os cantos, de Sul a Norte, de Oeste a Leste, indivíduos não têm suas necessidades alimentares quantitativas e qualitativas saciadas, ou seja, passam fome.

Estudar a fome no Brasil foi uma das preocupações de Josué de Castro. Esse autor dedicou grande parte de sua vida denunciando o flagelo da fome em todos os cantos do planeta. A *Geografia da fome*, de 1946, seu primeiro trabalho de maior vulto, foi base para a publicação de *Geopolítica da fome*, de 1951, através da qual o mundo lhe conheceu. A *Geografia da fome* foi dedicada ao estudo da fome no Brasil, com ela o autor buscava estudar “as diferentes áreas de fome no Brasil, as manifestações de subnutrição neste país e sua influência como fator biológico na formação e evolução de nossos grupos humanos” (Castro, 2006, p. 21).

No prefácio da primeira edição da *Geografia da fome*, Josué frisa a fome como um tema proibido, afirmando que para cada publicação sobre o tema, existem mil publicações sobre guerras. Entretanto, os estragos causados pela fome são muitos superiores do que os das guerras. A fome, no entendimento de Josué, é um tabu⁴ e, mais do que isso, o autor afirma que os estudos sobre o tema abordam o mesmo a partir de aspectos unilaterais, o que acaba impedindo o surgimento de soluções adequadas.

Para superar tais visões unilaterais, Castro propõe estudar a fome fazendo uso do método geográfico, pois este é o “único método que, a nosso ver, permite estudar o problema em sua realidade total” (Castro, 2006, p. 16). Dessa

³ George (1978, p. 23), sobre o fato de ricos serem mal alimentados, afirma que “quando e onde vivem, os ricos comem primeiro e comem quantidades desproporcionais de alimentos disponíveis”. Castro (2006, p. 110) também comenta que, no Brasil colônia, pessoas de posse passavam por problemas alimentares, entretanto, tratava-se de um regime “descuidado e mal utilizado”.

⁴ A respeito do silêncio em relação à fome Josué afirma que, o mesmo “trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido ou, pelo menos, pouco aconselhável de ser abordado publicamente” (Castro, 2006, p. 12).

forma, o autor relaciona fatores biológicos e sociais como responsáveis pela fome no Brasil, e tem um objetivo claro para a *Geografia da fome*:

Neste nosso ensaio de natureza ecológica tentaremos, pois, analisar os hábitos alimentares dos diferentes grupos humanos, ligados a determinadas áreas geográficas, procurando, de um lado, descobrir as causas naturais e as causas sociais que condicionam o seu tipo de alimentação com suas falhas e defeitos característicos, e, de outro lado, procurando verificar até onde estes defeitos influenciam a estrutura econômica-social dos diferentes grupos estudados. Assim fazendo, acreditamos poder trazer alguma luz explicativa a inúmeros fenômenos de natureza social até hoje mal compreendidos por não terem sido levados na devida conta os seus fundamentos biológicos (CASTRO, 2006, p. 17).

A síntese de seu estudo, Josué representou em dois mapas: o *Mapa das áreas alimentares do Brasil* e o *Mapa das principais carências existentes nas diferentes áreas alimentares do Brasil*. O trabalho de Josué trata-se de uma síntese histórica dos hábitos e deficiências alimentares no Brasil, o que é feito através de uma descrição das condições alimentares no país, buscando “as manifestações de subnutrição neste país e a sua influência como fator biológico na formação e evolução dos nossos grupos humanos” (Castro, 2006, p. 21).

O próprio Josué, em 1946, quando a população do Brasil era de pouco mais de 47 milhões de habitantes, frisava a grande potencialidade de produção de alimentos no mundo, na América e no Brasil. No entender de Josué, sendo o continente americano, em função de suas riquezas naturais, o continente da abundância, atrativo de imigrantes europeus durante um longo período, assim deveria ser um dos locais mais impróprios para que nele se representassem os dramas vividos pela fome (Castro, 2006, p. 33).

Da década de quarenta até a contemporaneidade, a humanidade galgou avanços tecnológicos: da viagem à Lua e da clonagem de seres, chegando a decodificação do genoma humano. A produção de alimentos no Brasil e no mundo a cada ano aumenta a índices superiores às taxas de crescimento populacional. O uso de fertilizantes; melhoramento genético de plantas e animais; avanços de técnicas alternativas de produção de alimentos livres de produtos químicos, fez com que se tenha nos últimos tempos a possibilidade da ampliação da produção a patamares há poucos anos inimagináveis. Entretanto, contraditoriamente, e por mais paradoxal que pareça, os índices a respeito da alimentação não têm tido os mesmos avanços.

No Brasil, em 2004, o IBGE realizou através da PNAD um levantamento sobre SA. Segundo os dados da PNAD 2004, 34,79% dos domicílios particulares

brasileiros, o que corresponde a 72 (39,69% da população) dos 181 milhões de habitantes, viviam em situação de IA⁵. As tabelas, com os resultados obtidos através da pesquisa, fornecem o perfil de segurança e insegurança alimentar em três escalas de análise: Nacional, Grandes Regiões⁶ e Unidades da Federação.

Estudando mapas temáticos, Martinelli (1998, p. 70) afirma que “não basta que os mapas respondam apenas à pergunta ‘onde?’. Hoje, eles precisam responder também a outras questões, como ‘por quê?’, ‘quando?’, ‘por quem?’, ‘para que finalidade?’ e ‘para quem?’”. Assim, os mapas temáticos são elaborados a partir de dados que dizem respeito a um determinado tema. Esses dados, por sua vez, são organizados, primeiramente, em tabelas. Essas são as que representam as séries geográficas, isto é, “aquelas cujos dados estão colocados em correspondência com o lugar de sua proveniência” (Martinelli, 1998, p. 71).

Os dados da PNAD, que são publicados pelo IBGE em forma de tabelas, não são apresentados por este mesmo órgão em forma de mapas. Entretanto, para facilitar a localização, visualização e correlação, estes dados podem ser representados cartograficamente, o que resultaria em mapas temáticos.

A partir dessas considerações, a presente dissertação, intitulada *Uma cartografia da fome no Brasil: Um estudo da Geografia da fome (1946), de Josué de Castro, e dos dados de insegurança alimentar da PNAD (2004)*, resgatando a importância e atualidade da *Geografia da fome* e apresentando os números da PNAD 2004,⁷ busca representar, através da cartografia temática, o fenômeno da fome no Brasil no ano de 2004. Para alcançar tal proposta, inicialmente será

⁵ Segundo os critérios estabelecidos pelo IBGE (2006), são classificados como residências particulares em SA as que “seus moradores tiveram acesso nos 90 dias prévios à data da entrevista, aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas e sequer se sentiam na iminência de sofrer qualquer restrição no futuro próximo”. Por sua vez, em IA está o domicílio em que, no período de três meses antecedentes à pesquisa, ocorreu pelo menos uma das quatro seguintes situações: “a) um ou mais moradores ficaram preocupados por não terem certeza de que os alimentos de que dispunham durassem até que fosse possível comprar ou receber mais comida que constituía a sua alimentação habitual; b) a comida disponível para os moradores acabou antes que tivessem dinheiro para comprar mais alimentos que constituíam as suas refeições habituais, sem considerar a existência dos alimentos secundários (óleo, manteiga, sal, açúcar etc.), uma vez que sozinhos não constituem a alimentação básica; c) os moradores da unidade domiciliar ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada; d) os moradores da unidade domiciliar comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou” (IBGE, 2006).

⁶ As Grandes Regiões e suas respectivas Unidades, definidas pelo IBGE são: Norte (AC, AM, AP, PA, RO, RR e TO), Nordeste (AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN e SE), Sudeste (ES, MG, SP e RJ), Sul (PR, RS e SC) e Centro-Oeste (DF, GO, MS e MT).

⁷ A PNAD, que foi implantada em 1967, investiga diversas características socioeconômicas, umas de caráter permanente, outras de caráter variável. Em 2004 foi a primeira e, até então, única vez que foi investigada as condições domiciliares de segurança alimentar. Por esse motivo, esta dissertação leva em conta os dados do ano de 2004.

investigada a evidência da fome no Brasil a partir da *Geografia da fome* de Josué de Castro. Em um segundo momento, utilizando a pesquisa suplementar de SA da PNAD 2004, pretende-se identificar as atuais condições alimentares brasileiras no que diz respeito à fome e à insegurança alimentar. Depois disso, através da cartografia temática, busca-se evidenciar o fenômeno da fome no Brasil no ano de 2004. E, finalmente, como um esforço de síntese, expressa-se uma reflexão sobre a permanência da fome na atualidade.

Inúmeros foram os programas de alimentação, nutrição e combate à fome implementados no Brasil nas últimas décadas⁸ e frente aos dados da PNAD 2004 que mostram a grande incidência de insegurança alimentar no país, esta pesquisa tem o intuito de apresentar e compreender como o Brasil, no ano de 2004, estava em relação à fome e qual a extensão deste fenômeno. Para isso, propõe-se representar os dados da PNAD.

Justificativa

Com esta pesquisa, pensa-se estar contribuindo para a demonstração das condições impostas a uma grande parcela da população brasileira, o que pode ser o primeiro passo na busca da elucidação da gênese do fenômeno da fome na atualidade. Concomitante a isso, entende-se estar firmando um esforço de reflexões que apontem a necessidade da superação de tal problema.

Alguns autores e pesquisadores, preocupados com as condições sociais de sua época, expressaram de forma clara e concisa o fato de que a sociedade humana é capaz de fazer com que pessoas passem por situações de fome. Enquanto uma parcela da população possui recursos que permite acesso a todos os bens materiais e imateriais, uma outra não encontra condição de alimentação adequada. Um exemplo dessa literatura são os textos de Josué de Castro, onde o autor, de forma direta, trata deste tema “proibido”, que é a fome.

Castro (2006), preocupado em estudar e denunciar a fome no Brasil, diz fazer uso dos princípios da ciência geográfica. Da década de 1940 até 2004, no Brasil, os dados sobre segurança alimentar da PNAD 2004 indicam que o fenômeno da fome, ao contrário de seu efeito nos indivíduos, continua impávido, um colosso.

⁸ Uma lista completa dos programas governamentais de alimentação e nutrição implementados no Brasil a partir de 1940 encontra-se em Vasconcelos (2005, p. 456 e 457). Cf. Anexo A deste trabalho.

Com a revisitação da obra de Josué, espera-se resgatar a importância e atualidade dos escritos do autor. A importância pelo fato de que sua proposta consiste, segundo Moraes (1997, p. 118), em uma “Geografia de denúncia”, um trabalho autêntico, uma discussão genuína que ultrapassou a simples descrição das regiões, possibilitando a afloração das contradições existentes no espaço analisado. Assim, pelo teor de seus apontamentos, Josué marcou a história do pensamento geográfico brasileiro e é tido por Carvalho (2007, p. 41) como o introdutor da geografia da fome na história do pensamento geográfico no Brasil a partir do segundo quartel do século passado: “Josué ganhará notoriedade por trazer à luz um tema inédito, atípico e até, pode-se afirmar, antigeográfico em meio a geografia praticada na sua época” (Carvalho, 2007, p. 56). A atualidade do autor dá-se em função de que os temas discutidos continuam em pauta: reforma agrária, problemas ambientais, pobreza e, sobretudo, a fome, hoje representada pelo Programa Fome Zero, uma das principais bandeiras levantadas pelo atual governo federal⁹.

Sobre os dados da PNAD, entende-se que este tipo de levantamento é de fundamental importância para se ter noção da situação em que se encontra a população e que, a partir desses, possa-se visualizar tomadas de decisões que levem em conta outras possibilidades de (re)produção da vida. Entretanto, frisa-se a relevância de estudos que considerem essas pesquisas no sentido de discuti-las, esclarecê-las, compará-las e, quando possível, questioná-las.

Assim, inspirando-se em Castro, e recorrendo aos dados do IBGE, parte-se da mesma linha de raciocínio de Noal (2001, p. 29) quando afirma que as Ciências Geográfica e Cartográfica “encontram-se intrinsecamente relacionadas” e que esta relação é “evidenciada na constante necessidade da representação cartográfica na sistematização do conhecimento geográfico”. Diante disso, tem-se a relevância da Cartografia para a Geografia e da construção dos mapas temáticos para estudar a fome no Brasil.

Segundo Salichtchev (1998, p. 21), a cartografia, enquanto um método de análise espacial da realidade, tem como objetivo estudar a essência do fenômeno e representar graficamente seus padrões e interações. Assim, os mapas possibilitam novos conhecimentos sobre os assuntos mapeados, o que é possível a partir da

⁹ Em 01/01/03, no discurso presidencial de posse, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que não sairia satisfeito de seu cargo, se soubesse que no Brasil, alguém estivesse passando fome e que, acabar com a fome no país, era a “missão” de sua vida <<http://www2.fpa.org.br>>.

interpretação da informação. Por isso, esta dissertação, parte da concepção de cartografia proposta por este autor:

Ciência que retrata e investiga a distribuição espacial dos fenômenos naturais e culturais, suas relações e suas mudanças através do tempo, por meio de representações cartográficas – modelo de imagem–símbolo que produz este ou aquele aspecto da realidade de forma gráfica e generalizada (SALICHTCHEV, 1988, p. 21).

No caso desta pesquisa, para o estudo da fome no Brasil, será feito o uso de mapas temáticos, pois entende-se que, conforme Martinelli (1998), esses podem mais que simplesmente mostrar a posição do lugar, ou seja, podem ir além de responder a pergunta “onde?”. Os Mapas temáticos “podem dizer muito sobre cada lugar, caracterizando-o” (Martinelli, 1998, p. 70), o que é possível a partir das representações qualitativas, quantitativas, ordenadas, dinâmicas e de síntese.

Em *Por uma geografia nova*, em 1978, Milton Santos afirmou que o papel do geógrafo, enquanto um estudioso do espaço, consiste em “tentar dominar o futuro para o Homem, isto é, *para todos os homens* e não só para um pequeno número deles” (Santos, 2002, p. 261), lutando contra a expansão do capitalismo e sua consequente opressão; buscando “o espaço de toda a gente e não a serviço do capital e de alguns” (Santos, 2002, p. 267). Dessa forma, para seguir o caminho das preocupações de Santos com as condições sociais e da construção da sociedade, não tem como fugir do tema da fome que, independente de seu modo (epidêmica ou endêmica), assola muitos na atualidade.

Feitas estas considerações, afirma-se que estudar o fenômeno da fome no Brasil, levando em conta os escritos de Castro, e representar cartograficamente este problema social e suas dimensões na atualidade, é de fundamental importância para a Geografia e, sobretudo, para discutir problemas de origem, profundamente, social.

Metodologia

No que se refere à metodologia e aos procedimentos adotados para o desenvolvimento desta pesquisa, levá-se em conta o que Rummel (1972 apud Marconi; Lakatos, 1999, p. 23) apresenta como pesquisa bibliográfica, ou seja, aquela que “utiliza materiais escritos”. Neste momento procede-se um estudo da *Geografia da fome* de Josué de Castro. Com isso espera-se extrair um panorama geral da situação alimentar no Brasil a partir da referida obra. A conjuntura

apresentada por Josué, reapresentada nesta pesquisa, é contraposta com os dados da PNAD 2004 sobre segurança alimentar.

Em parte, esta pesquisa, consiste em uma análise documental, pois são usadas e estudadas as publicações do IBGE, mais especificamente, a pesquisa suplementar sobre segurança alimentar da PNAD 2004 que proporciona uma visão geral das então condições de alimentação no Brasil. Os dados da PNAD, apresentados em tabelas, posteriormente, transformados em números relativos, possibilitam as suas representação em forma de mapas temáticos. Com esses, espera-se expressar comentários, explicações que permitam visualizar aproximações ou distanciamentos entre os dois momentos estudados.

Também faz parte da pesquisa, a construção de representações cartográficas, ou seja, a elaboração de mapas temáticos sobre as condições de insegurança alimentar no Brasil no ano de 2004. Para a realização dessas representações serão considerados os métodos de representações gráficas propostas por Martinelli (1998), onde, a partir das tabelas com os dados do IBGE que contém os resultados da PNAD 2004, organizadas no decorrer da pesquisa, construiu-se os mapas, com os quais possibilitou-se a demonstração, visualização e compreensão das dimensões espaciais do fenômeno da fome no território brasileiro.

A construção de um mapa, para Martinelli (1998, p. 7), faz parte do domínio das representações gráficas, que é uma linguagem de comunicação visual de caráter monossêmico, ou seja, de significado único. A partir dessa concepção, adota-se os métodos, expostos por Martinelli (1998), de representações quantitativas com sobreposição de informações, através do método coroplético e do método das figuras geométricas proporcionais divididas, como forma de estudo, reflexão e de cartografia da fome no Brasil.

Martinelli (1998, p. 5) entende os “gráficos e mapas como meios de registro, de pesquisa e de comunicação visual dos resultados obtidos em seus estudos e não apenas como meras ilustrações”. A partir dessa concepção, com os mapas construídos, analisa-se e reflete-se sobre a situação alimentar no Brasil tendo em vista os dados de segurança alimentar da PNAD 2004, levando em conta os níveis de incidência de insegurança alimentar leve, moderada e grave. Essa situação será posta em paralelo com a incidência da fome apresentada por Josué de Castro em 1946, onde o autor afirma existir, no Brasil, três grandes áreas alimentares: uma de fome endêmica, outra de fome epidêmica e, finalmente, uma de subnutrição.

Realizados estes procedimentos, espera-se poder relacioná-los e, dentro do possível, mostrar que a situação apresentada pela PNAD 2004 trata-se de uma condição ímpar, resultante da convergência de uma série de fatores que, ao mesmo tempo em que se distanciam dos utilizados por Castro, resultam em uma configuração que se aproximam. Em termos metodológicos, busca-se, a partir dos dados do mundo concreto, possibilitar reflexões que expressem o entendimento da atual conjuntura de insegurança alimentar no Brasil, ao mesmo tempo, firma-se que um sistemático retorno aos dados representados pelos mapas, se faz fundamental para alçar novos patamares explicativos.

Os capítulos da pesquisa

No primeiro capítulo, problematiza-se o conceito de fome e, ao mesmo tempo em que se almeja dar conta das especificidades colocadas pelas diferentes definições de Castro, do IBGE e de outros autores, procura-se firmar uma expressão própria.

No segundo capítulo, estuda-se Josué de Castro. Como estratégia de análise, frente a grande produção bibliográfica do autor, adota-se como recorte um de seus principais escritos, a *Geografia da fome*, obra de 1946, dedicada ao estudo da fome no Brasil, que, nas palavras do próprio Castro, (2006, p. 24), é um “verdadeiro laboratório” de pesquisa da fome. Assim, após uma retomada de quem foi Josué, de sua relação com o tema e de sua luta contra a fome, procede-se uma releitura da obra em estudo. Neste momento, busca-se, é claro que com a própria forma de entender, redizer o que Josué apresentou na década de 1940 em relação à alimentação e à fome no Brasil.

O terceiro capítulo dedica-se à PNAD e à cartografia temática. A partir de uma retomada do que consiste a PNAD, apresenta-se de onde “surgiu” a pesquisa suplementar de SA; como o IBGE chegou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e aos três segmentos de insegurança alimentar (leve, moderada e grave). A isso, segue os dados (oito tabelas), em números absolutos, selecionados e reapresentados nesta pesquisa, que serão representados cartograficamente. Quanto à cartografia temática, retoma-se, em forma de exposição, as relações da Geografia com a Cartografia; define-se o que se entende por cartografia temática e, por fim, enquanto possibilidade de representação gráfica dos dados, relaciona-se cartografia

temática à PNAD, quando é mostrado a forma como se procederá a construção das representações.

O quarto capítulo é reservado à apresentação e análise dos mapas. A partir dos dados estudados (IBGE, 2006), de acordo com a proposta de representação cartográfica adotada, sobretudo a de Martinelli (1998) e, com vistas ao trabalho de Josué, construiu-se 15 mapas temáticos. Esses estão distribuídos em cinco grandes temas: IA e níveis de IA no Brasil; IA e níveis de IA segundo sexo; IA e níveis de IA segundo situação do domicílio; IA e níveis de IA segundo cor ou raça e IA e níveis de IA segundo classes de rendimento domiciliar *per capita*.

Nas considerações finais procede-se uma análise sobre o tema estudado, ou seja, a fome e sua permanência. Com isso, retoma-se Castro, agora buscando analisar suas propostas de solução para a fome, o que é seguido por um exame do Projeto Fome Zero no atual contexto do capitalismo globalizado. Ainda frisa-se a relevância de estudar Josué de Castro; a importância da cartografia temática na espacialização de fenômenos geográficos e, por fim, para a problemática da permanência da fome.

1 FOME: UM POUCO DO QUE SE DISSE, O QUE SE DIZ

“A fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come com faca ou garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua, com unhas e dentes” (Karl Marx, Prefácio de Para a crítica da economia política).

Várias são as afirmações encontradas sobre o que é a fome. As definições comportam referências dispares, elementos que levam em conta aspectos econômicos, sociológicos, nutricionais, fisiológicos e, inclusive, culturais. Há autores que apontam motivos individuais, outros, consideram aspectos coletivos.

Verdum (2003, p. 130) considera fome a “incapacidade ou impossibilidade de uma sociedade ou grupo social de fazer frente, satisfatoriamente, às suas demandas alimentares (incluindo água), comprometendo sua sobrevivência física, social e cultural, presente e futura”. Com essa definição, a fome não está relacionada a uma sensação individual, quando existe fome, ela atinge uma sociedade e não um ou alguns indivíduos. Para a população estudada por Verdum, que são povos indígenas, isso faz todo sentido. Entretanto, para os dias atuais, se considerar o que afirma Abramovay (1996) de que desde a década de 1960 a disponibilidade calórica é suficiente para alimentar todos os habitantes do globo, partindo da definição de Verdum, poderia se deduzir que, desde a década de 1960, não existe fome no mundo, o que a realidade e os dados do IBGE disponíveis e apresentados nesta pesquisa, demonstrariam ser uma falácia.

Sawaya et al (2003, p. 23) definem fome precisa e objetivamente como “diminuição da quantidade de alimentos consumidos por falta ou dificuldade de acesso”. Essas autoras, professoras e pesquisadoras de fisiologia e nutrição da Universidade Federal de São Paulo, afirmam que a melhor maneira de medir a fome é avaliando a quantidade de gordura corporal, a partir disso concluem que no Brasil, o número de pessoas que passam fome é muito pequeno.

A fome está associada a taxas muito altas de mortalidade. Acontece em baixa prevalência no Brasil, em geral no Nordeste rural, quando há seca. Mas é muito raro que pessoas morram de fome no Brasil. A melhor forma de se medir a presença de fome em uma população, seja de crianças como de adultos, é a avaliação das reservas energéticas dos indivíduos,

representadas pela quantidade de gordura corporal, a partir da aferição da relação peso/estatura ou do Índice de Massa Corporal (peso expresso em kg dividido pelo quadrado da altura expressa em metros). De acordo com o último levantamento populacional realizado no Brasil... o percentual de adultos e crianças com déficit peso/estatura, era entre 3 e 4%, taxa semelhante à de países desenvolvidos. Mesmo em áreas rurais da região Nordeste, essa taxa era menor do que 5% (SAWAYA et al, 2003, p. 23).

Se fome, como considerado pelas autoras acima, é a diminuição da quantidade de alimentos consumidos, para que não exista fome, é necessário apenas não diminuir a quantidade de alimentos. Ainda sobre as afirmações das autoras em relação ao fato de que a fome não provoca morte, é oportuno lembrar Abramovay, que afirma que, normalmente, poucos morrem de fome. No entanto, a fome “enfraquece o indivíduo, abrindo as portas para doenças que, num organismo sadio, seriam banais, mas que para o faminto costumam ser fatais” (Abramovay, 1984, p. 17), o que vai ao mesmo sentido de algumas afirmações do médico Josué de Castro (1960, p. 19), nas quais considera que a fome baixa a resistência do organismo, deixando esse exposto a doenças que serão os motivos do óbito.

Monteiro (2003, p. 7) definindo pobreza, desnutrição e fome diz que dos três problemas, a pobreza talvez seja o mais fácil de definir. Para o autor “pobreza corresponde à condição de não satisfação de necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, assistência à saúde, entre várias outras”. Por sua vez, a desnutrição é entendida como deficiências nutricionais, sendo que estas “são doenças que decorrem do aporte alimentar insuficiente em energia e nutrientes ou, ainda, com alguma frequência, do inadequado aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos” (Monteiro, 2003, p. 8). Já, quanto à definição de fome, afirma:

A fome é certamente o problema cuja definição se mostra mais controversa. Haveria inicialmente que se distinguir a fome aguda, momentânea, da fome crônica. A fome aguda equivale à urgência de se alimentar, a um grande apetite... A fome crônica, permanente, a que nos interessa aqui, ocorre quando a alimentação diária, habitual, não propicia ao indivíduo energia suficiente para a manutenção do seu organismo e para o desempenho de suas atividades cotidianas. Nesse sentido, a fome crônica resulta em uma das modalidades de desnutrição: a deficiência energética crônica (MONTEIRO, 2003, p. 8).

Esclarecendo suas definições, Monteiro (2003, p. 8) pondera que um indivíduo pode ser pobre sem ser afetado pelo problema da fome, basta “que sua condição de pobreza se expresse por carências básicas outras que não a alimentação”. Para o autor, fome e desnutrição não são equivalentes, uma vez que

toda “fome ou deficiência energética crônica” (Monteiro, 2003, p. 17), leva à desnutrição ou deficiência nutricional, entretanto esta nem sempre esta vinculada à insuficiência de alimentos, mas pode ser originada pela presença de doenças. Monteiro (2003, p. 18) afirma que nas populações adultas, a fome “alcança frequências limitadas no país (Brasil), compatíveis com virtual ausência de risco do problema”, sendo ausente nas áreas urbanas da região Sudeste e de virtual ausência nas áreas urbanas do Nordeste e nas áreas rurais do Sudeste. As afirmações de Monteiro divergem dos dados da PNAD 2004 SA, que apontam que na região Sudeste na zona urbana 30,05% e na zona rural 35,25% estão em IA. Na zona urbana da região Nordeste a discrepância é mais considerável, uma vez que segundo a PNAD 56,47% da população esta em IA.

Na Geografia clássica é recorrente a alimentação aparecer como um tema que compõe um capítulo da obra. Isso é o que faz, por exemplo, La Blache em *Princípios de geografia humana*, onde afirma que “entre as relações que ligam o homem a um certo meio, uma das mais tenazes é a que aparece quando se estudam os modos de alimentação” (La Blache, 1954, p. 195). Os estudos do próprio Josué, iniciados na década de 1930, tratavam a cerca da alimentação e não da fome, só mais tarde, sobretudo, com a *Geografia da fome*, é que começam os estudos sobre a fome.

A definição de fome, em Castro, é bastante recorrente. Primeiramente, deve-se dizer que quando busca definir fome, fugindo de concepções unilaterais, Castro leva em consideração uma série de fatores. Na *Geopolítica da fome*, é reservado um capítulo para o que o autor chama de “matizes da fome”. No mundo, segundo Castro (1961, p. 85), a fome apresenta uma série de formas, desde a “fome total, da completa inanição... até os tipos mais discretos das fomes ocultas ou específicas, atuando sorrteiramente, quase sem sinais aparentes”. É a partir dessa afirmação que, antes de começar a descrever a fome no mundo, Josué põe-se, deliberadamente, a caracterizar os tipos de fome.

O autor parte da fome total, das carências qualitativas e quantitativas que assolam populações inteiras, sobre as quais faz referências, por exemplo, aos campos de concentração da Europa na primeira metade do século XX. Entretanto, na concepção de Castro, existem outros tipos de fome que são “menos espetaculares, mas de significação social bem mais tremenda” (Castro, 1961, p. 86). Essas são as fomes ocultas, ou seja, a fome das carências parciais. Estudando

essas últimas, Josué frisa a importância das proteínas, minerais e vitaminas para se ter uma alimentação completa¹⁰.

Em Josué, mais importante que a caracterização nutricional e fisiológica da fome, trata-se de que o autor entende que a fome não é mais do que a expressão biológica de um fenômeno social. É “um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais” (Castro, 1961, p. 57). Ainda sobre a importância das preocupações de Josué em relação às causas da fome, o autor afirmou que “a fome oculta constitui hoje forma típica de fome de fabricação humana” (Castro, 1961, p. 90)¹¹. Abordando a definição e importância do conceito de fome, em 1965, em uma entrevista a Araújo Dantas (1984, p. 115), Castro disse:

antes só se empregava a palavra “fome” para designar os casos extremos observados em algumas regiões. Ora, a fome, na acepção rigorosamente científica do termo, não compreende apenas a inanição, mas sim todas as modalidades de deficiência alimentar¹², formas visíveis e formas ocultas, estas reveladas pelos exames laboratoriais ou pelos coeficientes de mortalidade de numerosas doenças, que não passam afinal de disfarces da fome. Assim consideradas, a fome constitui um fenômeno universal, a que não escapam os Estados Unidos, a Inglaterra e outros países bem desenvolvidos. A fome é para mim a expressão biológica de males sociológicos, estando em íntima relação com as distorções econômicas que denominei de *subdesenvolvimento*. O mapa do subdesenvolvimento, traçado segundo critérios técnicos, ajusta-se ao mapa da fome no mundo. As exceções serão mais aparentes do que reais¹³.

¹⁰ Esta dissertação, por estar vinculada a Ciência Geográfica, não tem a pretensão de discutir os aspectos nutricionais e fisiológicos a respeito da fome. Assim, opta-se por não adentrar na discussão feita por Josué sobre a importância das proteínas, minerais e vitaminas para se ter uma “alimentação correta”, entretanto a discussão completa encontra-se em Castro (1961, p. 85 – 136).

¹¹ Justificando porque a fome oculta trata-se de uma fome de fabricação humana, Josué atribui três motivos: i) porque os grupos humanos mais civilizados possuem um regime alimentar monótono, ou seja, fazem uso de um número restrito de substâncias alimentares; ii) o “uso generalizado dos alimentos concentrados, purificados ou refinados” (Castro, 1961, p. 92), que são alimentos ricos em energia, mas normalmente, pobres em minerais e vitaminas e iii) alguns grupos humanos, com raras exceções, como por exemplo, na ocorrência de geofagia, perderam sua capacidade instintiva de sentir fome específica.

¹² A expressão “todas as modalidades de deficiências alimentares”, se tomada isola do contexto maior das preocupações e definições de Castro, pode levar ao engano de que o autor considere que uma alimentação inadequada, como no caso de um excesso de alimentação, seja considerada como fome, o que implicaria em uma interpretação errônea.

¹³ A associação da fome com o subdesenvolvimento é recorrente nas obras de Josué. Em *O livro negro da fome*, inicia afirmando que a fome universal é a “mais típica e a mais trágica manifestação do subdesenvolvimento econômico” (Castro, 1960, p. 1). Por isso a obra tem como um dos objetivos “demonstrar que fome e subdesenvolvimento são uma coisa só, não havendo outro caminho para lutar contra a fome, senão o da emancipação econômica e da elevação dos níveis de produtividade das massas de famintos”. A concepção de que a fome é a expressão mais trágica do subdesenvolvimento já tinha sido mencionada na *Geografia da fome*, onde o autor afirmava que esta expressão “só desaparecerá quando for varrido do país (Brasil) o subdesenvolvimento econômico” (Castro, 2006, p. 291).

A respeito da fome, Castro cunhou conceitos importantes, e uma das distinções fundamentais de se fazer é a que diz respeito à diferença entre *fome epidêmica* e *fome endêmica*¹⁴. A fome epidêmica é conjuntural, atinge uma grande massa temporariamente, é a que leva a verdadeira inanição. Essa também é chamada por Castro de fome total. Já a fome endêmica ou fome oculta, é parcial, específica, constituída pela ausência permanente de certos elementos nutritivos no regime alimentar, ou seja, a pessoa come todos os dias, entretanto, não têm suas necessidades quantitativas e qualitativas saciadas, isso faz com que populações inteiras morram lentamente de fome. A fome específica é considerada por Castro (2006, p. 18), “como o fenômeno muito mais frequente e mais grave”¹⁵. Castro cita a China e Nova Guiné como exemplos dos efeitos da fome parcial agindo sobre a população. Em ambos os países, “o fenômeno da fome parcial ou da fome oculta é socialmente muito mais grave do que o da fome aguda, embora desperte muito menos a nossa compaixão” (Castro, 1961, p. 87).

Na Nova Guiné... de cada dez crianças que nascem, oito morrem antes de atingir a puberdade. ...as crianças nascem corroídas pela fome dos pais e se desenvolvem mal pelo uso de uma alimentação extremamente inadequada. Mesmo admitindo a hipótese de que uma terrível epidemia de fome aguda dizimasse de uma vez a população de Nova Guiné, ainda assim a epidemia se revelaria menos nociva do que a fome crônica reinante nessa área, porque ela só poderia atingir e matar os 20% que teriam sobrevivido aos efeitos depuradores da fome oculta, a qual costuma matar 80% dos nascidos naquela zona (CASTRO, 1961, p. 87).

A fome oculta, ou seja, as carências alimentares, levam “o organismo a um estado de incapacidade relativa, de baixa produtividade e de fraca resistência a todo um cortejo de outras doenças” (Castro, 1960, p. 19). Esse tipo de fome, que para Castro é o mais preocupante, atingiu mais de dois terços da população mundial no fim dos anos 1950. Abordando o crescimento da população e a fome no mundo,

¹⁴ Na *Geografia da fome*, Josué define as áreas alimentares do Brasil em: Área de fome endêmica, Área de epidemia de fome e Área de subnutrição. O critério utilizado pelo autor para ser uma área de fome é de que pelo menos metade da população apresente “carências no seu estado de nutrição” (Castro, 2006, p. 35). Sobre as condições alimentares das duas Áreas de subnutrição do Brasil (Cf. mapa da página 42 desta dissertação), o autor afirmou: “embora os hábitos alimentares estejam longe de serem perfeitos, não se apresentam, contudo, deficiências alimentares tão pronunciadas, a ponto de arrastarem a maioria da coletividade aos estados de fome. É verdade que também se manifestam nestas áreas os desequilíbrios e as carências alimentares, sejam em suas formas discretas, subclínicas, sejam mesmo em suas exteriorizações completas, mas sempre como quadros de exceção, atingindo grupos reduzidos, representantes de determinadas classes, e não massas inteiras de população, quase sua totalidade, como ocorre nas três outras áreas alimentares do país” (Castro, 2006, p. 36).

¹⁵ A respeito das definições de fome endêmica e epidêmica ver Castro (2006, p. 18 e 35); Castro (1961, pgs. 57, 73, 76, 77, 87, 89).

em um artigo de 1968 (Castro, 1984, p. 28 – 50), preocupa-se com dois problemas que dizem respeito à fome: a insuficiência calórica e as deficiências proteicas. O primeiro problema consiste no não suprimento do total de energia que o corpo humano exige para desenvolver suas atividades com equilíbrio, já o segundo, refere-se ao insuficiente consumo de proteínas. Trata-se de problemas globais, entretanto Josué vai além, apontando dados de que, no mundo existe uma concentração da não satisfação destes dois problemas, enquanto em termos mundiais o déficit de calorias é de 15%, nos então chamados países do terceiro mundo é de 40% (Castro, 1984, p. 39)¹⁶.

O IBGE, na PNAD 2004, fala pouco em fome, optando pelo termo insegurança alimentar. Assim, teria que se definir o que é insegurança alimentar, e não apenas fome. Estudando Estado e segurança alimentar, Hirai; Anjos (2007, p. 4), apoiados em Belick (2003), afirmam que a FAO define segurança alimentar como um “estado no qual todas as pessoas, durante todo o tempo, possuam acesso físico, social e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, que atenda a suas necessidades dietárias e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável”. Assim, a insegurança alimentar está relacionada, inclusive, a não satisfação de preferências, e não apenas das necessidades. Essa seria a definição clássica do termo, entretanto, em 1983, a FAO apresentou um novo conceito de segurança alimentar que se baseava em três objetivos: “a oferta adequada de alimentos, a estabilidade da oferta e do mercado dos alimentos e a segurança no acesso dos alimentos ofertados” (Hirai; Anjos, 2007, p. 5).

As instituições internacionais se preocupam com definições de termos que acabam sendo utilizadas nas esferas nacionais, como no caso da segurança alimentar adotada pelo IBGE. Em 1986, o Banco Mundial definiu segurança alimentar como “o acesso por parte de todos, durante todo o tempo, em quantidade suficiente de alimentos para viver uma vida ativa e saudável” (Hirai; Anjos, 2007, 5).

¹⁶ Analisando o fato de que os índices de crescimento populacional mundial vêm decrescendo; a potencialidade de crescimento da produção alimentar mundial e o declínio das formas mais graves de subalimentação no mundo, Abramovay afirma que estes avanços não atingem a todos e que os problemas alimentares mundiais são mais preocupantes em alguns locais. Na África Subsaariana “aumenta a proporção de indivíduos com desnutrição crônica entre 1969/71 e 1988/90, sendo mínima a redução percentual projetada para o ano 2010” (Abramovay, 1996, p. 7). Em números relativos, segundo o autor, isso implica nos seguintes dados: a África Subsaariana no período de 1969/71 tinha 10% dos desnutridos do mundo, teve este valor elevado para 22% no início dos anos 90, e em 2010, projeta-se em torno de 46%. Segundo a FAO (2009), a África Subsaariana concentra 25,98% dos subnutridos do mundo e, mesmo sendo um dado bastante aquém do estimado por Abramovay, é a maior proporção em relação à população total.

Como esta pesquisa é uma proposta de estudo da obra *Geografia da fome* de Josué de Castro e os dados da PNAD 2004 sobre insegurança alimentar, é pertinente apresentar as definições de fome e de insegurança alimentar do IBGE, órgão responsável pela pesquisa referida.

A fome é conceituada pelo IBGE (2006) como uma “condição definida como uma sensação de ansiedade e desconforto provocada pela falta de comida”. Além disso, o IBGE considera que, no contexto estudado, ou seja, na pesquisa suplementar sobre segurança alimentar, “a fome é referida como uma condição involuntária, causada pela falta de recursos dos indivíduos ou famílias para a obtenção dos alimentos necessários”. Essa possui diversos graus e “seu impacto é tanto maior sobre o bem-estar dos indivíduos e populações, quanto mais grave for a carência de alimentos” (IBGE, 2006).

Já em relação à definição de SA, a qual foi utilizada para a coleta dos dados da PNAD 2004, o IBGE diz que nessa situação está o domicílio em que

no período de referência dos últimos três meses, não ocorreu nenhuma das quatro situações: a) um ou mais moradores ficaram preocupados por não terem certeza de que os alimentos de que dispunham durassem até que fosse possível comprar ou receber mais comida que constituía a sua alimentação habitual; b) a comida disponível para os moradores acabou antes que tivessem dinheiro para comprar mais alimentos que constituíam as suas refeições habituais, sem considerar a existência dos alimentos secundários (óleo, manteiga, sal, açúcar etc.), uma vez que sozinhos não constituem a alimentação básica; c) os moradores da unidade domiciliar ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada; d) os moradores da unidade domiciliar comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou.

Desta forma, em insegurança alimentar, está o domicílio e, por conseguinte, seus membros, em que, no período de referência dos últimos 90 dias, umas das quatro situações ocorreram. Postas as definições de fome e (in) segurança alimentar do IBGE, não é difícil de perceber que as mesmas possuem uma diferença considerável, ou seja, a utilização da expressão insegurança alimentar não se trata apenas de um eufemismo para a expressão fome¹⁷. Pode-se dizer que ambas estão relacionadas à falta de alimentos, mas enquanto a primeira diz respeito mais a uma situação financeira que acarreta em uma preocupação psicológica, a segunda está mais relacionada a uma sensação física.

¹⁷ Vasconcellos (2005, p. 446) lembra que, no período da ditadura militar brasileira, certas palavras, como por exemplo, fome e desemprego, estiveram ausentes do discurso do planejamento.

Colocadas as definições de Castro e do IBGE, fica patente a diferença existente entre as mesmas: enquanto Castro define fome a partir de um ponto de vista mais nutricional (proteínas, vitaminas e minerais) e, por outro lado, como um problema social, uma “criação humana”, o IBGE define fome como uma sensação. Frente às diversas conceituações de fome, afirma-se que defini-la com palavras não é uma tarefa fácil, e que talvez, este escopo, faz parte apenas das preocupações de pessoas bem alimentadas. Já para as mal alimentadas, imagina-se que a definição teórica não seja tão importante e preocupante quanto a sensação, o medo e o incomodo causado pela fome¹⁸.

Esta pesquisa, por estar ligada à área das ciências humanas não pretende formular uma definição fisiológica ou nutricional de fome, papel que entende estar mais ligado às áreas que lidam com questões biológicas e de funcionamento dos organismos vivos. De qualquer forma, isso não implica na impossibilidade de refletir sobre as dimensões sociais da fome, sua incidência e extensão ao espaço geográfico. Assim, entende-se que a fome é uma não satisfação das necessidades alimentares quantitativas e qualitativas, e que essa insatisfação, para além de seus aspectos nutricionais e fisiológicos, possui características que independem das escolhas dos sujeitos que passam fome.

Criticando o idealismo hegeliano, no terceiro manuscrito econômico-filosófico, Marx (1989, p. 200) afirma que “o *homem* é imediatamente *ser natural*”. Para o autor, como ser natural, o homem é um ser ativo que possui forças naturais e forças vitais. Enquanto ser ativo, o homem possui disposições e capacidades, entretanto, a efetivação dessas carecem de objetos exteriores, independentes dele. Marx entende que os objetos exteriores são imprescindíveis para a efetuação e confirmação das forças do homem. E, a partir disso, afirma:

¹⁸ No romance *Fome*, Hamsun (2004) descreve as sensações antagônicas e confusas que a fome pode produzir no espírito do indivíduo: “... tinha a impressão nítida da minha loucura... sobre uma cômoda havia um cesto com pão e um boião de manteiga cheio até as bordas, que num momento se transformava em um bife, um bife suculento... tinha frio e fome! Sentia diminuir-me as forças e um desânimo esmagador me invadia; dominava-me um ódio infundável sobre tudo... a fome começava a apoquentar-me... a fome me torturava... com a fome minha maldade aumentava”. Sensações que também, em parte, são apresentadas por Castro na *Geografia da Fome* quando aborda os efeitos da fome na personalidade. A fome que altera a conduta de animais, como nos exemplos dados por Castro (2006, p. 226 e 227) de cobras, morcegos e cães, nos humanos, faz com que “desaparecem as atividades de autoproteção, de controle mental e dá-se, finalmente, a perda dos escrúpulos e das inibições de ordem moral” (Castro, 2006, p. 231). Ainda sobre as consequências da fome na personalidade ver Castro (1984, p. 54 e 55).

A fome é um *carecimento* natural; precisa, pois, uma *natureza* fora de si, um *objeto* fora de si, para satisfazer-se, para acalmar-se. A fome é a necessidade confessa que meu corpo tem de um *objeto* que está fora dele e é imprescindível para a sua integração e para a sua exteriorização essencial (MARX, 1989, p. 200).

Dessa forma, não alimentar-se por impossibilidade significa ser tolhido enquanto possibilidade de ser; ser furtado enquanto existência; impedido de manifestar-se; de ser sujeito histórico: "...os homens devem estar em condições de viver para 'fazer história'. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se..." (Marx, 1987, p. 39). Nega-se esta condição aos que se encontram na atualidade, em ternos globais, vivendo em um contexto histórico de produção de alimentos superior às necessidades e não possuem acesso aos mesmos. Condição imposta por um sistema de acúmulo e, em alguns casos, inclusive de desperdício, que produz sem intenção de saciar a fome de ninguém, mas de reproduzir-se enquanto sistema. Esse não alimentar-se, independente de ser em aspectos qualitativos ou quantitativos, diz respeito a uma imposição material¹⁹. A fome é o que leva a concretização do que de forma tão simples, quanto cabal, parafraseando Freire (1983, p. 201), se definiria como uma "morte em vida", e a "morte em vida" é, exatamente, a vida proibida de ser vivida.

Além disso, deve-se considerar que na não satisfação das necessidades alimentares quantitativas e qualitativas está incluída a questão da obesidade²⁰. Sawaya et al. (2003) apontam casos de famílias onde obesidade e subnutrição, contraditoriamente, convivem. O que as autoras explicam dizendo que, frente a episódios frequentes de fome, o mecanismo fisiológico pode "poupar energia e acumular gordura", uma vez que a "gordura é o grande armazém energético do corpo e garantia para sobrevivência em tempos de fome" (Sawaya, 2003, p. 29).

A fome que interessa a esta discussão é a que esta associada a um modelo social-econômico-material chamado de economia de mercado. O qual esta

¹⁹ Uma descrição de ausência de alimentação que não se trata da fome estudada aqui é a descrita por Guidi (2008) no poema *Estética da fome*: "Em época que Botero é o pintor do excêntrico/ a passarela desfila ossos sob roupas e aplausos/ em passos e descompassos rumo à estética da fome. A subnutrição passou a ser religião/ e as refeições, cardápios e táticas dessa ditadura. Através de vertigens e alucinações/ o corpo cansado de tanta ausência/ e dedos intrusos na garganta/ pede arrego e um prato de comida. Já a cabeça, atrás da realidade de Portinari/ renega os suplícios de uma delirante gula".

²⁰ Entretanto, não se inclui casos com o apresentado pelo documentário *Super Size Me - A Dieta do Palhaço*, dirigido por Morgan Spurlock, 2004, onde o personagem, para testar as consequências de uma alimentação cotidiana baseada em *fast food*, faz três refeições diárias deste tipo, ingerindo em termos de calorias, uma quantidade além da necessária, entretanto sem satisfazer as necessidades de vitaminas, o que repercute em ganho de peso, aumento da pressão arterial, desconforto etc.

assentado sobre a desigual apropriação dos bens, a exploração do trabalho e a exploração de recursos naturais. Enquanto um modelo de acúmulo, o capitalismo, impõe no Brasil, como pode se perceber dos dados do IBGE (2006), a 39,69% da população, a incerteza de alimentar-se, impedindo a efetuação das forças humanas, levando a um não realizar-se enquanto possibilidade.

2 JOSUÉ DE CASTRO E A GEOGRAFIA DA FOME

2.1 Josué: o homem e a obra

Josué Apolônio de Castro nasceu em 5 de setembro de 1908, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco. Filho único de Manoel Apolônio de Castro e de Josepha Carneiro de Castro. Seu pai, que era proprietário de terras e mercador de gado, veio com a família de Cabaceiras, sertão paraibano, durante a seca de 1877. Sua mãe era filha de senhor de engenho da zona da mata pernambucana, e tornou-se professora em Recife.

Josué passou sua infância no bairro da Madalena, um dos mais pobres de Recife. Iniciou o curso de medicina na Bahia, onde permaneceu por três anos, mas formou-se no Rio de Janeiro em 1929. Depois de uma rápida passagem pelos Estados Unidos, volta ao Recife, onde começa a clinicar. Trabalha como médico em uma grande fábrica, onde percebe os efeitos da fome sobre os trabalhadores.

Comecei, também, a trabalhar numa grande fábrica e a verificar que os doentes não tinham uma doença definida, mas não podiam trabalhar. Eram acusados de preguiça. No fim de algum tempo, compreendi o que se passava com os enfermos. Disse aos patrões: sei o que meus clientes têm. Mas não posso curá-los porque sou médico e não diretor daqui. A doença desta gente é fome²¹.

A partir desta experiência Josué realiza, em 1932, uma pesquisa sobre alimentação na classe operária no Recife, publicada em 1935 com o título *Condições de vida das classes operárias no Recife*. Antes disso, em 1930, Josué tinha publicado *O ciclo do caranguejo*, “no qual descreve o drama da fome nos bairros pobres de sua cidade” (Taranto, 1993, p. 12). Em 1932, no Rio de Janeiro, criou o Serviço para a Alimentação e a Previdência Social, com o objetivo de estudar as condições alimentares das regiões do Brasil. Neste mesmo ano publicou *O problema da alimentação no Brasil*, “um claro e crítico estudo da influência do clima e da alimentação sobre o metabolismo basal” (Taranto, 1993, p. 13).

²¹ Palavras de Josué de Castro, disponível em <<http://www.projetomemoria.art.br/josuedecastro>> acessado em 20 de ago. de 2007.

Em 1932, Josué torna-se livre docente em Fisiologia no Recife. Em 1933 participa do grupo que idealiza e funda a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife, onde foi professor de Geografia Humana (1933 a 1935). Na Universidade do Distrito Federal, de 1935 a 1938, é professor de Antropologia. Em 1938, no Rio, é Licenciado em Filosofia. Na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, com a tese, *A cidade do Recife, ensaio de Geografia Urbana*, consegue a Cátedra de Geografia Humana. No Rio de Janeiro, idealiza, funda e dirige o Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil. É convidado, pelo governo de vários países, para estudar problemas de alimentação e nutrição, aceita o convite italiano e realiza um ciclo de conferências nas Universidades de Roma e Nápoles, do qual resulta a publicação de *Alimentazione e acclimatazione umana nei tropici*, de 1939.

Josué promoveu cursos sobre alimentação e nutrição, participou e presidiu várias organizações, dentre outras, a Sociedade Brasileira de Nutrição. Além das já citadas, até a década de 40, são publicações importantes de Josué: *Metabolismo basal e clima* (1932); *Alimentação e raça* (1935); *Documentários do nordeste* (1937) e *Fisiologia dos tabus* (1939). Essas formam a base para Josué escrever suas duas principais obras, a *Geografia da fome* (1946) e a *Geopolítica da fome* (1951). A partir dessas obras a opinião pública internacional, é alertada sobre o problema da fome, na concepção de Castro, marca do subdesenvolvimento e, em parte, resquício das estruturas socioeconômicas do colonialismo, entretanto, um fenômeno universal²².

Da denúncia da fome encontrada em seus livros e do reconhecimento internacional, Josué passou a atuar de maneira mais incisiva em organizações de luta contra a fome. Foi Presidente do Conselho da Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas (FAO), Roma, 1952 – 1956; presidiu a Associação Mundial de Luta Contra a Fome (ASCOFAM) em 1957, onde defendia, como primeiro direito do homem, o de não passar fome. Foi Presidente da Associação Médica Internacional para o Estudo e Condições de Vida e Saúde. Em função de suas publicações e atuação em organizações internacionalmente reconhecidas, Castro recebeu vários prêmios: Prêmio José Veríssimo da Academia Brasileira de Letras (1946); Grande Medalha da Cidade de Paris (1953); Prêmio

²² “Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome” (Castro, 2006, p. 32). “A história da humanidade tem sido, desde o princípio, a história de sua luta pela obtenção do pão-nosso-de-cada-dia” (Castro, 1961, p. 45).

Internacional de Paz (1954); Prêmio Franklin D. Roosevelt (1952); Oficial da Legião de Honra da França (1955); além de três títulos de Professor *Honoris Causa*. Josué foi Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco (1954 a 1962) e Embaixador do Brasil na ONU, em Genebra, de 1962 a 1964.

Em 1964, pela ditadura militar, Josué teve seus direitos políticos cassados e passa a viver em Paris. Na França, foi Professor Estrangeiro Associado ao Centro Universitário Experimental de Vincennes, Universidade de Paris, de 1968 a 1973 e Presidente do Centro Internacional para o Desenvolvimento (CID)²³.

Josué, incansável escritor, depois da *Geopolítica da fome*, publica uma série de livros e artigos. Dentre eles destaca-se: *A cidade do Recife* (1954); *Ensaio de biologia social* (1957); *Ensaio de Geografia Humana* (1957); *O livro negro da fome* (1960); *Sete Palmas da terra e um caixão* (1965); *Homens e caranguejos* (1967); *A explosão demográfica e a fome no mundo* (1968); *El hambre – problema universal* (1969) e *Estratégias do desenvolvimento* (1971)²⁴.

Josué de Castro, impedido de voltar ao Brasil, faleceu em Paris, em 24 de setembro de 1973. De Josué ficaram os ideais de um brasileiro que se empenhou em denunciar a fome não como produto de fatores naturais, mas de criação humana, no seu entendimento, resultado de estruturas econômicas defeituosas. Josué mostrou que a fome, na sua forma mais agressiva é, em primeiro lugar, um problema político, portanto, um problema que pode ser resolvido.

2.2 Os olhos, o móbil do prurido

No prefácio do livro *Homens e caranguejos*, Josué relata o cotidiano de sua infância e da população nos mangues do Rio Capibaribe – Recife. *Homens e caranguejos*, como o próprio autor salienta, trata-se de uma ficção, entretanto, nas cenas descritas, “se conta a história de uma vida diante da história multiforme da vida” (Castro, 1984, p. 17). Isso é o que permite ao autor ficar na dúvida se a obra é um romance, um livro de memórias ou uma autobiografia.

²³ O CID “era uma fundação sem fins lucrativos, constituída sob os auspícios do governo helvético. Seu objetivo principal era a criação de uma nova filosofia de ação em matérias de cooperação internacional, originada da insatisfação com programas de assistência técnica e financeira a favor do Terceiro Mundo. O CID devia constituir a plataforma de uma universidade internacional de desenvolvimento” (Taranto, 1993, p. 27).

²⁴ Para uma relação completa das publicações de Josué de Castro, verificar Taranto (1993, pgs 139 – 154) e <<http://www.projetomemoria.art.br/josuedecastro>>.

De momento, o que importa é a relação da realidade presenciada por Josué com a descoberta da fome. Lendo as palavras de Castro, não restam dúvidas de que Aristóteles, quando “valoriza a observação das coisas pelos sentidos e tenta integrar o mundo sensível ao conhecimento científico” (Zilles, 1994, p. 62), poderia ter dirigido estas palavras a Josué, pois seus textos são indissociáveis da realidade vista.

O fenômeno – fome – se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejos, pensando e sentindo como caranguejos. Seres anfíbios – habitantes da terra e da água, meio homens e meio bichos (CASTRO, 1984, p. 18).

No mesmo texto, Castro (1984, p. 22) faz mais alusões à descoberta da fome a partir da realidade que observa cotidianamente:

a história dos homens do Nordeste me entrou mais pelos olhos do que pelos ouvidos. Entrou-me por dentro dos meus olhos ávidos de criança sob forma destas imagens que estavam longe de serem claras e risonhas... Nada eu via que não provocasse a sensação de uma verdadeira descoberta. Foi assim que eu vi e senti formigar dentro de mim a terrível descoberta da fome.

É dessa realidade sofrida e, sobretudo faminta, que Josué tem suas primeiras e mais importantes lições sobre o tema que dedicou grande parte de sua vida: a fome. A fome dos caranguejos a espera de um período de cheias, mas principalmente a fome dos homens, que mastigam talos de capim para disfarçar a ausência de alimentos. Nessa situação, além da fome, homens e caranguejos, compartilham a produção de uma saliva que escorre pela boca, é o que Josué chama de “baba da fome” (Castro, 1984, p. 23).

Ainda no prefácio de *Homens e caranguejos*, por meio de manifestações da cultura popular, do bumba-meu-boi, Josué presencia a vida sofrida da população faminta, onde quase todas as palavras, vivências, desejos e ações expressam a fome e a presença da necessidade de saciá-la. As poesias, os cantos e as gírias que fazem alusão a comidas, denunciam que ali está presente uma população de barriga vazia e cabeça cheia de alimentos, uma vez que os indivíduos atacados pela fome não conseguem pensar em outra coisa, a não ser, em saciar quem está lhe consumindo.

Todas estas passagens retratam a miséria de uma população excluída e esmagada por uma estrutura de poder, o que faz da sociedade nordestina, como diz Josué (Castro, 1984, p. 21), uma sociedade anfíbia, onde vivem lado-a-lado, uma estrutura agrária feudal e uma estrutura capitalista.

Com o passar do tempo, Castro percebe que a fome, geograficamente, não se restringe ao local onde sua vida se desenvolve, antes pelo contrário, primeiro porque o litoral nordestino, onde está sitiado Recife, é uma terra de promessa, que recebe pessoas vindas de áreas de mais fome ainda, da área das secas e da área monocultora da cana e, segundo, que a fome é um fenômeno universal. O drama da fome presenciado em sua infância é um drama que atinge pessoas em toda a terra. Ao estudo e evidência desse drama, Josué dedicou grande esforço, representado por seus escritos, dentre eles, os principais, *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome*, que são os mais lidos, conhecidos, citados e traduzidos.

2.3 A Geografia da fome

A *Geografia da fome* é o mais conhecido trabalho sobre fome no Brasil. Abramovay (1996, p. 1) afirmou que esta obra é uma construção interdisciplinar, que reúne o médico, o epidemiologista, o estudioso das relações sociais e o conhecedor do meio natural. Assim, a síntese destes elementos trata-se da “primeira grande obra sobre os problemas ambientais brasileiros, vistos naquilo que mais interessam à sociedade: seu impacto sobre os homens” (Abramovay, 1996, p. 1). Com esta obra, Josué denunciou ao mundo a pobreza das condições alimentares no Brasil. Para ter um panorama geral destas condições, Castro afirma ter recorrido aos “princípios fundamentais da ciência geográfica, cujo objetivo básico é localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que se passam à superfície da terra” (Castro, 2006, p. 16). De imediato, pode-se perceber que Josué não almejava estudar a fome individual, tanto no que diz respeito ao mecanismo fisiológico – quantidade de calorias e vitaminas necessárias; aproveitamento destas pelo organismo; relação peso altura e condições climáticas – quanto no seu aspecto subjetivo – o das sensações físicas e reações psicológicas causadas pela fome. Assim, o autor delimita da seguinte forma seu plano de estudo:

O nosso objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva – da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas. Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa

chamam de *starvation*, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais frequente e mais grave, em suas consequências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. É principalmente o estudo dessas coletivas fomes parciais, dessas fomes específicas, em sua infinita variedade, que constitui o objetivo nuclear do nosso trabalho (CASTRO, 2006, p. 18).

Com este objetivo, Josué pretendia estudar as diferentes áreas de fome e as manifestações de subnutrição no Brasil, buscando compreender as influências de fatores biológicos na moldagem da cultura e da civilização. Entretanto, o autor frisa que não tem intenção de pôr a primazia do biológico sobre o social: “O que pretendemos é pôr ao alcance da análise sociológica certos elementos do mecanismo biológico de ajustamento do homem brasileiro aos quadros naturais e culturais do país” (Castro, 2006, p. 21).

Introduzindo seu estudo, Josué afirma que a alimentação do brasileiro tem-se revelado com qualidades nutritivas bem precárias, existindo no país fome crônica – erros e defeitos mais graves – e subnutrição – erros mais discretos. Investigando a causa dessa alimentação defeituosa, o autor diz que estes problemas “são mais produtos de fatores socioculturais do que de fatores de natureza geográfica” (Castro, 2006, p. 34). Isso significa que os recursos naturais disponíveis no território brasileiro são mais que suficientes para alimentar adequadamente todos os habitantes. Porém, “nossa estrutura econômica-social tem agido sempre num sentido desfavorável ao aproveitamento racional de nossas possibilidades geográficas” (Castro, 2006, p. 34).

O Brasil, em função de sua extensão territorial, características naturais de clima, solo e biota, ocupação por diferentes grupos étnicos, comporta uma grande gama de áreas geográficas alimentares. Josué classifica o Brasil em cinco grandes áreas alimentares, cada uma “dispondo de recursos típicos, com sua dieta habitual apoiada em determinados produtos regionais e com seus efetivos humanos refletindo... a influência marcante de seus tipos de dieta” (Castro, 2006, p. 34). As áreas alimentares referidas são: Amazônia, Mata do Nordeste, Sertão do Nordeste, Centro-Oeste e Extremo Sul²⁵.

²⁵ De maneira mais sucinta, Josué expõe as áreas alimentares no Brasil, sua classificação e caracterização, em *Ensaio de geografia humana* (Castro, 1957, pgs. 171 – 191).

Para Josué nem todas são áreas de fome. Na classificação do autor, são consideradas áreas de fome “aquelas que em pelo menos a metade da população apresenta nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição” (Castro, 2006, p. 35). Castro entende que mais importante que o grau de carência alimentar, é a extensão numérica em que a fome incide sobre a população, ou seja, para que uma área possa ser considerada de fome, na concepção de Josué, é necessário que as deficiências alimentares incidam sobre a maioria dos indivíduos que compõem a população.

A partir dessa classificação de áreas de fome, Josué afirma que três delas são nitidamente áreas de fome: a Área Amazônica, a da Mata e a do Sertão nordestino. Nessas três áreas “vivem populações que em grande maioria – quase diria na sua totalidade – exibem permanente ou ciclicamente as marcas inconfundíveis da fome coletiva” (Castro, 2006, p. 35). Nas duas outras áreas, a do Centro-Oeste e do Extremo Sul, Castro afirma que a alimentação está longe de ser perfeita, havendo desequilíbrios e carências alimentares, entretanto, não chega a ponto de atingir a maioria da população, ficando restrita a grupos e locais mais pontuais. Assim, o autor chama essas como áreas de subnutrição e não de fome.

A partir dessas considerações, Josué de Castro, em 1946, apresentava o *Mapa das áreas alimentares do Brasil* e o *Mapa das principais carências existentes nas diferentes áreas alimentares do Brasil* (Figuras 1 e 2). Com esses, Josué representava e denunciava as condições alimentares no Brasil composto, de modo geral, por duas grandes áreas, uma de fome e outra de subnutrição. O primeiro representa as áreas alimentares e os principais alimentos consumidos em cada uma delas. O segundo representa as áreas alimentares, as principais carências e suas respectivas incidências.



Figura 1: Mapas das áreas alimentares do Brasil.

Fonte: Castro (2006, p. 37).



Figura 2: Mapas das principais carências existentes nas diferentes áreas alimentares do Brasil.

Fonte: Castro (2006, p. 38).

De acordo com o proposto, a seguir, é rerepresentada a situação alimentar do Brasil exposta por Josué na *Geografia da fome*.

2.3.1 A Área amazônica

A alimentação da Área Amazônica tem como principal ingrediente a mandioca. Em termos de vida, essa área possui a mais vasta floresta equatorial do mundo, demograficamente, vive uma população tão pequena que a densidade pode ser comparada aos desertos africanos. Desde a colonização do vale amazônico por

Portugal, prevalece o extrativismo vegetal. A riqueza em termos de vida vegetal fez a miséria da área, pois só em casos isolados se estabeleceu uma agricultura insignificante voltada para a alimentação local (Castro, 2006, p. 43)²⁶.

À mandioca, que deu origem a um extenso número de *beijus*²⁷, mistura-se uma série de produtos, na grande maioria, silvestres e, sobretudo, da fauna aquática, peixes e tartarugas (que fornece carne e ovos). A floresta e a umidade são obstáculos à criação de gado, o que é agravado pela concentração do rebanho apenas em alguns pontos e em grandes latifúndios extensivos. Em outros locais, a dificuldade no transporte impede o consumo de derivados bovinos, como leite e carne. Em casos extremos o consumo de leite não ultrapassa 20 gramas diárias, que é 30 vezes menor que a média dos EUA. Carne e leite, “são produtos que não entram praticamente na alimentação habitual desta zona” (Castro, 2006, p. 48).

Josué frisa que a maioria da população vive nas margens dos rios. Periodicamente, estas áreas são alagadas, o que traz transtornos, entretanto, as águas depositam sedimentos ricos em matéria orgânica, o que possibilita a parca agricultura local²⁸.

Castro afirma que, a alimentação na Área Amazônica, quando analisada biológica e quimicamente, revela-se com inúmeras deficiências nutritivas. É uma alimentação quantitativa e qualitativa insuficiente.

É uma alimentação parca, escassa, de uma sobriedade impressionante. O que um homem come durante um dia inteiro não daria para uma só refeição dos habitantes de outras áreas climáticas, condicionadores de hábitos diferentes. No entanto, este homem parece satisfeito da sorte, conseguindo com um pouco de farinha e de café e com um gole de cachaça matar a gosto a sua fome. Mas a verdade é que se trata de populações de apetite embotado, em estado de anorexia crônica, consequência natural da falta de

²⁶ Descrição mais completa dos componentes da alimentação na área amazônica é feita da seguinte forma: “A farinha de mandioca e um pouco de feijão e de arroz produzidos nessas áreas inundáveis ou importados de outras regiões do país, peixes, crustáceos, carne e ovos de tartaruga e tracajá, além algum jabuti morto por ocasião das queimadas, compõem a dieta local. A castanha-do-pará, por outro lado, só faz parte da dieta amazônica por ocasião da colheita, empreitada temerária onde o homem se embrenha floresta adentro, durante meses, e onde tudo lhe falta” (Castro, 2006, p. 50).

²⁷ Beiju é uma espécie de panqueca preparada com farinha de mandioca.

²⁸ Na Amazônia, à exuberância e riqueza da floresta, contrasta a pobreza do solo: “A verdade é que excesso de chuvas lavando permanentemente este solo, aliado a outros fatores de intemperismo regional, o empobrece de maneira alarmante, e a agricultura sem a adubação das enchentes esgota as suas reservas numa rapidez assustadora. Esta é uma das razões que sempre obrigaram as populações indígenas a viver nesta região num regime de agricultura seminômade, derrubando a floresta num ponto, semeando um pouco de milho, de arroz e de mandioca, colhendo a seguir o produto e abandonando a roça para abrir outra clareira mais adiante. É que o rendimento de uma segunda plantação já não compensaria o trabalho nem permitiria o abastecimento suficiente do grupo, expondo-o aos perigos da fome aguda” (Castro, 2006, p. 50).

vitaminas e de determinados aminoácidos no seu regime alimentar (CASTRO, 2006, p. 52).

Na Área Amazônica, segundo Josué, em função das condições climáticas, o metabolismo do homem possui características alteradas, o que muda os limites quantitativos e suas necessidades nos mais variados princípios alimentares. E, uma vez que um regime alimentar, para ser considerado racional “deve ser suficiente, completo e harmônico” (Castro, 2006, p. 53), o funcionamento do metabolismo humano, na Área Amazônica, apresenta particularidades.

Castro mensura que é necessário em torno de 3000 calorias diárias para grupos humanos ocupados em trabalhos de intensidade média, sendo que em levantamentos realizados em alguns locais da Área Amazônica, encontrou um total que varia de 1800 a 2000 calorias diárias, ou seja, menos de dois terços do necessário. O autor pondera que as características geográficas locais permitem um menor consumo de calorias: “No excesso de temperatura e de umidade reinantes, o organismo não dispõe de outros meios para se desfazer do seu calor interno senão o de diminuir a sua formação, isto é, baixar o seu metabolismo” (Castro, 2006, p. 55). Isso é o que explica que o total de 3000 calorias pode ser reduzido para 2400, o que implica na “salvação” contra o déficit energético que a população ficaria exposta:

Este tipo regional de alimentação, que em sua manifesta insuficiência seria mortal em pouco tempo, conduzindo o organismo à morte num clima frio ou temperado, permite a sobrevivência do indivíduo, embora em condições precárias, nas contingências do clima tropical (CASTRO, 2006, p. 55).

Quanto às carências qualitativas, Castro expõe que, na Área Amazônica, estas são mais graves ainda, com baixíssimo consumo de proteínas, sais minerais e vitaminas. A insuficiência de proteínas se deve ao baixo consumo de derivados animais, os já citados, carne, leite, ovos e derivados destes. O peixe que é o mais consumido, não possui frequência em função de não haver organização da pesca²⁹. Até a criação de aves, importante fonte de proteínas, é dificultada em função dos alagamentos periódicos.

²⁹ O baixo consumo de proteína animal faz com que a população amazônica possua uma média de estatura abaixo do normal: “estatura das mais baixas do continente sul-americano”. Entretanto, não chegam a surgir “os edemas de fome com sua marca típica, os indivíduos inchando nuns lugares e murchando noutros” (Castro, 2006, p. 57).

No que diz respeito às deficiências em sais minerais, a situação é mais calamitosa³⁰. A começar pelo fato de que os vegetais desta área possuem um índice mais baixo do que o teor médio das mesmas espécies de plantas em outros locais com características pedológicas ricas em minerais. Josué afirma que quando a este fator – a pobreza mineral dos alimentos – se juntam erros dietéticos, a probabilidade de que a população seja assolada por carências minerais é mais elevada. O autor enumera que as principais carências minerais na Amazônia são de cálcio, ferro e cloreto de sódio. Cada uma delas atacando da sua maneira, quando juntas, com efeitos devastadores.

O solo e as águas são pobres em cálcio, somado ao reles consumo de leite e seus respectivos derivados: “Não há, portanto, por onde escapar ao déficit deste elemento na nutrição do amazonense” (Castro, 2006, p. 61). O que faz com que o consumo diário de cálcio não ultrapasse a um terço da uma grama estimada necessária. Castro estranha o não aparecimento de raquitismo nesta área, o que para o autor é resultado da riqueza de insolação, rica fonte de vitamina D. O déficit de ferro que, no Brasil, não é exclusivo da Área Amazônica, leva homens (principalmente crianças) e animais a buscar no solo esse recurso, fenômeno conhecido como *geofagia*³¹, muito presente no nordeste.

Os déficits de cloreto de sódio são elevados e, segundo Josué, resulta de fatores culturais e naturais. O fator natural diz respeito ao clima, que pelas altas temperaturas na Área Amazônica, provoca uma alta taxa de transpiração, o que leva a uma grande perda de cloreto de sódio. O fator climático, unido ao cultural, uma vez que os habitantes desta região praticamente não utilizam sal, leva a uma carência específica³². Sobre as consequências desta carência, Castro (2006, p. 71) afirmou:

O problema da fome de sódio é um problema da mais alta importância na vida tanto econômica como social dos grupos humanos que habitam as regiões equatoriais e tropicais. Através dele se fazem sentir influências decisivas do tipo de alimentação, do vestuário, e do regime de trabalho. Problema de raça, de clima e de hábitos culturais.

³⁰ “O primeiro fator dessas carências minerais é a pobreza do solo regional nesses elementos” (Castro, 2006, p. 58).

³¹ “Hábito que a nosso ver traduz quase sempre um tipo de fome específica, não sendo mais que a reação do organismo, buscando no barro do solo os elementos minerais de que se sente desfalcado” (Castro, 2006, p. 63).

³² “O tempero que o índio sempre admirou foi a pimenta, não ligando muita importância ao sal, comendo carne ou peixe insosso mas sempre embebidos num bom molho de pimenta” (Castro, 2006, p. 65).

Em termos de vitaminas, Josué considera que a alimentação na Área Amazônica apresenta uma série de carências. A mais significativa delas é a pequena presença de vitamina B, resultado do grande consumo de mandioca em detrimento de cereais, como trigo e arroz, que forneceria esta vitamina. A principal consequência da ausência desta vitamina é o surgimento de beribéri. Josué frisa que a presença de beribéri nesta área foi mais intensa no ciclo da borracha (1870 – 1910), mas que já no início do século XX, o fenômeno entra em processo de extinção. Segundo o autor, a Área Amazônica, durante algum tempo, foi considerada uma das de maior incidência de beribéri do mundo, principalmente, no período conhecido como ciclo da borracha. Nessa época um grande número de imigrantes, na sua grande maioria nordestinos, seduzidos pela idéia de enriquecimento, metiam-se mata adentro em busca do látex, não sabendo eles o que lhes aguardava: “A floresta virgem cobrou caro a ousadia desses pioneiros que tentavam arrancar a riqueza maldita do seio da selva tropical. E a sua vingança predileta fora exatamente o beribéri” (Castro, 2006, p. 73)³³.

Carências em vitaminas D, C e A são menos frequentes na Área Amazônica. A vitamina C, lembra Castro, é facilmente encontrada em pimentas, artigo muito consumido nesta Área. Já as carências em vitamina D, que implica no aparecimento de raquitismo, é compensada pela grande incidência de sol próximo à linha do equador. No que se refere à vitamina A, é mais fácil encontrar casos preocupantes. Castro (2006, p. 76), em relação a vitamina A, lembra que o “mais comum nesta área é a hipovitaminose relativa, denunciada pela falta de crescimento, pela visão até certo ponto deficiente e, principalmente, pela perturbações cutâneas”.

Como fator agravante da pobre condição de vida na Área Amazônica, o que possibilita a Josué afirmar que esta Área pode ser considerada de fome endêmica, refere-se ao alto índice de mortalidade infantil, o qual alcança em alguns casos, como Manaus, por exemplo, a cifra de 239 por mil. Para se ter uma idéia destas parcas condições de vida desta população, Castro compara estes dados com a Noruega e Nova Zelândia, onde estes índices não ultrapassam, respectivamente,

³³ Sobre a agressividade do beribéri nos seringueiros, Castro (2006, p. 73) fez a seguinte afirmação: “começavam a sentir o chão fugindo debaixo dos pés, a sentir as pernas moles e bambas, a dormência subindo dos pés até a barriga. Uma cinta apertando-lhes o peito como uma garra. Era o beribéri chegando, tomando-lhes conta do corpo, roendo-lhes os nervos, acabando com a vitalidade do aventureiro nordestino. ...daí em diante ou vinham as inchações, as terríveis hidropisias, ficando os membros com a pele esticada e brilhante, porejando linfa – pernas de cristal – , ou murchando tudo, dessecando-se as massas musculares, fundindo-se a carne por encanto como se estivesse sendo comido com violência pela própria doença”.

36 e 32 por mil. Josué cita também a grande incidência de tuberculose, que em Belém ultrapassava a marca de 250 por 100.000, número cinco vezes maior que o de Nova Iorque.

Ainda na década de 1940, Josué não entendia esta situação como insolúvel. Para o autor, a fome e a subnutrição presente nesta Área, responsáveis pela baixa taxa de densidade demográfica, poderiam ser superadas desde que houvesse um “aproveitamento racional e não de intempestiva destruição” das riquezas naturais presentes ali. Castro frisa que a forma de colonização procedida nesta área é responsável pelo fracasso do aproveitamento dos recursos em benefício do desenvolvimento da sociedade.

Destruição da riqueza vegetal com as seringueiras sangradas até a última gota do seu látex, com os peixes e as tartarugas destruídas sem discernimento, quase até o extermínio das espécies. Sem nenhuma preocupação de melhorar os processos de agricultura primitiva nem de ampliar a sua área de cultivo (CASTRO, 2006, p. 81).

Com isso, Josué defende que nenhum projeto de povoamento e de desenvolvimento econômico, pode estar alheio às condições alimentares da população. Sem um plano de aproveitamento racional dos recursos naturais jamais se terá, de forma sustentável, uma alimentação adequada. E isso foi o que aconteceu na Amazônia: o homem, um elemento estranho, não percebeu que a floresta oferece uma grande resistência. E, assim, só com um planejamento é possível fixar raízes humanas em tal área. O número de seringueiros consumidos pelas forças da natureza denuncia que a agressão ao meio implicou numa mutilação do elemento humano³⁴.

2.3.2 A Área do Nordeste Açucareiro

A Área Alimentar do Nordeste Açucareiro é uma faixa de terrenos no litoral nordestino do Brasil que se estende da Bahia ao Ceará. Uma das características marcantes desta área é o solo do tipo massapé, de grande fertilidade, que, aliado à regularidade das chuvas, poderia possibilitar uma grande e diversificada produção de alimentos. Com isso, Josué destaca que uma diferença marcante entre esta Área e a Amazônica reside no fato da segunda possuir fome,

³⁴ Apesar de não existirem dados precisos, Castro (2006, p. 74) estima que pelo menos 50% dos seringueiros da Área Amazônica, em função do não consumo de vitamina do complexo B, foram atingidos pelo beribéri.

principalmente, pela pobreza da floresta em alimentos, enquanto que na primeira, “as condições tanto do solo quanto do clima regionais sempre foram as mais propícias ao cultivo certo e rendoso de uma infinidade de produtos alimentares” (Castro, 2006, p. 96). O que faz com que seja facilmente percebido, segundo Josué, a discrepância entre possibilidades geográficas e recursos alimentares.

No Nordeste, os colonizadores europeus, desde cedo descobriram que o local poderia ser largamente aproveitado para a produção de cana-de-açúcar, privilegiando esta cultura em detrimento de uma produção diversificada de alimentos. A atividade monocultora da cana, possível pelas condições geográficas de clima e solo, exigia uma grande dedicação em termos de trabalho, problema resolvido com a importação de escravos e captura de índios. As consequências do ímpeto pela produção de açúcar, especiaria aclamada na Europa, trazem para o litoral do nordeste brasileiro, resultados drásticos: a destruição dos recursos naturais, tanto de flora, como da fauna.

Para Josué a ampliação das lavouras de cana no litoral nordestino, que começou com a destruição das florestas, acentua a miséria alimentar na área. Depois da destruição das florestas, do desequilíbrio na fauna, de uma possível alteração no regime das chuvas, tem-se o início da erosão dos solos. A destruição das matas acelera o esgotamento dos solos, que não é mais recomposto pelo húmus das plantas, o que é agravado pela própria monocultura da cana, uma vez que esta planta possui um poder de extração de nutrientes do solo muito maior que outras plantas. Castro (2006, p. 109) afirma que a monocultura, neste caso da cana, trata-se de “uma grave doença de economia agrária”.

Sobre a questão da alimentação propriamente dita, Castro começa afirmando que os primeiros colonos portugueses que chegaram no litoral do Nordeste traziam consigo a tradição de um bom tipo de regime alimentar:

Tipo de alimentação ibérica, caracterizado principalmente por sua riqueza e variedade de vegetais – de frutas, legumes e verduras –, produtos de cultivo intensivo, fino e delicado da horta e do pomar, cultivo introduzido na península pelos invasores árabes e transmitido através de séculos a portugueses e espanhóis (CASTRO, 2006, p. 109).

Castro entende que os portugueses trouxeram para o Nordeste do Brasil boas técnicas de habitação (baseadas nas casas grandes, o que ameniza o calor), vestuário (trabalhavam despídos da cintura para cima, o que fazia com que perdessem menos suor) e de alimentação, entretanto esta última não perdurou por

muito tempo. A substituição do trigo pela mandioca representou a primeira grande queda de qualidade. A alimentação teve uma queda qualitativa e quantitativa, atingindo até os senhores, o que trouxe sérios problemas:

...o fator alimentar, descuidado e mal utilizado, contribui muito para sua desintegração (da sociedade agrária do Nordeste), para a decadência precoce desta sociedade, com seus senhores amolecidos por um regime com excessos de açucarados, mas deficiente em seus princípios essenciais, e com a massa de escravos e depois de camponeses e de operários definhando a olhos vistos, morrendo de fome quantitativa e qualitativa (CASTRO, 2006, p. 110).

Josué destaca a importância da influência da alimentação de índios e negros nesta área. Quanto aos primeiros, é citada a grande variedade tanto de pratos, quanto de bebidas. Já no que se refere ao elemento negro, Castro cita sua grande ligação com a terra voltada para uma produção de sustentação, reagindo contra a monocultura. Quando a produção de açúcar era o objetivo único dos senhores, os negros desobedeciam as ordens e plantavam “às escondidas seu roçadinho de mandioca, de batata-doce, de feijão e de milho. Sujando aqui, acolá, o verde monótono dos canaviais” (Castro, 2006, p. 115). Josué menciona autores que entendiam que uma das melhores e mais eficientes formas de desestabilizar um quilombo eram destruir suas plantações, esse seria o pior castigo imposto, “a maior opressão de que eles padecem” (Castro, 2006, p. 117). Assim, Josué afirma a importância da influência destes dois grupos na alimentação no Brasil, importância diminuída em função das proibições, por parte dos senhores de engenho, de plantar uma agricultura diversificada, reduzindo a mandioca como quase que único alimento, pois esta não exige nem muito cuidado, nem muita terra. O que fez da Área do Nordeste açucareiro uma área de fome.

Como pode-se observar, os senhores buscavam fazer com que todas as energias despendidas pelo trabalho fossem em função das plantações de cana e da produção de açúcar³⁵, atividades essas que necessitam de um grande número de trabalhadores, o que acaba agravando a situação alimentar nesta área. Durante um certo período, segundo Castro, os senhores até importavam alimentos, mas o grande aumento da população e a degradação da qualidade do alimento em função do transporte e ataques de ratos, acabaram inviabilizando tal prática, o que fez com

³⁵ A ânsia pela produção de açúcar era tão grande que existiam proibições oficiais de outras atividades, como no século XVII que, através de uma carta-régia, foi proibida a criação de gado a menos de 60 quilômetros da costa (Simonsen, 1937 apud Castro, 2006, p. 118).

que, definitivamente, a mandioca – de plantio obrigatório em alguns períodos – assumisse o lugar do trigo, inclusive nas refeições dos colonizadores³⁶. Dessa forma, pode-se ter uma idéia da pobreza desta alimentação em vegetais, legumes, frutas, carne, leite e seus derivados. Uma grande exceção, segundo Castro (2006, p. 121), é a mistura de café com leite: “mistura alimentar das mais felizes porque compõe uma bebida do mais alto valor nutritivo e de magníficas propriedades”.

Abordando a fome no Nordeste Açucareiro, Josué lembra a pesquisa realizada em 1932 sobre as condições de vida das classes operárias no Recife³⁷, cidade considerada capital da zona açucareira. Quanto às conclusões desta pesquisa, Castro (2006, p. 122) faz a seguinte consideração: “pelo menos naquela região do Nordeste açucareiro, do que mais se morria era de fome. Das consequências da fome crônica em que viviam há séculos as populações regionais”. Essa afirmação se deve a constatação, a partir do inquérito, de que a população vivia uma monotonia alimentar, mais precisamente, uma dieta a base de farinha com feijão, charque, café e açúcar. Sendo que 80% da população não consumia leite, ovos, frutas e verduras. A esta insuficiência qualitativa se aliava a quantitativa, com um valor médio de 1645 calorias diárias, ou seja, um valor muito inferior ao exigido (Castro, 2006, p. 122).

A partir do inquérito de 1932, Josué diz que as condições alimentares encontrados em Recife diferem muito pouco de todo o litoral nordestino, as carências são, basicamente, as mesmas: baixo consumo de proteínas, cálcio, ferro, e vitaminas B e C. Castro (2006, p. 124) lembra que na época, dos 700 mil habitantes de Recife, 230 mil viviam em mocambos³⁸, essa população, se tomada isolada, seria a sétima maior cidade brasileira. As carências alimentares no litoral nordestino geravam consequências para a população, uma delas pode ser vista pela relação alimentação *versus* rendimento no trabalho.

As primeiras manifestações diretas da deficiência alimentar são as que resultam de sua insuficiência calórica, de sua pobreza energética. Por sua conta decorre, em grande parte, a reduzida capacidade de trabalho dessa gente que se cansa ao menor esforço, que não é capaz de acompanhar o

³⁶ Josué lembra que, no mundo, são as zonas de produção de açúcar que apresentam os maiores índices de densidade demográfica nas zonas rurais (Castro, 2006, p. 119).

³⁷ Esta pesquisa de Josué está presente em pelo menos duas publicações: *Alimentação e raça e Documentários do Nordeste*.

³⁸ Mocambos são as habitações típicas dos mangues da cidade do Recife. A paisagem formada por eles denuncia as condições de miserabilidade da população que vive neste local.

ritmo muscular do trabalhador das regiões de melhor alimentação do sul do país. Ou mesmo dos habitantes da zona do sertão (CASTRO, 2006, p. 127).

Josué se contrapõe a Gilberto Freire (apud Castro, 2006, p. 128) quando afirma que os escravos eram “os mais bem alimentados”. Para Castro, os escravos, eram os que comiam mais, o que é muito diferente de bem alimentados. Aos escravos, segundo Castro (2006, p. 128), os senhores forneciam uma alimentação “de maior potencial energético sem minorar nenhuma de suas deficiências”. O que os donos de engenhos faziam era fornecerem uma grande quantidade de energia, o que poderia proporcionar uma grande quantidade de trabalho, entretanto isso perdurava até o momento em que os escravos caíssem tomados por avitaminoses³⁹. Por essa falta de energia e consequente baixa de rendimento no trabalho, Josué entende que se explicam as acusações de preguiça aos negros: a preguiça não era um mal de raça, era um mal de fome.

No Nordeste Açucareiro, constata Josué, uma carência patente de proteínas. A primeira manifestação desta carência é o crescimento lento, isso faz do homem desta área indivíduos abaixo da estatura média. Outra manifestação da carência protéica são as hidropisias⁴⁰, doença muito comum nas áreas de canaviais. A carência de proteínas em alguns casos, segundo Castro, leva a falsa impressão de que o indivíduo é sadio, mas quando surge uma hidropisia, as pessoas começam a incharem, “enchendo-se” de água, para em seguida expeli-la pelos poros.

Sobre as carências protéicas, Josué lembra que escapam dessas os habitantes das praias do Nordeste. Os recursos aquáticos: peixes, siris, camarões, entre outros, mas principalmente, os caranguejos, são as fontes de proteínas que livram os habitantes desta área carência referida. Castro (1959; 1984) fala no ciclo do caranguejo, expressão usada pelo autor para representar as cenas presenciadas em sua infância às margens do rio Capibaribe. O ciclo do caranguejo diz respeito ao fato de que, nos mangues, o homem se alimenta do caranguejo e o caranguejo, dos excrementos do primeiro, o que leva a um ciclo descrito por Castro (1959, p. 27) da seguinte forma:

Tudo aí, é, foi ou está para ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que vive nela. A lama misturada com urina, excremento e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é caranguejo, vai ser. O caranguejo nasce

³⁹ Avitaminose é um distúrbio nutricional resultado da insuficiência de vitaminas que provoca o aparecimento de doenças, que variam de acordo com o tipo de insuficiência.

⁴⁰ Hidropisia é o acúmulo anormal de líquido no corpo.

nela, vive dela. Cresce comendo lama, engordando com as porcarias dela, fazendo com lama a carinha branca de suas patas e a geléia esverdeadas de suas vísceras pegajosas. Por outro lado o povo daí vive de pegar caranguejo, chupar-lhe as patas, comer e lambe os seus cascos até que fiquem limpos como um copo. E com a sua carne feita de lama fazer a carne do seu corpo e a carne do corpo de seus filhos.

Este ciclo possibilita, aos habitantes do mangues, recursos protéicos. Outro exemplo citado por Castro de fonte de proteína é a pesca em auto mar. O autor, inclusive, usa a expressão “nômades marinhos” para designar os pescadores dessa área, pois esses passam a maior parte de sua vida no mar. Também como fonte de proteína, no litoral do nordeste, Josué lembra o uso do coco e do caju, duas fontes que, somadas aos recursos aquáticos, fazem da alimentação, no litoral da Área do Nordeste Açucareiro, melhorada em relação aos trabalhadores de engenho.

Estudando a área alimentar do Nordeste Açucareiro, Castro enfatiza aspectos culturais que debilitam a qualidade da alimentação. A começar pelo baixíssimo consumo de frutas, verduras e legumes, o povo do Nordeste perdeu os hábitos de comer esses alimentos, considerando “a fruta uma gulodice, como considera folha e verdura comida de lagarta. Comida de homem para essa gente é mesmo feijão, carne e farinha” (Castro, 2006, p. 136). Esses fatos, em alguns casos, são presenciados através dos tabus em relação a alimentos. Josué cita Pernambuco, Estado que na época era o maior produtor de açúcar, mas em termos de consumo ocupava a 14ª posição do país. O autor afirma que isso se devia aos mitos criados pelos senhores para que os escravos não consumissem seu precioso produto de exportação. Além disso, a falta de frutas na alimentação tornava essa monótona. Quanto à alimentação das famílias ricas, Josué afirma também haver problemas. Nesse caso, o excesso de açúcar era grande causador de diabete, que somado a ausência de vitaminas na alimentação das classes abastadas, são os aspectos que permitem a Castro (2006, p. 139) afirmar que “a alimentação dos ricos é ainda pior que a dos pobres”.

Sobre as carências minerais na Área Alimentar do Nordeste Açucareiro, Josué cita a ausência de ferro na alimentação, o que provoca anemia. Para se ter uma idéia das proporções desta carência, o autor recorre a uma pesquisa de Azevedo e Galvão (apud Castro, 2006, p. 139) realizada entre escolares, onde foi encontrado um número de 40% das crianças pesquisadas com anemia declarada. Esta carência leva ao fenômeno da geofagia, que é hábito de comer barro ou terra, o que denuncia uma fome específica, resultado de uma alimentação incompleta.

Em relação às avitaminoses, “não são elas tão abundantes como seria de esperar” (Castro, 2006, p. 141), entretanto o autor afirma existir carências em relação à vitamina A, B1, B2 e C. A xeroftalmia, manifestações cutâneas que torna a pele áspera, seca e farinhenta e a frequente incidência de doenças do aparelho respiratório denunciam a avitaminose A. A avitaminose B1 pode ser percebida pelos problemas em aparelhos digestivo, circulatório e nervoso. Já as carências em vitamina B2 são presenciadas pelas boqueiras (rachaduras dos cantos da boca). As avitaminoses C, muito comum nos primeiros séculos da colonização, são raridades na época do estudo de Castro. Frente a esta situação, Castro (2006, p. 144) afirma:

Diante da monotonia e da pobreza do regime alimentar, apurados nos inquéritos, parece um verdadeiro milagre que se não manifestem, além dos apontados, muitas outras formas de carências declaradas, num tétrico cortejo, idêntico ao das regiões de fome do Extremo-Oriente.

O autor entende que isso pode ser explicado pela influência preventiva de alguns ingredientes na alimentação, dentre eles o óleo de dendê e a pimenta, que figuram em dozes generosas, principalmente, nos pratos baianos. Sendo o óleo de dendê uma fonte rica em vitamina A, e as pimentas, em vitamina C.

Para visualizar de uma forma clara a insalubridade das condições de vida na Área do Nordeste Açucareiro, o que possibilita entender porque esta é uma área de fome, Josué trás três informações que sintetizam a situação da mesma: i) mortalidade infantil: os três maiores índices do Brasil se encontravam no Nordeste, Aracaju (475‰); Maceió (443‰) e Natal (352‰), ii) mortalidade por tuberculose: três entre os seis mais altos índices do Brasil estavam no Nordeste: Salvador, Fortaleza e Recife, respectivamente, com 345, 302 e 359 por 100.000 habitantes e iii) mortalidade global: mais de 50% dos óbitos nesta área aconteciam antes dos 30 anos de idade (Castro, 2006, p. 148 e 149). Esses dados levam Castro (2006, p. 150) a conclusão de que “aí nasce muita gente, mas morre cedo quase tudo e quase sempre de fome. Desta fome discreta, dissimulada, que destrói surda e continuamente toda a energia vital do nordestino”. Assim, o autor entende que o Nordeste Açucareiro é uma área de fome endêmica.

Condição de alimentação muito próxima da encontrada na Nordeste Açucareiro, Josué diz ser a da zona do cacau, uma faixa litorânea que se estende do recôncavo baiano até o Espírito Santo. O latifúndio do cacau possui tendências parecidas com a da cana-de-açúcar, proprietários estrangeiros, produção mercantil

que objetiva lucro sem preocupação com melhorar as condições de vida local, despreocupação dos proprietários com as plantações, uma vez que passam muito tempo sem visitá-las, ao contrário dos proprietários de engenho que demonstram preocupações com seus canaviais. A área do cacau é “uma área do açúcar despida daqueles arranjos acomodativos que o patriarcalismo criou no Nordeste, daquele sossego aparente da doce vida dos engenhos. É mais uma zona de fome, alimentada pela fictícia riqueza do cacau” (Castro, 2006, p. 154).

2.3.3 A Área do Sertão do Nordeste

As duas áreas estudadas até aqui são de fome endêmica, ou seja, a população está submetida permanentemente a um regime de carências quantitativa e qualitativa. Diferente dessa situação é a do Sertão do Nordeste, caracterizada por Josué como de fome epidêmica. No Sertão, a fome, de modo geral, grassa em períodos intercalados, mas quando chega não se apresenta de forma discreta como nas duas áreas antes estudadas. A fome no Sertão do Nordeste possui características como:

Surto agudo de fome que surge com as secas, intercaladas ciclicamente com os períodos de relativa abundância que caracterizam a vida do sertanejo nas épocas de normalidade. As epidemias de fome destas quadras calamitosas não se limitam, no entanto, aos aspectos discretos e toleráveis das fomes parciais, das carências específicas, encontradas nas outras áreas até agora estudadas. São epidemias de fome global quantitativa e qualitativa, alcançando com incrível violência os limites extremos da desnutrição e da inanição aguda e atingindo indistintamente a todos, ricos e pobres, fazendeiros abastados e trabalhadores do eito, homens, mulheres e crianças, todos açoitados de maneira impiedosa pelo terrível flagelo das secas (CASTRO, 2006, p. 157).

Essa área, que na época do estudo de Josué, possuía sete milhões de habitantes, tem como alimento básico o milho, que associado a outros produtos regionais, permite a população, fora dos períodos de secas, viver “em perfeito equilíbrio alimentar, num estado de nutrição bastante satisfatório” (Castro, 2006, p. 158). O que possibilita a Josué supor que, se não fossem as secas, esta área não figuraria entre as de fome da América. Entretanto, as secas periódicas, desorganizam “por completo a economia primária da região, extinguindo as fontes naturais de vida... reduzem o sertão a uma paisagem desértica, com seus habitantes sempre desprovidos de reservas, morrendo à míngua de água e de alimento” (Castro, 2006, p. 158).

Essa área geográfica é caracterizada pelo clima semi-árido, com baixas e irregulares quantidades de chuva. Segundo Castro (2006, p. 159), as altas temperaturas, associadas à baixa umidade, faz do Sertão um “clima saudável, isento de inúmeras doenças tropicais, condicionadas pelo excesso de umidade do solo e do ar”.

Em termos alimentares, a fauna e a flora do Sertão, são mais pobres do que as da Amazônia e Nordeste Açucareiro. Os rios intermitentes e a escassez de água são empecilhos para o desenvolvimento de certas espécies de seres vivos, entretanto, existem espécies de aves e, principalmente, de abelhas, que são destacadas por Castro como recursos alimentares existentes no Sertão. Uma característica desta Área é a criação de rebanhos bovinos e caprinos, bastante favorável a alimentação local, uma vez que, segundo Castro (2006, p. 172), os derivados deste último, “tanto a sua carne como o seu leite são consumidos, na quase totalidade, nos mercados locais”.

Castro frisa também que o sertanejo não se deixou absorver por apenas uma atividade, o que seria nocivo à economia e à sustentação alimentar. O autor destaca que o sertanejo é vaqueiro e agricultor ao mesmo tempo. Sendo que, enquanto agricultor, não se preocupa com exportar, como no litoral. O sertanejo é:

um plantador de produtos de sustentação para seu próprio consumo. Um semeador, em pequena escala, de milho, feijão, fava, mandioca, batata-doce, abóbora e maxixe, plantados nos vales mais sumosos, nos baixos, nos terrenos da vazante, como culturas de hortas e jardins (CASTRO, 2006, p. 173).

Atividades essas desprezadas, entendidas como inferiores pelos plantadores de cana-de-açúcar. Entretanto, fundamentais para a alimentação do sertanejo, “bem superior em épocas normais ao da área da cana” (Castro, 2006, p. 174). Josué entende que a boa alimentação sertaneja possui “influência remota da cultura árabe, acostuada a climas mais secos, sobre os costumes desta região brasileira”, uma vez que estes povos influenciaram a alimentação mediterrânea, em parte, trazida para alguns lugares do Brasil, principalmente, por portugueses. A alimentação no Sertão, com exceção dos períodos de secas, é equilibrada.

À base da criação de gado e da agricultura de sustentação e de certos recursos um tanto escassos do meio ambiente – da caça e da pesca –, o sertanejo, usando métodos de preparo e de cozinha apreendidos de outro continente, adaptando, até certo ponto, muitos deles aos novos ingredientes da terra, criou um tipo de alimentação característico. Alimentação sólida,

porém bem equilibrada, a qual constitui um bom exemplo de como pode um grupo humano retirar de um meio pobre recursos adequados às necessidades básicas de sua vida (CASTRO, 2006, P. 175).

Entre os elementos que caracterizam a alimentação do sertanejo figuram misturas simples, mas de grande valia para a obtenção de elementos essenciais para uma boa alimentação, dentre elas, Castro destaca a do milho com leite. O milho, alimento básico da Área, não constitui a principal fonte de proteína nem de vitaminas, é a base calórica, o fornecedor da maior parte de energia. O grande consumo de leite e carne é destacado por Josué. O autor lembra que no Sertão, mesmo a produção não sendo das mais elevadas, o consumo é maior, uma vez que o leite produzido é consumido, na sua grande maioria, pelo produtor, ao contrário do que acontece em outros lugares onde se efetua uma produção comercial. Este mesmo argumento vale para a carne, que fornece grande parte das proteínas consumidas nesta Área. Além do milho, leite e carne, outros elementos complementam a dieta sertaneja, tais como o feijão, a batata-doce, a rapadura, o inhame, a mandioca. Entretanto, Castro diz que o consumo de pães e ovos é bastante limitado, o primeiro é substituído pelo milho, e o segundo em função da dificuldade de criação de aves. Constitui falha patente da alimentação no Sertão a ausência de frutas e verduras, o que é um grande contraste em relação ao consumo de carne⁴¹. Essas características permitem a Castro (2006, p. 189) afirmar que “qualitativamente, este é um regime sem falhas muito graves”.

As possíveis carências de vitaminas, em função da quase total ausência de frutas, são compensadas pelo consumo de leite. Castro (2006, p. 191) destaca que as águas do sertão “são águas calcárias que ajudam no abastecimento em cálcio”. Quanto ao consumo de iodo, Josué recorre a uma questão cultural, uma vez que em sua opinião, o sertanejo, ao contrário dos indivíduos da Área Amazônica e do Nordeste Açucareiro, não possui influências indígenas no consumo de pimentas, optando pelo sal, do qual fazem usos generosos, o que é exigido também em função da grande perda de líquidos por transpiração em função das altas temperaturas, consequências da grande incidência de raios solares, que por sua vez, supõe Josué, ser o sol um aliado na fixação de vitaminas. Estes motivos levam Castro (2006, p. 197) a afirmar que a dieta do sertanejo, sem ser abundante e perfeita, está “muito

⁴¹ Josué, além de mensurar a dificuldade pra produzir frutas e verduras no Sertão, recorda que há tabus em relação ao consumo de tais produtos, o que é presenciado por ditos populares, do tipo: “Frutas só de manhã, de tarde dá sezões e maleita. De noite chega a matar” (Castro, 2006, p. 184).

acima do que era de esperar de um meio tão pobre e tão pouco dadivoso”, fazendo do sertanejo um “atleta fisiológico, com seu sistema neuromuscular equilibrado, com bastante força e agilidade e com excepcional resistência, nos momentos oportunos” (Castro, 2006, p. 188). Entretanto, com a chegada da seca, tem-se o início de uma total desestruturação desta frágil, entretanto eficiente, condição alimentar.

Quando a seca atinge uma parte do sertão, existe a possibilidade de refúgio para áreas que oferecem alguns recursos, porém, quando atinge uma grande área, a situação torna-se calamitosa. A escassez de água leva à morte de plantas, à fuga e morte da fauna. Nestas épocas o sertanejo passa a fazer uso de apenas alguns alimentos como:

um pouco de milho, de feijão, de farinha. Mas se a seca persiste, estes poucos gêneros desaparecem do mercado, ficando o sertanejo reduzido aos recursos das “iguarias bárbaras”, das “comidas brabas” – raízes, sementes e frutos silvestres de plantas incrivelmente resistentes à dessecação do meio ambiente (CASTRO, 2006, p. 202).

Os recursos animais, carne e leite, praticamente desaparecem da dieta do sertanejo. Dos animais, em alguns casos, restam as ossadas espalhadas ao redor das moradias abandonadas. Assim, na sua alimentação, o sertanejo é obrigado a fazer uso de uma série de plantas resistentes à seca. Em alguns casos de “substâncias de sabor estranho, algumas tóxicas, outras irritantes, poucas possuindo qualidades outras além da de enganar por mais algumas horas a fome devoradora” (Castro, 2006, p. 202). Josué cita uma série destas plantas, tais como: macambira, xiquexique, mucunã, maniçoba e manjerioba, para afirmar que, embora com conhecimentos incompletos sobre as mesmas, “não resta nenhuma dúvida de que se trata de um regime extremamente carenciado, não sendo possível ao organismo manter-se por muito tempo com tal alimentação” (Castro, 2006, p. 209).

Findadas as reservas alimentares, sem água, o sertanejo, põe-se em retirada, quando pelas estradas poeirentas, as filas humanas, adquirem um formato de “centopéia humana” (Almeida apud Castro, 2006, p. 209). A partir daí, as carências, quantitativas e qualitativas, são de todas as ordens, começa a surgir uma série de manifestações, com consequências das mais drásticas possíveis. Dentre elas, para se ter uma idéia, Castro (2006, p. 212) recorre a Felipe Guerra que cita a ocorrência de meninos que já andavam e tornavam a engatinhar. Casos de hidropisias são frequentes, estes criam “figuras grotescas de famintos, com as suas pernas de graveto carregando enormes ventres estufados” (Castro, 2006, p. 212).

Síndromes de diarreia e oftalmias atacam em massa e aniquilam a população de flagelados. Gengivas fétidas e sangrentas, casos de beribéri e pelagra são frequentes com repercussões que acabam abalando a estrutura psíquica, gerando perturbações mentais, chegando, em alguns casos, ao delírio. Assim, a fome quantitativa implica na manifestação de todos os tipos de carências qualitativas.

Sobre as perturbações psíquicas e morais Castro (2006, p. 225) afirma:

Não é somente agindo sobre o corpo dos flagelados, roendo-lhes as vísceras e abrindo chagas e buracos na sua pele, que a fome aniquila a vida dos sertanejos, mas também atuando sobre o seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta social. Nenhuma calamidade é capaz de desagregar tão profundamente e num sentido tão nocivo a personalidade humana como a fome quando alcança os limites da verdadeira inanição. Fustigados pela imperiosa necessidade de alimentar-se, os instintos primários se exaltam, e o homem, como qualquer animal esfomeado, apresenta uma conduta mental que pode parecer a mais desconcertante.

Como refúgio, os sertanejos buscam, principalmente, o litoral do Nordeste. Na grande seca de 1877-79, Fortaleza recebeu um grande número de retirantes. Nessa cidade, no ano de 1878, segundo Teófilo (1980), dos 124.000 mil habitantes, mais de 56 mil foram sepultados, na grande maioria vítimas das consequências da fome. Outro triste fim de um grande número de sertanejos foi na Amazônia, onde durante o ciclo da borracha, “calcula-se que meio milhão foi dizimado pelas epidemias, pelo paludismo⁴², pela verminose e pelo beribéri” (Castro, 2006, p. 221). Essas são passagens que permitem a Josué classificar o sertão como uma área de fome epidêmica, pois é nos períodos de seca que a fome aflora de uma maneira agressiva, levando massas a sucumbirem de uma maneira trágica.

Josué divide o Nordeste brasileiro em duas áreas de fome: uma de fome endêmica e outra de epidemias de fome, correspondendo, respectivamente, a Zona da Mata e ao Sertão. Com isso, Castro busca contrariar a noção de que a fome no Nordeste é resultado de questões naturais, mais precisamente, das secas, de que elas desorganizam a economia resultando na fome. Castro (2006, p. 242) aponta que isso não é verdade, e que as causas da fome estão mais “ligadas ao arcabouço social de que aos acidentes naturais, às condições ou bases físicas da região”. Assim, a luta contra a fome no Nordeste não deve ser uma luta contra as secas, o que seria simplista, mas uma luta contra “o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional, expressão da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário

⁴² Atualmente, mais conhecido por malária.

e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais da região” (Castro, 2006, p. 243). Josué percebe que a arcaica estrutura agrária existente nesta área impede as soluções ao problema da fome, defendendo que uma reforma agrária seria o primeiro passo para a libertação da população da servidão da terra⁴³.

2.3.4 As Áreas de Subnutrição: Centro e Sul

Complementando a análise do mapa alimentar do Brasil, Castro apresenta as duas últimas áreas: o Centro e o Sul⁴⁴, consideradas pelo autor como áreas de subnutrição, onde as deficiências alimentares são mais discretas e menos generalizadas. Essas, para Castro (2006, p. 249), “não são áreas de fome, no sentido rigoroso da palavra, mas áreas de subnutrição, de desequilíbrio e de carências parciais, restritas a determinados grupos ou classes sociais”.

O Centro-Oeste do país constitui, segundo Castro (2006, p. 249), área alimentar típica, que tem como alimento básico o milho, entretanto, em combinações diferentes das realizadas no Sertão Nordestino. O Centro-Oeste tem grande produção de suínos, mas não pode se deduzir daí que esse seja o complemento único da alimentação da área: “há também a criação abundante de gado bovino e o cultivo de variados produtos agrícolas, como o feijão, o café, o arroz e a cana-de-açúcar, sendo a sua paisagem regional um verdadeiro mosaico de manchas agrícolas e de pastagens”. Josué frisa que mesmo essa área possuindo uma grande produção de leite, esse não está associado ao consumo de milho, antes ao feijão e a gordura de porco, combinação que resulta em uma dieta altamente calórica.

Essa área, quantitativamente, não apresenta déficits calóricos, já quanto aos déficits qualitativos, Castro (2006, p. 251) afirma que esses “não são tão intensos a ponto de se exprimirem sob a forma gritante de carências declaradas, manifestas clinicamente, mas apenas sob a forma discreta dos estados frustos”. Exceção a esta situação é a carência em iodo, que chega a assolar em escala social. A ausência deste mineral, se manifesta pela incidência do bócio⁴⁵. Além do

⁴³ Castro (2006, p. 144) frisa que no Nordeste, na época, 74% da população ativa se ocupava nas atividades primárias, enquanto no restante do Brasil a média era de 61%. Outro dado importante é que nesta mesma área 59% das terras pertenciam a apenas 3% dos proprietários. Dados que demonstram a urgência de uma reforma agrária defendida pelo autor.

⁴⁴ A apresentação destas duas Áreas em apenas uma parte é feita pelo próprio Castro.

⁴⁵ Sobre a incidência do bócio na Área alimentar do Centro-Oeste, Castro (2006, p. 255) faz referência às pesquisas de Álvaro Lobo e Arruda Sampaio que, em estudos de casos com escolares, encontraram, respectivamente, 44 e 60% dos pesquisados com incidência.

bócio, a população do Centro-Oeste sofre com verminoses e paludismo, “em cujo mecanismo não deixa de influir o fator alimentar” (Castro, 2006, p. 257).

A Área Alimentar do Sul é “caracterizada por uma maior variedade de elementos componentes do seu regime alimentar e pelo consumo mais alto das verduras e das frutas” (Castro, 2006, p. 259) que, aliado ao desenvolvimento econômico, favorece a uma alimentação mais racional, entretanto não se pode induzir “que a alimentação nessa área seja perfeita, isenta de deficiências e de desequilíbrios. Estamos muito longe disto” (Castro, 2006, p. 260).

O consumo de trigo e carne são os elementos marcantes desta Área, porém, Castro (2006, p. 261) afirma que, estudos pontuais como, por exemplo, os realizados no Rio de Janeiro, mostram que a dieta é incompleta e imprópria, apresentando deficiências em cálcio, ferro e vitaminas. E mesmo em São Paulo, Estado que apresenta o padrão alimentar menos defeituoso de todo o país, são frequentes os aparecimentos de deficiências parciais.

O estado de Santa Catarina, em estudos realizados por Câmara (apud Castro, 2006, p. 262), apresenta uma alimentação suficiente e equilibrada. Já no Rio Grande do Sul, Veloso (apud Castro, 2006, p. 262) encontrou locais com regimes insuficientes e carenciados, o que se apresenta, principalmente, pela incidência de tuberculose. Isso faz com que mesmo no Sul do país, que é a área mais rica, as populações não vivam livres do tormento da fome. Assim, conclui que:

Nesta área do Sul, sem dúvida a mais bem alimentada do país, verificou-se... uma série de carências alimentares, as mais das vezes parciais, discretas ou ocultas. Uma delas se manifesta, no entanto, de forma gritante: é a carência de proteínas entre as crianças pobres dos grandes centros urbanos da região (CASTRO, 2006, p. 262).

Essas carências levam ao surgimento de edemas de fome. É por esses motivos que Castro considera o Sul como uma zona de subnutrição crônica, uma vez que a maioria da população está liberta das formas mais graves de fome, estando, no entanto, longe de desfrutar de um regime perfeitamente equilibrado.

3 A PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD) E A CARTOGRAFIA TEMÁTICA

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realiza desde 1967, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, que “tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País” (IBGE, 2006). A PNAD é um sistema por amostra de domicílios que tem propósitos múltiplos, isto é, alguns dados são investigados permanentemente, outros têm periodicidade variável, e alguns são incluídos de acordo com as necessidades. Esses últimos são os chamados levantamentos suplementares, que é o caso da investigação sobre segurança alimentar realizada no ano de 2004.

A PNAD, de seu início, em 1967, até o primeiro trimestre de 1970, era realizada trimestralmente. A partir 1971, o levantamento passou a ser anual, com realização no último trimestre do ano, entretanto, nos anos de 1970, 1980, 1991 e 2000 a pesquisa, em função do Censo Demográfico, não foi realizada. Também, no ano de 1994, deixou-se de realizar esse levantamento.

A cobertura do território nacional pela PNAD foi se dando de maneira gradativa, sobre isso no texto do IBGE (2006), encontra-se o seguinte:

Iniciada em 1967 na área que hoje compreende o Estado do Rio de Janeiro, ao final da década de 1960 a PNAD já abrangia as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul e o Distrito Federal. Reiniciada em 1971 nas áreas que abrangem o atual Estado do Rio de Janeiro, o Estado de São Paulo e a Região Sul, em 1973 já cobria as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, o Distrito Federal e a área urbana da Região Norte e das demais Unidades da Federação da Região Centro-Oeste. Essa cobertura foi mantida até 1979. Em 1981, a abrangência geográfica da PNAD foi mais uma vez ampliada, passando a excluir somente a área rural da antiga Região Norte, que compreendia as seguintes Unidades da Federação: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Para as pesquisas da década de 1990 e para as de 2001, 2002 e 2003 essa abrangência geográfica foi mantida, ou seja, a PNAD continuou a cobrir todo o País, com exceção da área rural dessas seis Unidades da Federação. Em 2004, a PNAD foi implantada na área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá e alcançou a cobertura completa do Território Nacional.

Como se pode observar, em 2004, ano de realização da investigação sobre SA, é o primeiro ano que a amostra abrange todo o território nacional. Em

2004 foram pesquisadas 399.354 pessoas em 139.157 unidades domiciliares distribuídas por todas as unidades da federação (IBGE, 2006). Alguns dos resultados da PNAD 2004 sobre IA são os dados que compõem as informações que serão representadas cartograficamente.

Segundo o IBGE (2006), com o levantamento sobre SA foi possível “detectar e dimensionar no País os problemas de insegurança alimentar e de sua manifestação mais severa – a fome”. Por essa afirmação, através dos dados que compõem as tabelas publicadas pelo Instituto, é que compreende ser possível elaborar uma visão panorâmica sobre a fome no Brasil no ano de 2004. Esse panorama que será cartografado entende-se que permite considerações sobre o que foi apresentado por Josué de Castro na década de 1940⁴⁶. A PNAD SA foi elaborada com a finalidade de identificar as residências com SA, mas ao mesmo tempo permite, para os domicílios em insegurança alimentar, classificá-los em diferentes níveis, definidos pelo IBGE como leve, moderado e grave.

Em 2004, com a pesquisa suplementar de segurança alimentar elaborada pela PNAD, é a primeira vez que foi levada a efeito uma pesquisa desse tipo que abrangesse todo o território nacional. A metodologia utilizada pelo IBGE para mensurar a SA se dá de forma direta, ou seja, é um questionário que leva em conta, diretamente, a questão alimentar⁴⁷. Essas técnicas, primeiramente, foram desenvolvidas pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (United States Department of Agriculture – USDA), entretanto, já eram estudadas desde a década de 1980 por pesquisadores da Universidade de Cornell, que entendiam que as formas indiretas de se chegar a um coeficiente de SA é insuficiente⁴⁸. Sobre esse

⁴⁶ Deve-se deixar claro que nem a PNAD 2004 (SA), muito menos o trabalho de representação gráfica que está sendo proposto, tem pretensão de ser uma espécie de atualização da *Geografia da fome* de Castro. Este último propõe, inspirado em Castro, uma forma de representar os dados do IBGE, pois entende-se que com isso se estaria contribuindo para a elucidação das atuais condições alimentares no Brasil.

⁴⁷ Existem outras maneiras de se estimar o grau de carência alimentar. Sobre isso em IBGE (2006), que recorre a Hall (2004), encontra-se o seguinte: “No Brasil e em outros países, é frequente que sejam feitas estimativas a partir da definição de linhas de pobreza ou indigência, uma vez que o grau de carência alimentar está diretamente associado ao nível de rendimentos do domicílio e faz sentido intuir que famílias pobres vivam em condição de insegurança alimentar. Entretanto, é possível encontrar unidades domiciliares com rendimentos situadas abaixo da linha de pobreza e que vivem em segurança alimentar, do mesmo modo que existem aquelas com rendimentos acima do corte da pobreza que passam por restrição alimentar quantitativa”.

⁴⁸ Sobre as influências exteriores em relação às pesquisas de segurança alimentar Hirai; Anjos (2007, p. 17) afirmam que o Brasil é uma espécie de faz o que os outros dizem: “Percebe-se que o Brasil no plano diplomático institucional, segue estritamente as determinações emanadas das grandes arenas mundiais de decisão em torno das noções de segurança alimentar, incorporando os elementos que ampliam o seu conceito e escopo temático”.

indicador direto, elaborado pelo USDA, o IBGE (2006) julga que o mesmo é adequado para elaborar “diagnóstico da condição de segurança alimentar e indicar populações sob maior risco de insegurança, servindo, também, para observar o impacto de políticas públicas sobre a condição de acesso da população à alimentação adequada”⁴⁹. Esta técnica de medida direta é desenvolvida, em âmbito internacional, desde a década de 1990, e foi aplicada em vários países e cidades. Dentre os países, o próprio EUA, o Canadá e a Austrália e, cidades como Caracas e Cidade do México realizaram pesquisas utilizando tais pressupostos. Em todos estes casos, o número de questões e o tamanho da amostra variam de acordo com as realidades locais. No Brasil, este processo de adaptação do método de medida direta, resultou na elaboração da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) aplicada, primeiramente, nas cidades de Campinas (SP) e Brasília (DF).

Na fase de elaboração da EBIA, o IBGE realizou estudos quantitativos e qualitativos como forma de validar a escala. Esses estudos implicaram na realização de painéis com especialistas e na criação de grupos focais para realização de uma pesquisa piloto. Disso resultou a proposta de uma escala com 15 perguntas, tendo validade confirmada, antes de incorporada a PNAD 2004, após a aplicação em cinco regiões do Brasil⁵⁰. O quadro da página seguinte apresenta as perguntas incluídas na PNAD que possibilitaram verificar os índices de segurança alimentar e de insegurança alimentar.

A cada pergunta, que questionava um período equivalente até 90 dias antecedentes, o entrevistado respondia “sim” ou “não”. Em caso de resposta afirmativa, perguntava-se a frequência de ocorrência, oferecendo como alternativas: “em quase todos os dias”, “em alguns dias” e “em apenas um ou dois dias”. Deste questionário, foi possível classificar os domicílios em quatro categorias: segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave. A pontuação correspondente a cada domicílio diz

⁴⁹ O IBGE destaca a importância da proposta do USDA, pois entende que “com aquele instrumento, a insegurança alimentar é percebida em seus vários níveis, desde a preocupação de que o alimento venha a acabar antes que haja dinheiro para comprar mais, o que configura uma dimensão psicológica da insegurança alimentar, passando, em seguida, pela insegurança relativa ao comprometimento da qualidade da dieta, porém ainda sem restrição quantitativa, até chegar ao ponto mais grave, que é a insegurança quantitativa, situação em que a família passa por períodos concretos de restrição na disponibilidade de alimentos para seus membros”.

⁵⁰ Antes da aplicação em âmbito nacional o IBGE escolheu cinco cidades para validar a pesquisa sobre segurança alimentar, estas cidades foram: Campinas (SP), Manaus (AM), João Pessoa (PB), Brasília (DF) e Cuiabá (MT).

respeito ao número de respostas afirmativas, e são estabelecidas de acordo as tabelas apresentadas na página seguinte.

Perguntas incluídas no suplemento de SA da PNAD 2004 referentes à escala EBIA

Perguntas
Moradores tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida
Alimentos acabaram antes que os moradores tivessem dinheiro para comprar mais comida
Moradores ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada
Moradores comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou
Algum morador de 18 anos ou mais de idade diminuiu alguma vez a quantidade de alimentos nas refeições ou deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez comeu menos porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador de 18 anos ou mais de idade perdeu peso porque não comeu quantidade suficiente de comida devido à falta de dinheiro para comprar comida
Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez fez apenas uma refeição ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador com menos de 18 anos de idade diminuiu a quantidade de alimentos nas refeições porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida

Fonte: IBGE, 2006.

Como afirmado, os resultados da PNAD 2004 SA são publicados pelo IBGE em três diferentes e grandes escalas (Nacional, Grandes Regiões e Unidades da Federação). Com isso, entre os mapas elaborados por Castro e os construídos nesta pesquisa, há duas diferenças que devem ser esclarecidas. A primeira trata-se de que as áreas alimentares apresentadas e estudadas por Castro não levam em consideração as divisões políticas administrativas e, apesar de serem cinco, número igual das do IBGE, não podem ser confundidas. A segunda diferença consiste no

fato de que, apesar do IBGE (2006) dizer que a elaboração da EBIA seja baseada na proposta do USDA, o qual utiliza métodos qualitativos e que permitem a coleta de dados quantitativos “que cobriam tanto a percepção da preocupação com a insuficiência futura de alimentos quanto os problemas relativos à quantidade de calorias disponíveis, bem como a qualidade da dieta”, e que os dados do IBGE levam em conta três níveis de insegurança alimentar, entretanto, os mesmos não mensuram os aspectos reconhecidos, por Castro, como qualitativos, tais como vitaminas, proteínas e sais minerais, assim como também não considera os aspectos culturais referentes aos padrões de alimentação existentes no Brasil, fator que é muito frisado por Castro.

Pontuação para classificação dos domicílios com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade nas categorias de segurança alimentar

Categorias	Pontuação
Segurança alimentar	0 pontos
Insegurança alimentar leve	1 a 5 pontos
Insegurança alimentar moderada	6 a 10 pontos
Insegurança alimentar grave	11 a 15 pontos

Fonte: IBGE, 2006.

Pontuação para classificação dos domicílios com somente moradores de 18 anos ou mais de idade, nas categorias de segurança alimentar

Categorias	Pontuação
Segurança alimentar	0 pontos
Insegurança alimentar leve	1 a 3 pontos
Insegurança alimentar moderada	4 a 6 pontos
Insegurança alimentar grave	7 a 9 pontos

Fonte: IBGE, 2006.

As representações propostas por este trabalho buscam fornecer um panorama geral de uma cartografia da fome no Brasil no ano de 2004. Esse objetivo espera-se que seja alcançado a partir da representação dos dados da PNAD, no ano acima referido, sobre insegurança alimentar. O IBGE, junto com os dados totais, nas escalas antes citadas, apresenta dados sobre SA segmentados por grupos de idade, sexo, cor ou raça, situação do domicílio e classe de rendimento mensal domiciliar

per capita. Nesta pesquisa, são apresentados, cartograficamente, os dados totais, respeitando as escalas apresentadas pelo IBGE.

A seguir são apresentados alguns dados selecionados da PNAD 2004 organizados em tabelas. De momento os dados estão dispostos em números absolutos, posteriormente, os mesmos dados convertidos em números relativos, possibilitam a construção das representações, com as quais espera ser possível fazer considerações em relação à situação apresentada por Castro.

3.1 Os dados da PNAD 2004: Segurança e insegurança alimentar no Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

No período de referência da pesquisa, o Brasil estava com uma população estimada de 182.060.108 milhões de habitantes, dentre esses, 72.259.500 (o que equivale a 39,8%) estavam em situação de insegurança alimentar, sendo que desses, 13.929.331 foram classificados em estado de insegurança alimentar grave, ou seja, “convivem com a experiência de passar fome, com frequência que pode ter sido ‘em quase todos os dias’, ‘em alguns dias’ ou ‘em um ou dois dias’, nos 90 dias que antecederam a data da pesquisa” (IBGE, 2006). A maior incidência de insegurança alimentar estava presente nas regiões Nordeste e Norte, onde mais de 50% da população se encontrava em tal situação. Os menores índices eram os da região Sul, onde 26% do efetivo humano estava em insegurança alimentar.

A seguir, a tabela 1 apresenta a população total residente no Brasil, a sua composição regional e a respectiva participação em cada uma das quatro categorias de (in)segurança alimentar propostas pelo IBGE.

TABELA 1 – BRASIL: POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR EXISTENTE NO DOMICÍLIO E TIPO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR – GRANDES REGIÕES – 2004

Situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar	População residente						
	Total	Situação de segurança alimentar existente no domicílio					Sem declaração
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar				
			Total	Leve	Moderada		
Brasil	182 060 108	109 726 116	72 259 500	32 710 717	25 619 452	13 929 331	74 492
Norte	14 434 109	6 927 743	7 503 530	2 777 517	2 825 618	1 900 395	2 836
Nordeste	50 534 403	20 753 830	29 764 801	10 571 346	11 950 417	7 243 038	15 772
Sudeste	77 577 219	53 900 172	23 651 099	13 186 988	7 301 290	3 162 821	25 948
Sul	26 697 985	19 727 967	6 953 801	3 817 416	2 156 882	979 503	16 217
Centro-Oeste	12 816 392	8 416 404	4 386 269	2 357 450	1 385 245	643 574	13 719

Fonte: IBGE, 2006.
Organização própria.

A tabela 2 apresenta a composição dos quatro segmentos de segurança alimentar no país, porém em outra escala, neste caso, por Unidades da Federação com seus respectivos dados sobre a situação de segurança e insegurança alimentar.

A tabela 3 apresenta os números de domicílios existentes no período de referência da pesquisa, sua classificação em segurança alimentar e insegurança alimentar, por Grandes Regiões. Neste caso, o IBGE não separou os valores de IA moderada e grave, assim tem-se um valor global para esses dois segmentos o qual, diminuído do total, representa o valor de IAL.

A tabela 4 diferencia-se da 3 por apresentar os dados dispostos por Unidades da Federação. Com essas tabelas pode-se fazer representações que levem em conta as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, o que possibilita visualizar a existência ou não de variações de valores dentro de uma mesma região administrativa.

TABELA 2 – BRASIL: POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR EXISTENTE NO DOMICÍLIO E TIPO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR – UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2004

Situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar	População residente						
	Total	Situação de segurança alimentar					Sem declaração
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar				
			Total	Leve	Moderada	Grave	
Brasil	182 060 108	109 726 116	72 259 500	32 710 717	25 619 452	13 929 331	74 492
Rondônia	1 511 433	1 023 182	488 251	252 288	175 838	60 125	-
Acre	632 174	217 640	414 225	157 022	137 535	119 668	309
Amazonas	3 191 287	1 902 646	1 288 031	432 900	472 185	382 946	610
Roraima	381 447	99 819	281 628	85 096	130 754	65 778	-
Pará	6 856 713	2 782 331	4 072 465	1 405 010	1 607 394	1 060 061	1 917
Amapá	577 274	287 746	289 528	107 671	87 708	94 149	-
Tocantins	1 283 781	614 379	669 402	337 530	214 204	117 668	-
Maranhão	6 036 607	1 598 808	4 437 799	1 432 245	1 796 482	1 209 072	-
Piauí	2 982 725	947 758	2 034 967	889 225	789 956	355 786	-
Ceará	7 998 849	3 095 022	4 901 810	1 783 875	1 850 600	1 267 335	2 017
Rio Grande do Norte	2 969 671	1 047 161	1 922 510	624 441	841 648	456 421	-
Paraíba	3 573 432	1 465 540	2 106 988	644 609	824 995	637 384	904
Pernambuco	8 340 453	3 658 522	4 677 884	1 837 396	1 848 436	992 052	4 047
Alagoas	2 987 371	1 525 698	1 461 673	463 450	650 635	347 588	-
Sergipe	1 940 721	1 362 868	575 846	222 159	271 703	81 984	2 007
Bahia	13 704 574	6 052 453	7 645 324	2 673 946	3 075 962	1 895 416	6 797
Minas Gerais	19 038 693	12 213 756	6 819 916	3 729 978	2 147 809	942 129	5 021
Espírito Santo	3 362 426	2 278 891	1 083 535	615 062	326 577	141 896	-
Rio de Janeiro	15 236 905	10 386 899	4 840 437	2 620 606	1 629 219	590 612	9 569
São Paulo	39 939 195	29 020 626	10 907 211	6 221 342	3 197 685	1 488 184	11 358
Paraná	10 158 730	7 263 465	2 895 265	1 551 049	953 571	390 645	-
Santa Catarina	5 791 231	4 702 946	1 072 068	675 902	276 847	119 319	16 217
Rio Grande do Sul	10 748 024	7 761 556	2 986 468	1 590 465	926 464	469 539	-
Mato Grosso do Sul	2 236 931	1 578 997	657 934	325 718	202 967	129 249	-
Mato Grosso	2 759 134	1 750 104	1 007 380	589 976	295 320	122 084	1 650
Goiás	5 528 852	3 423 626	2 093 157	1 121 581	682 905	288 671	12 069
Distrito Federal	2 291 475	1 663 677	627 798	320 175	204 053	103 570	-

Fonte: IBGE, 2006.
Organização própria.

TABELA 3 – BRASIL: DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR EXISTENTE NO DOMICÍLIO E TIPO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR – GRANDES REGIÕES – 2004

Situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar	Domicílios particulares						
	Total (1)	Situação de segurança alimentar					Sem declaração
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar				
			Total	Leve	Moderada	Grave	
Brasil	51 802 121	33 754 206	18 024 439	8 308 875	6 364 308	3 351 156	23 476
Norte	3 566 735	1 912 721	1 653 033	654 285	609 129	389 619	981
Nordeste	13 108 186	6 081 281	7 020 016	2 561 639	2 828 239	1 630 138	6 889
Sudeste	23 167 995	16 898 223	6 261 654	3 443 906	1 948 244	869 504	8 118
Sul	8 204 345	6 278 100	1 922 189	1 041 019	594 918	286 252	4 056
Centro-Oeste	3 754 860	2 583 881	1 167 547	608 126	383 778	175 643	3 432

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de segurança alimentar.

Fonte: IBGE, 2006.

Organização própria.

Da comparação entre as quatro primeiras tabelas, a principal diferença, em termos de organização de dados, está no fato de que a tabela 1 e 3 apresentam os dados por Grandes Regiões, já as tabelas 2 e 4, por Unidades da Federação. Além disso, as tabelas 1 e 2 mostram os números de população, enquanto a 3 e 4 o de domicílios. Entretanto, a diferença substancial entre elas está no fato de que, quando representados por domicílios, os valores totais de IA, em números relativos, apresentam-se menores, ou seja, enquanto em termos de população 39,8% encontra-se em IA, no que diz respeito aos domicílios esse valor é de 34,8%. Fato decorrente do maior número de componentes nos domicílios em IA. Com isso, observa-se que, de acordo com a forma como os dados são selecionados, pode-se perceber uma possível distorção dos mesmos. Entende-se que o mais importante é o número de pessoas em IA, assim nesta pesquisa, são levados em conta, de modo geral, os dados sobre população residente em detrimento dos dados sobre domicílios.

A partir dos dados da PNAD 2004, outra representação importante é a que diz respeito à comparação da incidência de IA por grupos de homens e mulheres, o que é possível a partir dos dados da tabela 5 apresentada a seguir. Além da variação dos índices de IA por grupos de sexo, dos dados da PNAD 2004, foi possível observar que quando a pessoa de referência do domicílio é do sexo

feminino, a prevalência de IA foi maior, sendo mais expressiva ainda quando, no domicílio, incluía-se menores de 18 anos. Assim, nos domicílios, “a prevalência de segurança alimentar foi de 60,6% quando a pessoa de referência era do sexo masculino e de 49%, quando do sexo feminino” (IBGE, 2006).

TABELA 4 – BRASIL: DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR EXISTENTE NO DOMICÍLIO E TIPO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR – UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2004

Situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar	Domicílios particulares						
	Total	Situação de segurança alimentar					Sem declaração
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar				
			Total	Leve	Moderada	Grave	
Brasil	51 802 121	33 754 206	18 024 439	8 308 975	6 364 308	3 351 156	23 476
Rondônia	426 613	298 422	128 191	66 865	44 722	16 604	0
Acre	159 671	64 611	94 906	38 708	32 580	23 618	154
Amazonas	747 786	504 970	242 511	88 090	84 233	70 188	305
Roraima	96 173	30 142	66 031	19 432	31 396	15 203	0
Pará	1 668 834	762 161	906 151	336 904	348 658	220 589	522
Amapá	120 949	67 483	53 466	20 456	17 097	15 913	0
Tocantins	346 709	184 932	161 777	83 830	50 443	27 504	0
Maranhão	1 416 303	437 564	978 739	328 374	395 317	255 048	0
Piauí	750 786	273 772	477 014	207 942	188 087	80 985	0
Ceará	2 055 509	909 335	1 145 166	429 738	437 976	277 452	1 008
Rio Grande do Norte	773 789	306 160	467 629	151 192	209 241	107 196	0
Paraíba	927 609	433 520	493 637	161 379	192 573	139 685	452
Pernambuco	2 223 409	1 083 028	1 137 697	451 062	450 326	236 309	2 684
Alagoas	749 680	414 376	335 304	112 669	153 117	69 518	0
Sergipe	536 017	395 823	139 859	57 881	61 900	20 078	335
Bahia	3 675 084	1 827 703	1 844 971	661 402	739 702	443 867	2 410
Minas Gerais	5 487 355	3 743 903	1 741 902	951 126	543 986	246 790	1 550
Espírito Santo	980 150	702 921	277 229	150 359	85 053	41 817	0
Rio de Janeiro	4 895 519	3 508 289	1 384 176	736 309	465 264	182 603	3 054
São Paulo	11 804 971	8 943 110	2 858 347	1 606 112	853 941	398 294	3 514
Paraná	3 059 454	2 268 534	790 920	418 155	258 696	114 069	0
Santa Catarina	1 732 885	1 442 140	286 689	173 747	77 610	35 332	4 056
Rio Grande do Sul	3 412 006	2 567 426	844 580	449 117	258 612	136 851	0
Mato Grosso do Sul	645 931	477 209	168 722	82 973	53 361	32 388	0
Mato Grosso	793 889	530 915	262 644	145 840	82 489	34 315	330
Goiás	1 672 662	1 093 254	576 306	300 397	193 477	82 432	3 102
Distrito Federal	642 378	482 503	159 875	78 916	54 451	26 508	0

Fonte: IBGE, 2006.

Organização própria.

TABELA 5 – BRASIL: POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR EXISTENTE NO DOMICÍLIO E TIPO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR, SEGUNDO SEXO - GRANDES REGIÕES – 2004

Sexo	População residente						
	Total	Situação de segurança alimentar existente no domicílio					Sem declaração
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar				
			Total	Leve	Moderada	Grave	
Brasil	182 060 108	109 726 116	72 259 500	32 710 717	25 619 452	13 929 331	74 492
Homens	88 673 733	53 300 297	35 331 607	15 809 110	12 609 203	6 913 294	41 829
Mulheres	93 386 375	56 425 819	36 927 893	16 901 607	13 010 249	7 016 037	32 663
Norte	14 434 109	6 927 743	7 503 530	2 777 517	2 825 618	1 900 395	2 836
Homens	7 268 518	3 529 383	3 737 436	1 360 858	1 421 649	954 929	1 699
Mulheres	7 165 591	3 398 360	3 766 094	1 416 659	1 403 969	945 466	1 137
Nordeste	50 534 403	20 753 830	29 764 801	10 571 346	11 950 417	7 243 038	15 772
Homens	24 668 991	10 028 471	14 630 641	5 080 880	5 930 586	3 619 175	9 879
Mulheres	25 865 412	10 725 359	15 134 160	5 490 466	6 019 831	3 623 863	5 893
Sudeste	77 577 219	53 900 172	23 651 099	13 186 988	7 301 290	3 162 821	25 948
Homens	37 377 195	25 935 827	11 426 204	6 347 190	3 534 095	1 544 919	15 164
Mulheres	40 200 024	27 964 345	12 224 895	6 839 798	3 767 195	1 617 902	10 784
Sul	26 697 985	19 727 967	6 953 801	3 817 416	2 156 882	979 503	16 217
Homens	13 099 902	9 696 582	3 395 790	1 871 486	1 042 130	482 174	7 530
Mulheres	13 598 083	10 031 385	3 558 011	1 945 930	1 114 752	497 329	8 687
Centro-Oeste	12 816 392	8 416 404	4 386 269	2 357 450	1 385 245	643 574	13 719
Homens	6 259 127	4 110 034	2 141 536	1 148 696	680 743	312 097	7 557
Mulheres	6 557 265	4 306 370	2 244 733	1 208 754	704 502	331 477	6 162

Fonte: IBGE, 2006.

Organização própria.

Existe uma diferença considerável na incidência da IA por situação do domicílio. Tanto o número de domicílios, quanto a proporção da população em IA, é maior no meio rural do que no meio urbano. A situação de IA no meio rural atinge 15.436.010, ou seja, no Brasil, em 2004, 49,9% do total de pessoas que vivem no campo estavam em situação de IA. Já no meio urbano, 37,6% do contingente demográfico encontrava-se em tal situação. A tabela 6 apresenta os dados sobre segurança e insegurança alimentar no meio urbano e no meio rural no Brasil e Grandes Regiões.

TABELA 6 – BRASIL: POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR EXISTENTE NO DOMICÍLIO E TIPO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO – GRANDES REGIÕES – 2004

Situação do domicílio	População residente						
	Total	Com segurança alimentar	Situação de segurança alimentar existente no domicílio				Sem declaração
			Com insegurança alimentar				
			Total	Leve	Moderada	Grave	
Brasil	182 060 108	109 726 116	72 259 500	32 710 717	25 619 452	13 929 331	74 492
Urbana	151 124 470	94 230 666	56 823 490	26 756 345	19 582 059	10 485 086	70 314
Rural	30 935 638	15 495 450	15 436 010	5 954 372	6 037 393	3 444 245	4 178
Norte	14 434 109	6 927 743	7 503 530	2 777 517	2 825 618	1 900 395	2 836
Urbana	10 612 240	5 335 937	5 273 467	2 022 569	1 901 054	1 349 844	2 836
Rural	3 821 869	1 591 806	2 230 063	754 948	924 564	550 551	-
Nordeste	50 534 403	20 753 830	29 764 801	10 571 346	11 950 417	7 243 038	15 772
Urbana	36 133 116	15 712 862	20 406 477	7 581 685	8 041 899	4 782 893	13 777
Rural	14 401 287	5 040 968	9 358 324	2 989 661	3 908 518	2 460 145	1 995
Sudeste	77 577 219	53 900 172	23 651 099	13 186 988	7 301 290	3 162 821	25 948
Urbana	71 416 745	49 930 388	21 462 592	11 946 684	6 588 045	2 927 863	23 765
Rural	6 160 474	3 969 784	2 188 507	1 240 304	713 245	234 958	2 183
Sul	26 697 985	19 727 967	6 953 801	3 817 416	2 156 882	979 503	16 217
Urbana	21 904 374	15 987 456	5 900 701	3 219 109	1 827 428	854 164	16 217
Rural	4 793 611	3 740 511	1 053 100	598 307	329 454	125 339	-
Centro-Oeste	12 816 392	8 416 404	4 386 269	2 357 450	1 385 245	643 574	13 719
Urbana	11 057 995	7 264 023	3 780 253	1 986 298	1 223 633	570 322	13 719
Rural	1 758 397	1 152 381	606 016	371 152	161 612	73 252	-

Fonte: IBGE, 2006.

Organização própria.

Outros dados importantes que são representados e analisados são os que dizem respeito à insegurança alimentar em relação à cor ou raça da população. Conforme a tabela 7, que apresenta a população residente, por situação de segurança e insegurança alimentar, segundo cor ou raça, no Brasil e nas Grandes Regiões, em 2004, existia uma discrepância entre os valores de insegurança alimentar entre brancos e pretos ou pardos. No primeiro grupo, no total, a insegurança alimentar atingia 28,1%, contra 52,2% do segundo grupo. Sendo que entre pretos e pardos, comparado ao grupo dos brancos, conforme aumenta a gravidade da insegurança alimentar, aumenta, proporcionalmente, em valor maior, a incidência do fenômeno.

TABELA 7 – BRASIL: POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR EXISTENTE NO DOMICÍLIO E TIPO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR, SEGUNDO COR OU RAÇA – GRANDES REGIÕES – 2004

Cor ou raça	População residente						
	Total	Situação de segurança alimentar existente no domicílio					Sem declaração
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar				
		Total	Leve	Moderada	Grave		
Brasil	182 060 108	109 726 116	72 259 500	32 710 717	25 619 452	13 929 331	74 492
Branca	93 604 435	67 267 194	26 305 536	13 977 011	8 535 638	3 792 887	31 705
Preta ou Parda	87 374 950	41 668 398	45 663 765	18 585 339	16 992 054	10 086 372	42 787
Outras	1 068 367	781 494	286 873	147 109	90 549	49 215	-
Sem declaração	12 356	9 030	3 326	1 258	1 211	857	-
Norte	14 434 109	6 927 743	7 503 530	2 777 517	2 825 618	1 900 395	2 836
Branca	3 465 088	2 136 324	1 328 764	557 698	492 133	278 933	-
Preta ou Parda	10 905 910	4 762 008	6 141 066	2 211 544	2 319 025	1 610 497	2 836
Outras	60 927	28 577	32 350	7 801	13 584	10 965	-
Sem declaração	2 184	834	1 350	474	876	-	-
Nordeste	50 534 403	20 753 830	29 764 801	10 571 346	11 950 417	7 243 038	15 772
Branca	15 027 415	7 667 615	7 355 867	2 994 004	2 899 007	1 462 856	3 933
Preta ou Parda	35 309 154	12 990 291	22 307 024	7 531 501	9 017 480	5 758 043	11 839
Outras	197 004	95 429	101 575	45 841	33 595	22 139	-
Sem declaração	830	495	335	-	335	-	-
Sudeste	77 577 219	53 900 172	23 651 099	13 186 988	7 301 290	3 162 821	25 948
Branca	47 478 123	36 343 800	11 123 995	6 681 835	3 203 096	1 239 064	10 328
Preta ou Parda	29 505 885	17 057 986	12 432 279	6 447 349	4 070 009	1 914 921	15 620
Outras	584 765	491 375	93 390	57 226	28 185	7 979	-
Sem declaração	8 446	7 011	1 435	578	-	857	-
Sul	26 697 985	19 727 967	6 953 801	3 817 416	2 156 882	979 503	16 217
Branca	22 114 176	17 043 625	5 058 968	2 914 665	1 500 660	643 643	11 583
Preta ou Parda	4 460 710	2 588 544	1 867 532	885 357	649 915	332 260	4 634
Outras	123 099	95 798	27 301	17 394	6 307	3 600	-
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	12 816 392	8 416 404	4 386 269	2 357 450	1 385 245	643 574	13 719
Branca	5 519 633	4 075 830	1 437 942	828 809	440 742	168 391	5 861
Preta ou Parda	7 193 291	4 269 569	2 915 864	1 509 588	935 625	470 651	7 858
Outras	102 572	70 315	32 257	18 847	8 878	4 532	-
Sem declaração	896	690	206	206	-	-	-

Fonte: IBGE, 2006.
Organização própria.

A tabela 8 apresenta o perfil de segurança alimentar existente no domicílio segmentado por classes de rendimento mensal *per capita*. Através dessa, pode-se analisar a relação entre renda e (in) segurança alimentar.

TABELA 8 - BRASIL: POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR EXISTENTE NO DOMICÍLIO E TIPO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR, POR CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR *PER CAPITA* – GRANDES REGIÕES – 2004

Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	População residente						
	Total	Com segurança alimentar	Situação de segurança alimentar				Sem declaração
			Com insegurança alimentar				
			Total	Leve	Moderada	Grave	
Brasil (1) (2)	181 501 101	109 254 364	72 172 245	32 652 843	25 597 701	13 921 701	74 492
Até 1/4 do salário mínimo (2)	20 391 184	3 375 137	16 998 709	4 284 852	6 878 793	5 835 064	17 338
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo (2)	34 780 577	12 169 798	22 594 509	9 368 656	8 874 142	4 351 711	16 270
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo (2)	48 380 112	28 702 403	19 651 923	10 769 140	6 581 857	2 300 926	25 786
Mais de 1 a 2 salários mínimos (2)	38 961 308	30 771 001	8 185 104	5 551 493	2 017 154	616 457	5 203
Mais de 2 a 3 salários mínimos (2)	13 800 811	12 468 209	1 330 865	992 000	252 776	86 089	1 737
Mais de 3 salários mínimos (2)	19 140 530	18 365 265	768 832	623 906	113 857	31 069	6 433
Sem rendimento (2) (3)	1 627 427	468 013	1 157 689	304 476	404 076	449 137	1 725
Sem declaração (2)	4 419 152	2 934 538	1 484 614	758 320	475 046	251 248	0
Norte	14 390 815	6 891 930	7 496 049	2 771 850	2 824 895	1 899 304	2 836
Até 1/4 do salário mínimo	2 171 993	266 014	1 904 362	374 464	779 456	750 442	1 617
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	3 871 394	1 132 347	2 737 828	998 427	1 056 874	682 527	1 219
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	4 205 132	2 250 460	1 954 672	897 720	716 601	340 351	0
Mais de 1 a 2 salários mínimos	2 336 265	1 757 487	578 778	354 205	165 642	58 931	0
Mais de 2 a 3 salários mínimos	690 972	606 030	84 942	63 230	17 192	4 520	0
Mais de 3 salários mínimos	810 468	771 030	39 438	30 046	8 712	680	0
Sem rendimento	123 495	29 638	93 857	14 815	38 184	40 858	0
Sem declaração	181 096	78 924	102 172	38 943	42 234	20 995	0
Nordeste	50 375 624	20 622 448	29 737 404	10 552 096	11 944 456	7 240 852	15 772
Até 1/4 do salário mínimo	12 443 311	1 742 052	10 694 184	2 394 249	4 473 805	3 826 130	7 075
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	14 566 021	4 397 567	10 165 948	3 701 859	4 335 279	2 128 810	2 506
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	12 521 048	6 441 734	6 074 882	2 919 954	2 329 697	825 231	4 432
Mais de 1 a 2 salários mínimos	5 598 600	4 088 765	1 509 409	993 627	373 884	141 898	426
Mais de 2 a 3 salários mínimos	1 548 929	1 360 829	188 100	144 546	31 286	12 268	0
Mais de 3 salários mínimos	2 230 883	2 100 655	130 228	100 413	23 433	6 382	0
Sem rendimento	449 252	93 016	354 903	81 052	135 046	138 805	1 333
Sem declaração	1 017 580	397 830	619 750	216 396	242 026	161 328	0
Sudeste	77 378 594	53 731 405	23 621 241	13 167 900	7 293 904	3 159 437	25 948
Até 1/4 do salário mínimo	3 753 978	845 927	2 902 780	954 208	1 083 149	865 423	5 271
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	10 764 029	4 305 433	6 456 642	3 148 477	2 333 182	974 983	1 954
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	20 857 408	13 048 098	7 798 713	4 720 079	2 342 766	735 868	10 597
Mais de 1 a 2 salários mínimos	20 087 169	15 946 852	4 137 278	2 868 195	1 005 273	263 810	3 039
Mais de 2 a 3 salários mínimos	7 572 286	6 856 338	715 948	536 832	140 060	39 056	0
Mais de 3 salários mínimos	10 751 911	10 340 534	406 682	332 579	54 328	19 775	4 695
Sem rendimento	780 386	259 711	520 283	148 288	168 169	203 826	392
Sem declaração	2 811 427	2 128 512	682 915	459 242	166 977	56 696	0
Sul	26 606 962	19 652 573	6 938 172	3 807 869	2 151 219	979 084	16 217
Até 1/4 do salário mínimo	1 290 132	363 013	927 119	333 468	361 307	232 344	0
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	3 272 700	1 380 992	1 889 392	892 841	663 270	333 281	2 316
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	6 941 478	4 627 099	2 305 691	1 335 994	727 401	242 296	8 688
Mais de 1 a 2 salários mínimos	7 831 742	6 560 212	1 269 792	884 896	285 789	99 107	1 738
Mais de 2 a 3 salários mínimos	3 047 344	2 799 678	245 929	174 863	48 369	22 697	1 737
Mais de 3 salários mínimos	3 760 027	3 618 834	139 455	121 735	16 122	1 598	1 738
Sem rendimento	145 819	52 898	92 921	28 398	27 971	36 552	0
Sem declaração	317 720	249 847	67 873	35 674	20 990	11 209	0
Centro-Oeste	12 749 106	8 356 008	4 379 379	2 353 128	1 383 227	643 024	13 719
Até 1/4 do salário mínimo	731 770	158 131	570 264	228 463	1 810 76	160 725	3 375
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	2 306 433	953 459	1 344 699	627 052	485 537	232 110	8 275
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	3 855 046	2 335 012	1 517 965	895 393	465 392	157 180	2 069
Mais de 1 a 2 salários mínimos	3 107 532	2 417 685	689 847	450 570	186 566	52 711	0
Mais de 2 a 3 salários mínimos	941 280	845 334	95 946	72 529	15 869	7 548	0
Mais de 3 salários mínimos	1 587 241	1 534 212	53 029	39 133	11 262	2 634	0
Sem rendimento	128 475	32 750	95 725	31 923	34 706	29 096	0
Sem declaração	91 329	79 425	11 904	8 065	2 819	1 020	0

(1) Excluídas as rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (2) Excluídas as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (3) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Fonte: IBGE, 2006.
Organização própria.

Essas tabelas, elaboradas a partir dos dados da PNAD 2004, são as informações que, acompanhadas de uma revisão bibliográfica sobre o tema da fome no Brasil no presente período, fornecem elementos para, junto com as representações gráficas construídas por esta pesquisa, refletir, problematizar, discutir a situação alimentar no Brasil no início do século XXI. Ao que segue uma análise da questão da permanência da fome.

3. 2 A cartografia temática

Com a utilização da cartografia temática, para representar e estudar os dados da PNAD 2004 sobre IA, parte-se do pressuposto de que o mapa é uma das principais ferramentas de estudo na geografia: “o mapa é o repertório mais conspícuo do vocabulário geográfico. E trata-se da melhor representação do olhar geográfico. O mapa é a própria extensão da verdade de que todo fenômeno obedece ao princípio de organizar-se no espaço” (Moreira, 2006, p. 174).

3.2.1 A Geografia e a Cartografia

A Geografia há muito tempo é desenvolvida e utilizada pelo homem. As descrições de lugares e a fabricação de mapas são os primeiros ensaios relativos à Geografia. Segundo Moraes (1997, p. 33), até o fim do século XVIII não é possível falar em conhecimento geográfico como algo padronizado. A Geografia, até esse período, era formada por:

relatos de viagem, escritos em tom literário; compêndios de curiosidades, sobre lugares exóticos; áridos relatórios estatísticos de órgãos de administração; obras sintéticas, agrupando os conhecimentos existentes a respeito dos fenômenos naturais; catálogos sistemáticos, sobre os continentes e os países do globo etc (MORAES, 1997, p. 33).

Um dos papéis importantes desempenhados pela Geografia antes de sua sistematização foi a confecção de mapas, essencial para o conhecimento dos territórios e uma necessidade para o domínio de uns por outros. A elaboração de mapas facilitou, consideravelmente, por exemplo, as grandes navegações, uma vez que a Europa necessitava de novos territórios e alcançar outros continentes, significava poder interno. A Cartografia teve papel fundamental para isso,

possibilitando a delimitação de planos marítimos, pois a partir das cartas existentes na época, as rotas eram traçadas⁵¹.

A idéia de mapa está associada ao geógrafo. Segundo Martinelli (1999, p. 5), “a geografia sempre se confundiu com o mapa. Na verdade fazer geografia era fazer mapas” descrevendo, enumerando tudo que fosse tipo de informações sobre um determinado lugar. Desde as representações mais primitivas registradas em pedras, as sociedades expressavam suas relações sociais com o espaço e com os recursos naturais, e uma das formas destas expressões eram os mapas.

Embora a Cartografia seja uma ferramenta de estudos na Geografia, é importante frisar que a mesma constitui-se num campo de conhecimento autônomo, regido por métodos e concepções próprias, o que a caracteriza como uma ciência⁵². No entanto, sobre as relações entre a Geografia e a Cartografia, e mais precisamente, com os mapas, Oliveira (1978, 17) afirma que:

Representar os fenômenos estudados sempre foi uma necessidade básica em Geografia. Pode-se mesmo afirmar que a sua história está intimamente correlacionada com a representação espacial, os progressos científicos e tecnológicos da ciência geográfica tem influído na Cartografia, ao mesmo tempo que dela recebem influências. De todas as representações cartográficas, o mapa, desde a Antiguidade, foi e continuará sendo o principal instrumento de trabalho do geógrafo; ele se destaca pela sua eficácia, disponibilidade e flexibilidade de aplicação.

No estudo que esta sendo proposto aqui, de acordo com Noal (2001, p. 29) e Martinelli (1998, p. 5), parte-se do pressuposto de que os mapas não são apenas ilustrações ou registro de informações, mas instrumentos de pesquisas e comunicação visual dos resultados obtido em estudos que se preocupam com a distribuição espacial, como no caso da Geografia ou de qualquer outra ciência. Para Martinelli (1998, p. 12), os mapas constituem instrumentos de reflexão e de descoberta do real conteúdo da informação. Assim, eles podem dirigir o discurso e não apenas ilustrá-lo. Abordando esta questão Salichtchev (1988, p. 19) apontou que os mapas possibilitam novos conhecimentos sobre os assuntos mapeados, o que é possível a partir da interpretação da informação, resultado “pelo grau diferente de extração da informação”.

⁵¹ Sobre a importância da Geografia e dos mapas, Lacoste (2004, p. 216) afirma que “cada grande soberano tem ‘seu’ geógrafo e seu gabinete de cartas e estes são considerados instrumentos indispensáveis de poder”.

⁵² Sobre a cientificidade da cartografia, Martinelli (1999, p. 17 e 18) lembra que “há sempre um modo particular de considerar a realidade, a qual, em geral, não é transparente”, não existindo neutralidade.

Sobre a importância e relação dos mapas com a Geografia, Souza; Katuta (2001, p. 115) afirmam que os mapas têm função de “desencadear raciocínios para o entendimento do espaço geográfico ou para o entendimento da forma de organização territorial de diferentes sociedades”. Além disso, entende-se que, na Geografia, as representações de fenômenos através de mapas são importantes para localizar e, quando possível, comparar e detalhar informações, especializando-as. Assim, se está de acordo com Martinelli (1998, p. 14), onde um gráfico ou um mapa “será eficaz quando possibilitar ao usuário resposta visual fácil e rápida às questões por ele colocadas”, o que nesta pesquisa, entende-se que será possível de perceber, quando colocados, lado a lado, uma tabela com um mapa, quando o segundo proporcionará uma visualização de forma mais clara e rápida.

3.2.2 A Cartografia Temática

Fruto dos longínquos vínculos entre cartografia e geografia, no final do século XVIII e início do século XIX, com o florescimento, sistematização e fragmentação do conhecimento científico, foi que se desenvolveu um outro tipo de cartografia: a cartografia temática⁵³. A cartografia temática representa a passagem da representação das propriedades do que é visto para a representação das propriedades conhecidas. Segundo Martinelli (1999, p. 39), esta passagem é representada pelo fato de que “o código analítico é substituído paulatinamente por um código mais abstrato. Representam-se agora, categorias mentalmente e não mais visualmente organizadas”.

A construção de um mapa, primeiramente, significa explorar em um plano as correspondências entre os elementos de um mesmo componente da informação, sendo que as posições X e Y do plano identificam as posições de latitude e de longitude. Nesta pesquisa, segue-se a concepção de que os mapas podem mostrar mais do que a localização, o que implica em ir além da identificação do onde: o mapa pode caracterizar cada lugar.

Os mapas assim como os gráficos, para Martinelli (1998), possuem função tripla: i) registrar dados; ii) tratar dados para descobrir como se organizam e iii) comunicar o conteúdo da informação revelada. Assim, os mapas são mais que

⁵³ Em Martinelli (1999, p. 38) encontra-se que, dando até uma idéia de anacronismo, a expressão Cartografia Temática, surgiu por volta de 1934 na Alemanha e foi atribuída a Schumacher.

ilustrações, constituem-se em “instrumentos de reflexão e de descoberta do real conteúdo da informação. Eles podem dirigir o discurso” (Martinelli, 1998, p. 12).

Para Martinelli (1998, p. 7), os mapas temáticos se incluem no domínio da representação gráfica, sendo que esta, por sua vez, “se insere no mundo da comunicação visual, que compartilha do universo da comunicação social”. As representações gráficas, no que diz respeito à cartografia temática, possuem caráter monossêmico, ou seja, significado único (Martinelli, 1998, p. 7; 1999, p. 72). As representações monossêmicas não deixam possibilidade de perguntar o que a imagem quer dizer, antes pelo contrário, observando a imagem diretamente, ela proporciona uma conclusão sem deixar ambiguidade, o que é possível a partir da semiologia gráfica.

Partindo da concepção de que os mapas temáticos fazem parte de um esquema de representação e comunicação, para representar os dados da PNAD sobre (in)segurança alimentar, primeiramente, faz-se necessário uma incursão sobre o que Noal (2001, p. 29) chama de “regras da gramática da linguagem da cartografia”, ou seja, é preciso apresentar alguns aspectos sobre as convenções da linguagem cartográfica enquanto um sistema semiológico monossêmico visual.

Noal (2001, p. 31) afirma que uma das primeiras iniciativas de renovação da cartografia foi proposta por Bertin que, buscando uma cartografia reveladora do conteúdo da informação, desenvolveu a teoria da *sémiologie graphique*. Para Bertin, os mapas são a parte racional e eficiente das imagens: “eles fazem parte de um sistema de signos que o homem construiu para reter, compreender e comunicar as observações necessárias a sua sobrevivência” (Noal, 2001, p. 31).

Martinelli (1998, p. 8; 1999, p. 74) e Noal (2001, p. 31) apontam que, para Bertin, as representações gráficas devem transcrever três relações fundamentais, a saber: relação de diversidade, relação de ordem e relação de proporcionalidade, conforme a figura que segue.

Relações entre objetos	Conceitos	Transcrição gráfica
Caderno Lápis Borracha	≠ Diversidade	
Medalha de ouro Medalha de prata Medalha de bronze	○ Ordem	
1 kg de arroz 4 kg de arroz 16 kg de arroz	⊙ Proporcionalidade	

Figura 3: Relação entre objetos.

Fonte: Martinelli, 1998, p. 8.

O mapa temático, enquanto uma representação gráfica comunicativa monossêmica, se expressa, como já apontado, mediante a representação da modulação das duas dimensões no plano X e Y, que representam as dimensões horizontal e vertical, delimitando a localização. O encontro das duas dimensões do plano são representados pelas seis modulações visuais possíveis que cada elemento do plano pode receber, constituindo as variáveis visuais, que são: tamanho, valor, granulação, cor, orientação e forma, de acordo com a figura.

Tamanho		Pequeno, médio, grande com proporção
Valor		Claro, médio, escuro
Granulação		Textura fina, média, grosseira
Cor		Vermelho, amarelo, verde
Orientação		Horizontal, vertical, oblíqua
Forma		Retângulo, círculo, polígono estrelado

Figura 4: As seis modulações visuais sensíveis.

Fonte: Martinelli, 1998, p. 9.

Na confecção de um mapa temático, a localização de um fenômeno pode ser representada através de um ponto, de uma linha ou de uma área (Noal, 2001, p. 32), o que vai fornecer a localização, ou seja, responde a pergunta “onde”. Ainda sobre as variáveis visuais, conforme frisado por Martinelli (1999, p. 75), a utilização

do sistema semiológico monossêmico exige clareza na aplicação das propriedades perceptivas que as variáveis possuem. As propriedades perceptivas que as variáveis visuais apresentam, segundo Martinelli (1999, p. 75; 1998, p. 70) e Noal (2001, p. 32), são agrupadas em três aspectos:

- Aspecto qualitativo (\neq), que responde à questão “o que”, caracterizando relações de diversidade e similaridade entre os lugares.
- Aspecto ordenado (O), que responde à questão “em que ordem”, caracterizando relações de ordem entre os lugares.
- Aspecto quantitativo (Q), que responde à questão “quanto”, caracterizando as relações de proporcionalidade entre os lugares.

Os três aspectos, graficamente representado, encontram-se na figura:

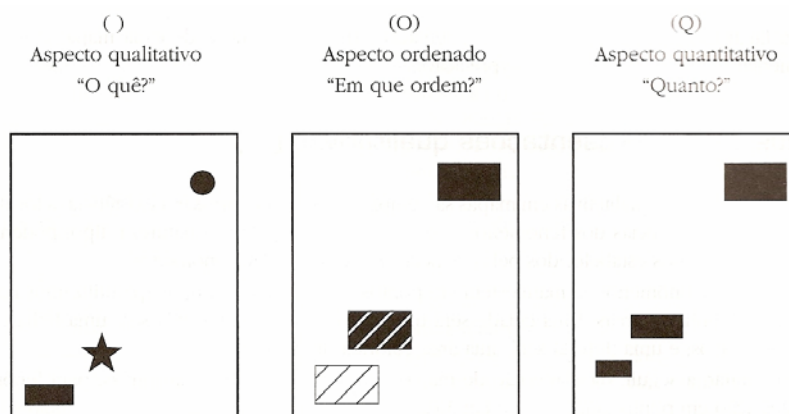


Figura 5: As variáveis visuais.

Fonte: Martinelli, 1998, p. 71.

A utilização da semiologia gráfica na elaboração dos mapas temáticos pode-se dar a partir da aplicação de vários métodos, cada qual mais apropriado para cada forma de manifestação (em áreas, em pontos ou em linhas), isso vale para as abordagens qualitativas, ordenadas e quantitativas.

Discutindo as propostas de sistematização da cartografia temática, Martinelli (1999, p. 109) lembra que os fenômenos que compõem a realidade podem ser considerados sob uma ótica analítica ou sintética e sugere agrupar os métodos de representação em quatro, a saber: qualitativo, ordenado, quantitativo e dinâmico.

A seguir, a partir da concepção de cartografia temática exposta, apresentam-se mais detalhadamente os procedimentos adotados para a elaboração dos mapas que constituem esta pesquisa.

3.3 PNAD e Cartografia Temática: Organização e construção dos mapas

Como uma forma de estudo mais detalhada dos dados da PNAD, pode-se recorrer à cartografia temática e, esta pesquisa, em parte, consiste na elaboração de mapas temáticos. Abordando os mapas temáticos, Martinelli (1998, p. 71) afirma que estes “podem ser construídos levando-se em conta vários métodos, cada um mais apropriado às características e as formas de manifestação (em pontos, em linhas, em áreas) dos fenômenos considerados em cada tema”.

Os mapas temáticos, que são elaborados a partir dos dados da pesquisa, exigem, primeiramente, uma disposição em forma de tabelas que relacionam os valores com sua procedência geográfica, formando as séries geográficas. A partir disso, precisa-se de um mapa-base, o qual serve de suporte para as representações dos dados. No caso desta pesquisa, para os dois mapas-base, recorreu-se ao IBGE que disponibiliza, em forma digitalizada, mapas que podem ser utilizados para este tipo de finalidade⁵⁴. O primeiro mapa apresenta as divisões das Grandes Regiões; o segundo, as divisões das Unidades da Federação; assim, possibilitam as representações dos dados que dizem respeito as cinco Grandes Regiões e as vinte e sete Unidades da Federação.

Em função dos dados estudados por esta pesquisa se tratarem de números de pessoas e estar de acordo com as propostas de Martinelli, usa-se como forma de representação, o método de representação quantitativo. Este método é empregado para cartografar quantidades numéricas ou ordens de grandezas de fenômenos representados por valores numéricos, os quais evidenciam uma proporcionalidade entre os mesmos. Por exemplo, o Estado do Amapá tem três vezes mais moradores em estado de insegurança alimentar do que o Estado de Santa Catarina. Dentro das representações quantitativas para manifestação em áreas, pelo fato dos dados se tratarem de quantidades referentes a áreas, utiliza-se os métodos das figuras geométricas proporcionais divididas e o método coroplético. Os dados referentes à insegurança alimentar e seus respectivos níveis são representados pelo método das figuras geométricas proporcionais divididas, já os dados que dizem respeito às porcentagens de insegurança alimentar, são representados através do método coroplético.

⁵⁴ Os mapas-base encontram-se em: <<http://www.ibge.gov.br>> acessado em 11 de mai. de 2008.

O método das figuras geométricas proporcionais divididas é uma aplicação do método das figuras geométricas proporcionais. Este último, segundo Martinelli (1998, p. 84), “estabelece o emprego da variável visual **tamanho**”, ou seja, o tamanho de uma figura (para esta pesquisa o círculo) é proporcional à intensidade da ocorrência dos valores absolutos. Desta maneira, o número de habitantes em IA das grandes regiões e das unidades da federação é representado por um círculo, de tamanho proporcional, disponibilizado de acordo com a procedência geográfica, representando a noção do número de habitantes.

Martinelli (1998, p. 84) explica que “a forma mais simples de calcular essa proporcionalidade é a que considera a área do círculo igual à quantidade (Q) a ser representada. Portanto, seu raio será proporcional a \sqrt{Q} ”. Em função das variabilidades dos dados, considera Martinelli que a \sqrt{Q} , para adequar os valores às escalas dos mapas, pode ser dividida ou multiplicada por uma constantes (K) a ser definida de acordo com a necessidade, tendo o cuidado de que tanto o maior, quanto o menor valor, fique representável. Assim, para o cálculo do círculo, em termos de fórmula, tem-se:

R = Raio do círculo

Q = Quantidade de habitantes

K = Constante

$R = \sqrt{Q}$ ou $R = \sqrt{Q} \cdot k$ ou $R = \sqrt{Q} / k$

No caso desta pesquisa, a raiz quadrada do raio resultava grande para a representação, então foi necessário utilizar uma constante, que variou de acordo com os valores de cada mapa, dividindo a raiz quadrada de Q. Como forma de exemplo, os resultados são os dois quadros que seguem abaixo, o primeiro com os raios das grandes regiões ($R = \sqrt{Q} / 150$) e a segundo com os raios das unidades da federação ($R = \sqrt{Q} / 150$)⁵⁵. A aplicação destes quadros aos mapas, encontra-se, respectivamente, nos mapas 1 e 3, na quarta parte desta pesquisa.

⁵⁵ Quando da confecção dos mapas utilizou-se o *software* Creative Docs.NET versão 2.1.9. Imprimindo os mapas, notou-se que o tamanho dos raios era menor do que aquele que estava disposto de forma digital, entretanto, por se tratar de uma questão de escala gráfica, a redução é proporcional, assim, para as representações, não implica em problemas de proporção, entretanto os valores dos raios representados nos mapas são menores que os apresentados nas duas tabelas.

Brasil: População em IA e raio proporcional – Grandes Regiões – 2004

Unidades da Federação	População em IA	Raio do círculo
Norte	7 503 530	18,26
Nordeste	29 764 801	36,37
Sudeste	23 651 099	32,45
Sul	6 953 801	17,58
Centro-Oeste	4 386 269	13,96

Fonte: IBGE, 2006.
Organização própria.

Brasil: População em IA e raio proporcional – Unidades da Federação – 2004

Unidades da Federação	População em IA	Raio do círculo
Rondônia	488 251	4,65
Acre	414 225	4,29
Amazonas	1 288 031	7,56
Roraima	281 628	3,53
Pará	4 072 465	13,45
Amapá	289 528	3,58
Tocantins	669 402	5,45
Maranhão	4 437 799	14,04
Piauí	2 034 967	9,51
Ceará	4 901 810	14,76
Rio Grande do Norte	1 922 510	9,24
Paraíba	2 106 988	9,67
Pernambuco	4 677 884	14,41
Alagoas	1 461 673	8,05
Sergipe	575 846	5,05
Bahia	7 645 324	18,43
Minas Gerais	6 819 916	17,40
Espírito Santo	1 083 535	6,93
Rio de Janeiro	4 840 437	14,66
São Paulo	10 907 211	22,01
Paraná	2 895 265	11,34
Santa Catarina	1 072 068	6,90
Rio Grande do Sul	2 986 468	11,52
Mato Grosso do Sul	657 934	5,40
Mato Grosso	1 007 380	6,69
Goiás	2 093 157	9,64
Distrito Federal	627 798	5,28

Fonte: IBGE, 2006.
Organização própria.

De posse da proporção dos círculos referentes à procedência geográfica, o método das figuras geométricas proporcionais divididas consiste em dividir os círculos de acordo com as respectivas participações dos valores mostrando as parcelas dentro do total. Recordar-se que os dados da PNAD são publicados pelo IBGE em números absolutos, mas para finalidade de representação são transformados para números relativos e para a representação em graus, lembra-se que 1% corresponde a 3,6° do círculo, bastando multiplicar os números relativos por 3,6 para se ter os valores que compõem o círculo. Assim, o tamanho do círculo é proporcional à população total, e será dividido em três partes para representar, dentro da população total em IA, qual está em IAL, IAM ou IAG.

Para representar as porcentagens da população em IA, dentro das representações quantitativas para manifestação em áreas, utiliza-se o método coroplético, pois “esse método estabelece que a ordem dos valores relativos, agrupados em classes significativas, seja transcrita seguindo uma ordem visual das cores, indo das mais claras até as mais escuras, ou seguindo uma ordem visual construída com texturas” (Martinelli, 1998, p. 92).

De posse de um mapa base com as respectivas divisões regionais ou das Unidades da Federação, de acordo com os dados da pesquisa, organiza-se uma legenda levando em conta a amplitude dos dados a serem representados. Para agrupar os dados, Martinelli (1998, p. 92) utiliza um método gráfico que, através da construção de um histograma, isola agrupamentos que formam as classes, ou seja, cada diferente cor ou textura que compõe a legenda. O autor lembra que estas classes, em função das limitações perceptivas visuais, não podem ser muito numerosas, estabelecendo um máximo de oito.

Na elaboração das classes que compõem a legenda, Martinelli (1998) utiliza valores “quebrados”, pois são os valores dos próprios dados, os quais são os limites das classes encontradas através da elaboração do histograma. Isso implica que para cada mapa seja construída uma legenda. No caso desta pesquisa, toma-se o mapa 2, presente na quarta parte, como exemplo.

A partir dos valores da tabela 2 do apêndice A (que é a tabela 2 desta parte da pesquisa, transformada em números relativos), faz-se uma apuração da frequência das ocorrências dos valores dentro de classes de intervalos = 5⁵⁶, o que resulta no seguinte:

Apuração

Classes de intervalos = 5	Frequência
15 – 20	1
20 – 25	–
25 – 30	6
30 – 35	3
35 – 40	3
40 – 45	1
45 – 50	1
50 – 55	2
55 – 60	4
60 – 65	2
65 – 70	2
70 – 75	2

⁵⁶ Intervalo estabelecido a partir da consideração de que a legenda não deve ter mais de oito classes (Martinelli, 1998, p. 92). Considerou-se também que este valor, além de fazer um corte entre 50% de SA e IA, resulta em uma distribuição que possibilita uma diferença analisável entre as classes.

De posse da apuração das freqüências, elabora-se um histograma, ou seja, um gráfico de colunas justapostas, sendo que cada coluna deve corresponder a uma das classes da apuração acima. Assim, tem-se:

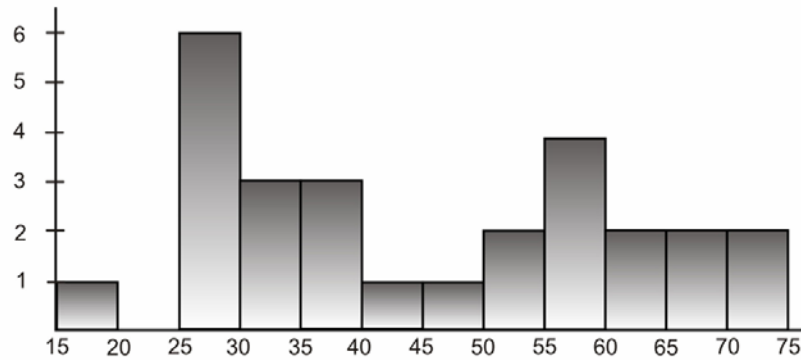


Figura 6: Histograma para elaboração de classes da legenda.
Elaboração própria.

Da apreciação do histograma identifica-se classes significativas, respeitando um máximo de oito, conforme lembrado por Martinelli. Estas classes são transcritas por uma ordem visual, da seguinte forma:

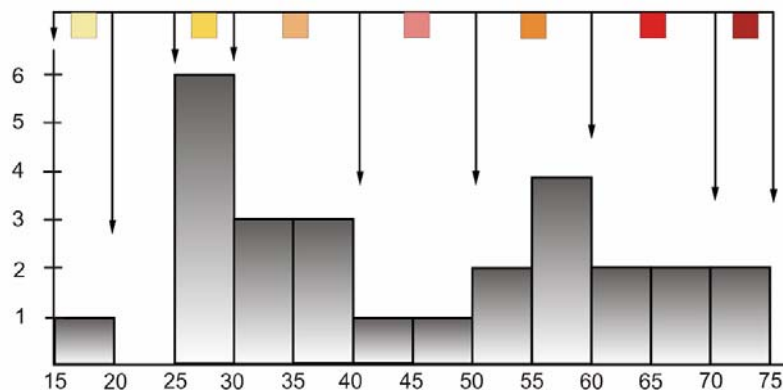


Figura 7: Histograma indicando as classes da legenda.
Elaboração própria.

Agora, como limites das classes encontradas através do histograma, utiliza-se os valores da tabela original, ou seja, a tabela 2 do apêndice A para a construção da legenda do mapa, que configura-se da seguinte maneira:

Percentual da população em insegurança alimentar

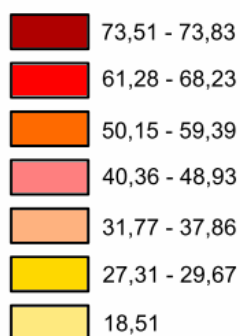


Figura 8: Legenda.

Elaboração própria.

Além da apresentação do método utilizado, deve-se frisar que para construir os mapas optou-se por não utilizar auxílio de geoprocessamento. Assim, os mapas foram confeccionados através de dois programas: Creative Docs.NET versão 2.1.9 e Paint.NET versão 3.36. Com o primeiro, atribuem-se todos os detalhes, com exceção das cores e dos tons que compõem os círculos, procedimentos que foram realizados com o segundo programa. Construídos os mapas, no próximo capítulo, procede-se uma leitura e interpretação dos mesmos.

4 CARTOGRAFIA DA FOME NO BRASIL: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS MAPAS

O conteúdo representado nos mapas temáticos pertence ao mundo social que os produziu (Martinelli, 1999, p. 17).

A cartografia temática pode ser utilizada por todas as áreas do conhecimento que tenham preocupação de representar a distribuição espacial de tudo que é tipo de fenômeno. Sobretudo na Geografia, por ter como intrínseco à sua essência a questão espacial, o recurso do mapa se torna imprescindível.

Moreira (2006) lembra a importância do conceito de espacialidade diferencial de Lacoste. Com este conceito, o geógrafo francês afirmava que há um conjunto espacial de fenômenos geográficos, entretanto o limite territorial de cada aspecto, geralmente, não coincide com outros, pois uns são mais amplos que outros. Com isso Lacoste apontava as limitações na utilização do conceito de região utilizado pela geografia vidalina, ao mesmo tempo em que frisava a necessidade de estudar o espaço a partir de uma ampla gama de representações com escalas diferentes (Lacoste, 2004, p. 191–193). A partir disso, Moreira (2006, p. 176) afirma que “a paisagem depende, assim, do ângulo do olhar de quem olha, que toma um dos seus conjuntos espaciais como referência do olhar, e vê, em consequência, a paisagem pelo olhar da referência”. Desta maneira, esta pesquisa, que tem por referência a questão da fome no Brasil, por meio dos dados da PNAD 2004 SA, estuda a IA e seus níveis, os quais são os objetos das representações cartográficas propostas. Assim, a IA e seus níveis são as referências do olhar deste trabalho.

Este capítulo é dedicado à apresentação e análise dos mapas. No total são 15 representações construídas a partir dos dados das tabelas anteriormente apresentadas, sendo que os números relativos que vão fornecer as cores através do método coroplético e os respectivos valores referentes às circunferências que compõem o método das figuras geométricas proporcionais divididas, estão disponibilizados no apêndice A. Os 15 mapas estão distribuídos em cinco grandes frentes: 1) IA e níveis de IA no Brasil; 2) IA e níveis de IA segundo sexo; 3) IA e

níveis de IA segundo situação do domicílio; 4) IA e níveis de IA segundo cor ou raça e 5) IA e níveis de IA segundo classes de rendimento domiciliar *per capita*.

4.1 Insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar no Brasil

Para analisar os dados de IA e os respectivos níveis de IA no Brasil, foram elaborados três mapas. O mapa 1⁵⁷, por Grandes Regiões e com sobreposição de informações, assim, representa a população residente por situação de IA e respectivos níveis de insegurança. Já para a representação da população em IA e dos níveis de insegurança por Unidades da Federação, foi necessário confeccionar dois mapas (mapas 2 e 3)⁵⁸: o mapa 2 com as informações sobre IA e o mapa 3 com os dados referentes aos níveis de IA. Isto se deu pelo fato de que a sobreposição, em função do grande número de dados, iria resultar em uma representação que Martinelli (1998, p. 113) define como do tipo exaustiva, ou seja, aquela que não permite uma leitura rápida e de fácil apreensão da imagem.

Dos dados por grandes regiões, o mapa 1 aponta a existência de quatro grandes áreas em termos de insegurança alimentar: Sul, Sudeste / Centro-Oeste⁵⁹, Norte e Nordeste. Considerando que, no geral, o Brasil possui 39,69% da população em IA, de imediato pode-se perceber uma grande diferença regional: a Região Sul apresenta o menor índice, 26,05%, já as Regiões Sudeste e Centro-Oeste um valor pouco superior a 30%, por suas vezes, as Regiões Norte e Nordeste apresentavam valores superiores, respectivamente, de 51,98 e 58,90%.

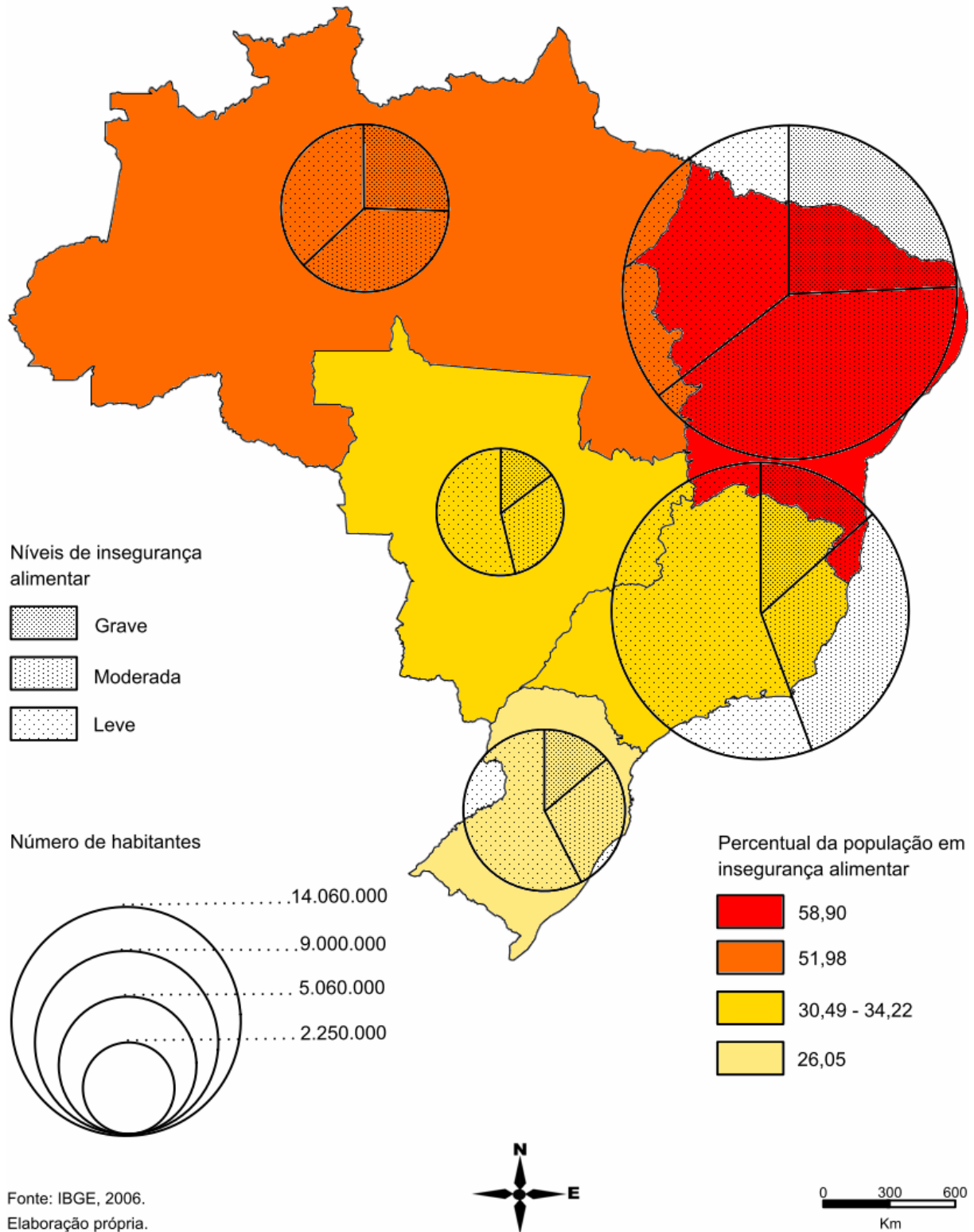
Analisando as representações por Unidades da Federação (mapa 2), além do mapa receber um maior número de cores, pode-se perceber que existe uma diversificação em termos de localização da IA, ou seja, há uma dispersão das cores. Tomando como referência os pontos cardeais, no sentido sul-norte, é possível observar três faixas: ao sul um valor menor de insegurança alimentar, no centro um valor intermediário e ao norte, majoritariamente, valores mais elevados, entretanto mesclados, uma vez que comporta valores bastantes dispare, como os apresentados por Sergipe 29,67%, Maranhão 73,51% e Roraima 73,83%.

⁵⁷ Os dados utilizados para a elaboração do mapa 1, em números absolutos, encontra-se na tabela 1 da página 68 e, em números relativos, no apêndice A da página 142.

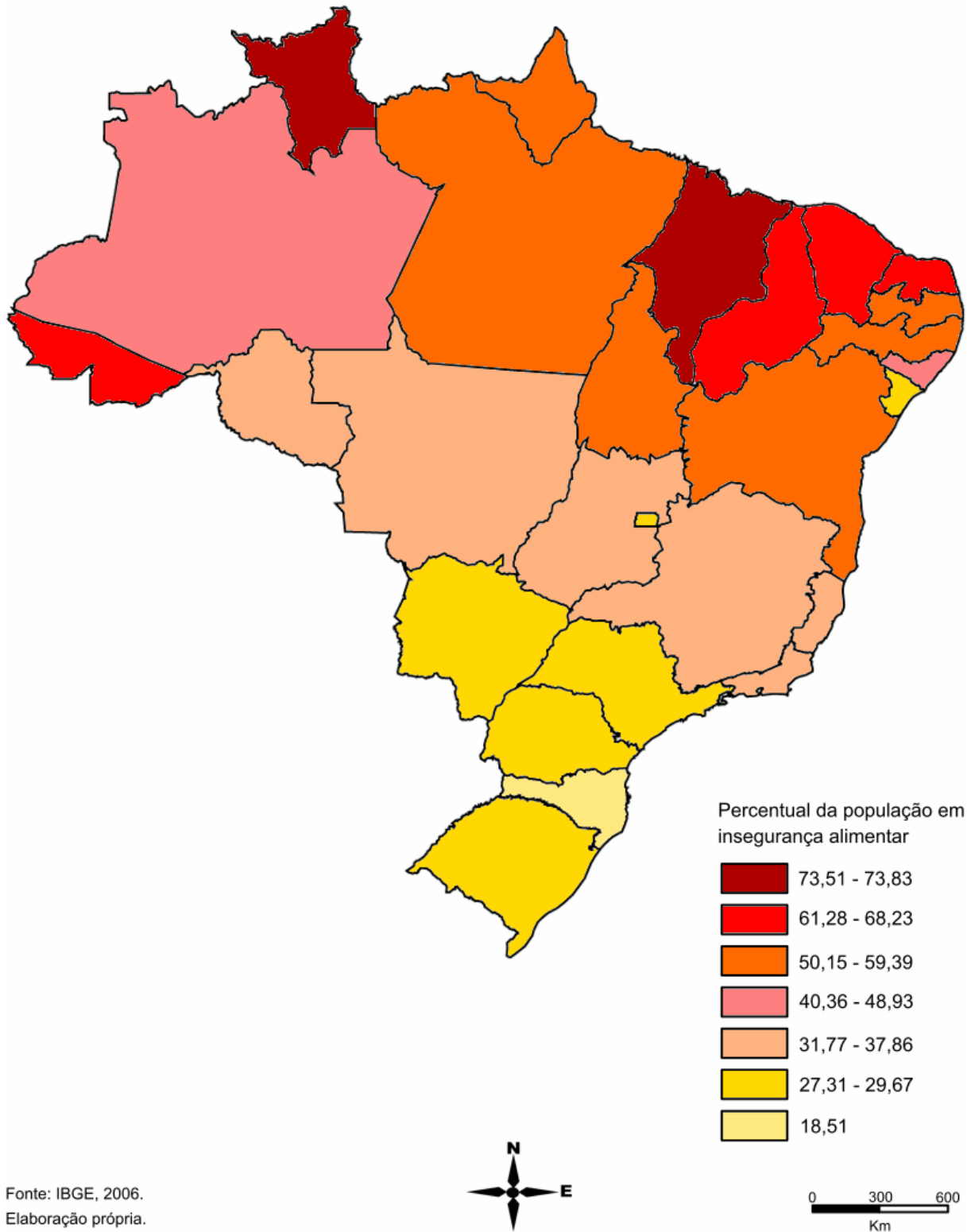
⁵⁸ Os dados utilizados para a elaboração dos mapas 2 e 3, em números absolutos, encontram-se na tabela 2 da página 69 e, em números relativos, no apêndice A da página 143.

⁵⁹ Neste caso, em função de que o Sudeste e o Centro-Oeste se encontram na mesma classe da legenda, afirma-se que ambas formam uma área, contudo esta afirmação não deve ser estendida a outros aspectos, uma vez que cada uma das Grandes Regiões guarda particularidades.

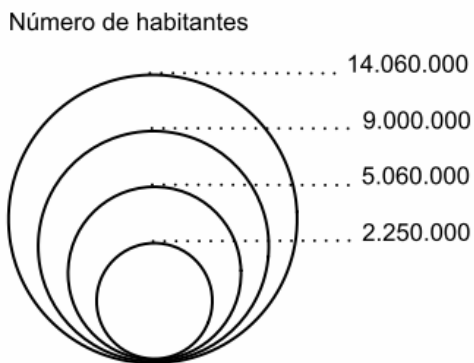
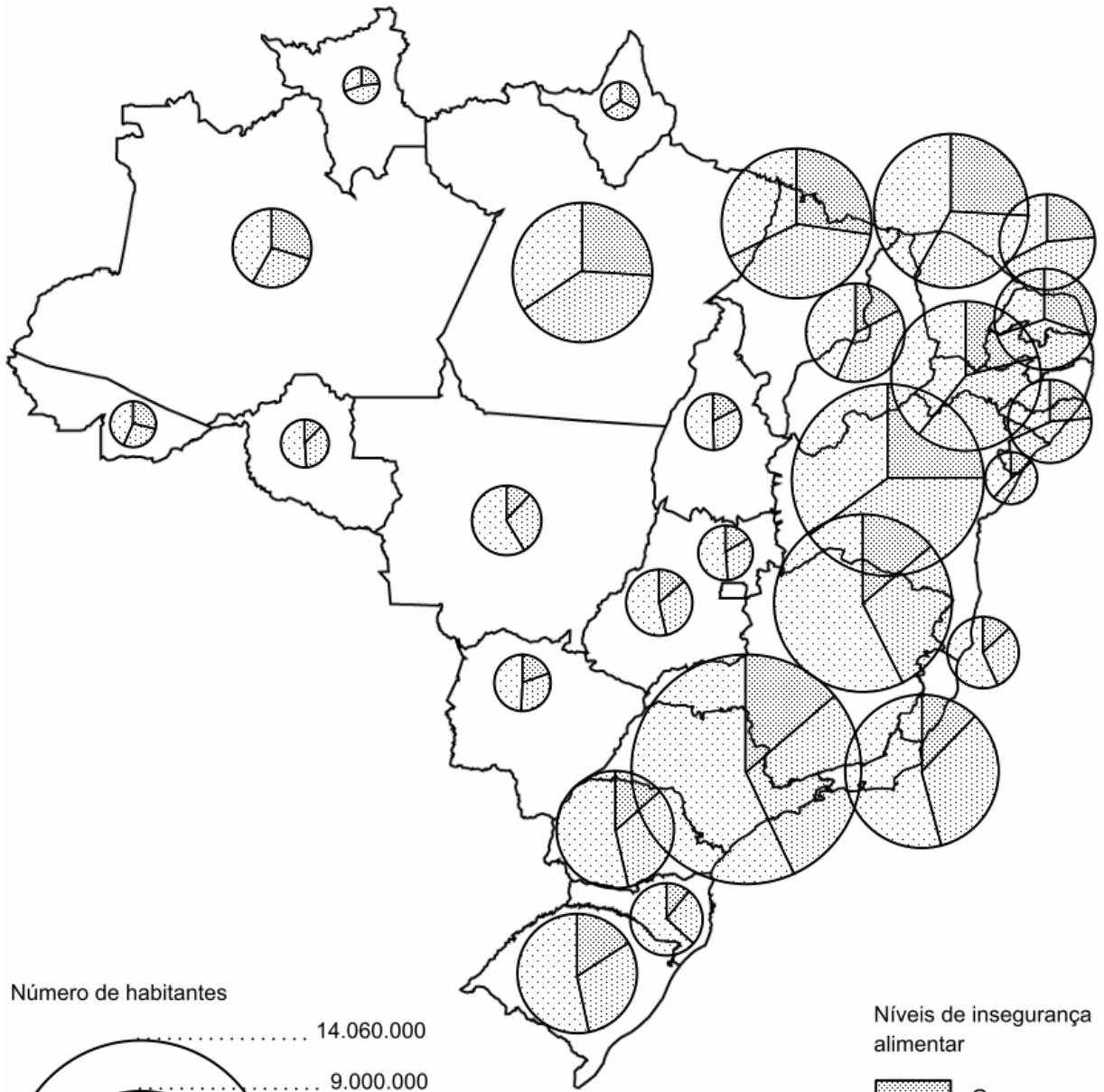
MAPA 1 – BRASIL: POPULAÇÃO EM INSEGURANÇA ALIMENTAR E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR – GRANDES REGIÕES – 2004



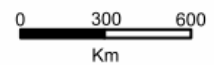
MAPA 2 – BRASIL: POPULAÇÃO EM INSEGURANÇA ALIMENTAR – UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2004



MAPA 3 – BRASIL: POPULAÇÃO EM INSEGURANÇA ALIMENTAR E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR – UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2004



Fonte: IBGE, 2006.
Elaboração própria.



Sobre os níveis de IA, em termos de Grandes Regiões (mapa 1), as duas áreas ao sul, formadas pelas Regiões Sul e Sudeste / Centro-Oeste, quando comparada às duas áreas ao norte, formadas pelo Norte e Nordeste, apresentam um menor número, em proporção a população total, de pessoas em IAG. Analisando os dois extremos de IA por grandes regiões, dos moradores em IA, na Região Sudeste, 13,37% e 30,87% são respectivamente os valores de IAG e IAM, o que totaliza 44,24%, enquanto na Região Nordeste, 24,33% estão em IAG e 40,15% em IAM, o que totaliza 64,48%. Desta forma, observa-se que quando aumenta a IA, mais graves são os níveis desta, ou seja, quanto maior o número de pessoas que estão em IA, a intensidade da insegurança é maior.

Assim, mesmo que quando comparadas as quatro áreas, o aumento da população em IA não significa aumento na proporção da população em IAG – a Região Nordeste apresenta valor de IAG menor que o Norte e, o Sudeste menor que o Sul, fato associado a grande diferença em termos de população total, uma vez que ambos, Nordeste e Sudeste, possuem uma população consideravelmente superior, respectivamente, as Regiões Norte e Sul e, desta forma, este maior contingente populacional, dissolve a população em IAG dentro desta maior população total, o que vai resultar em um percentual de população em IAG menor – o número absoluto de pessoas em IAG é maior. O que na verdade trata-se de uma aparência contradita pela representação temática, uma vez que a área correspondente de um percentual menor, de uma população maior, pode ser maior do que de uma população menor com um percentual maior. Assim, demonstra-se que nas Grandes Regiões Sudeste e Nordeste existem mais pessoas em IAG do que, respectivamente, no Sul e Norte.

Em relação a isso, é recorrente encontrar autores que consideram o Nordeste em condições sociais bem mais precárias do que o restante do país. Conclusão também possível de se chegar quando se observa de um por um e o conjunto dos mapas desta pesquisa. A Região Nordeste concentra 27,7% da população total do Brasil e 51,9% dos brasileiros em IAG. Por isso, alguns autores como, por exemplo, Monteiro (2003), chegam a recomendar, em termos de políticas públicas, maior atenção para o nordeste⁶⁰. Entretanto, olhando em termos globais os dados da PNAD 2004 SA, o Nordeste concentra o dobro de população em IAG do

⁶⁰ “Ações específicas de combate à fome, em particular ações de distribuição de alimentos (diretamente ou através de créditos ou cupons), deveriam ser empregados no Brasil de modo focalizado, com atenção especial para segmentos da população rural da região Nordeste” (Monteiro, 2003, p. 19).

que o Sudeste, que por sua vez possui um valor muito próximo do que apresenta as Regiões Norte, Sul e Centro-Oeste somadas. Mesmo considerando que o Sudeste possui uma população de 1,43 vezes em relação ao somatório das últimas três regiões, em números de população residente, a Região Sudeste concentra 10.464.111 de habitantes em IAG e IAM, número que quando olhado em termos relativos acaba sendo um tanto escamoteado pelo grande contingente populacional total concentrado nas duas maiores cidades do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro. Olhando desta forma, e caso se concordasse com as ações defendidas por Monteiro, pode-se perceber que o Sudeste também concentra uma grande população merecedora de “atenção”, uma vez que concentra 22,7% da população brasileira em IAG. Destarte, olhando o Brasil em termos globais, e lembrando Castro (2006, p. 35) que considera que mais importante que a intensidade da fome seja a extensão numérica em que incide sobre a população e, ao contrário de Castro, se considerando que mais importante que os números relativos são os números totais, o Nordeste e o Sudeste brasileiro são as Grandes Regiões que concentram os maiores problemas em relação à IAG.

A Região Sudeste é a grande concentradora do Meio Técnico-Científico-Informacional (Santos, 2002 e Santos; Silveira, 2006), ela é concentradora das grandes empresas que, quando não possuem seus parques instalados nesta região, possuem as sedes administrativas que ditam ações para todo o restante do território do país⁶¹. No Sudeste estão os maiores PIBs, as maiores rendas, os maiores índices de consumo, as altas taxas de industrialização e comércio, a maior concentração de universidade e, contraditoriamente, é onde está também um número considerável de indivíduos que sofrem privações e sentem-se, frente as condições alimentares, na impossibilidade da manutenção da própria vida, ou seja, passam fome.

Quanto aos níveis de IA nas Unidades da Federação, a interpretação dos dados se mostra mais complexa, a começar pelo grande número de informações, o que exige um olhar atento para o conjunto dos círculos. Na Região Norte, por exemplo, o Estado de Roraima 73,83% de IA, maior percentual do Brasil, possui

⁶¹ “As ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando. ...muitas das ações que se exercem num lugar são o produto das necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra” (Santos, 2002, p. 80).

23,36% desta população em IAG, já o vizinho, Amazonas apresenta 40,36% em IA, no entanto, destes, 29,73% está em IAG. Em termos de Região Norte, se por um lado o Amazonas, em números relativos, só tem mais população em IA do que o estado de Rondônia, por outro, só fica atrás do estado do Amapá (32,52%) em IAG.

Ainda sobre os níveis de IA, em termos de Unidades da Federação (mapa 3), em alguns casos, os valores de IAG de alguns estados que estão nas classes intermediárias ou superiores do mapa 2 apresentam valores próximos a estados que estão nas classes inferiores. Como é o caso que pode se observar entre Rondônia, Tocantins e Piauí, quando comparados com Santa Catarina. O ângulo da porção do círculo correspondente à IAG é muito próximo nos quatro, entretanto é no ângulo da IAL que está a grande diferença, pois o último Estado apresenta um ângulo consideravelmente maior. Assim, parece não haver contradição entre o fato dos três primeiros que, possuem um maior percentual de população em IA, estarem próximos do último no que diz respeito à IAG, pois quando somados os valores de IAG e IAM, Rondônia, Tocantins e Piauí possuem valores maiores do que Santa Catarina, não restando dúvida que as condições dos primeiros são mais graves do que a do último.

Dentro das Grandes Regiões, quando observadas individualmente as Unidades da Federação, as duas Grandes Regiões ao norte, quando comparadas às três Grandes Regiões ao sul, dentre a população em IA, possuem valores menores de população em IAL em detrimento de, na grande maioria dos casos, maiores valores em IAM e IAG. Das Unidades da Federação do Sudeste, Centro-Oeste e Sul, com exceção do Mato Grosso do Sul com 49,51% de população em IAL, todas as demais Unidades apresentam valores superiores a 50%, sendo que Santa Catarina possui 63,05%. Já das Unidades da Federação do Norte e Nordeste, com exceção de Rondônia (51,67%), Tocantins (50,42%) e Piauí (43,70%), apresentam valores inferiores a 40% de IAL.

4.2 Insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar segundo sexo

Para analisar os dados sobre IA e seus respectivos níveis segundo sexo, foram construídas duas representações, os mapas 4 e 5⁶², ambos por Grandes Regiões e com sobreposição de informações. Assim, o mapa 4 apresenta o percentual de população residente por situação e níveis de IA por sexo masculino, já

⁶² Os dados utilizados para a elaboração dos mapas 4 e 5, em números absolutos, encontram-se na tabela 5 da página 72 e, em números relativos, no apêndice A da página 144.

o mapa 5 representa o percentual de população residente por situação e níveis de IA por sexo feminino⁶³. Os mapas 4 e 5 são uma fragmentação dos dados totais, aqui divididos segundo sexo.

Primeiro deve se dizer que, em termos gerais, no Brasil, há um grande equilíbrio entre população de homens e de mulheres. O que também se repete em termos de segurança e insegurança alimentar nos números totais, pois da população residente 48,71% são homens e, destes, 39,84% estão em IA. Já as mulheres são 51,29% da população total e 39,54% da população em IA. O que acaba resultando em representações parecidas, assim, as cores dos mapas e os ângulos das circunferências são bastante semelhantes para ambos.

No que diz respeito à insegurança alimentar, nos valores totais, três das cinco Grandes Regiões possuem mais mulheres do que homens, no entanto em apenas um dos casos, a Região Norte, a diferença alcança 1% a mais de mulheres, nas demais Grandes Regiões, os valores são muito próximos.

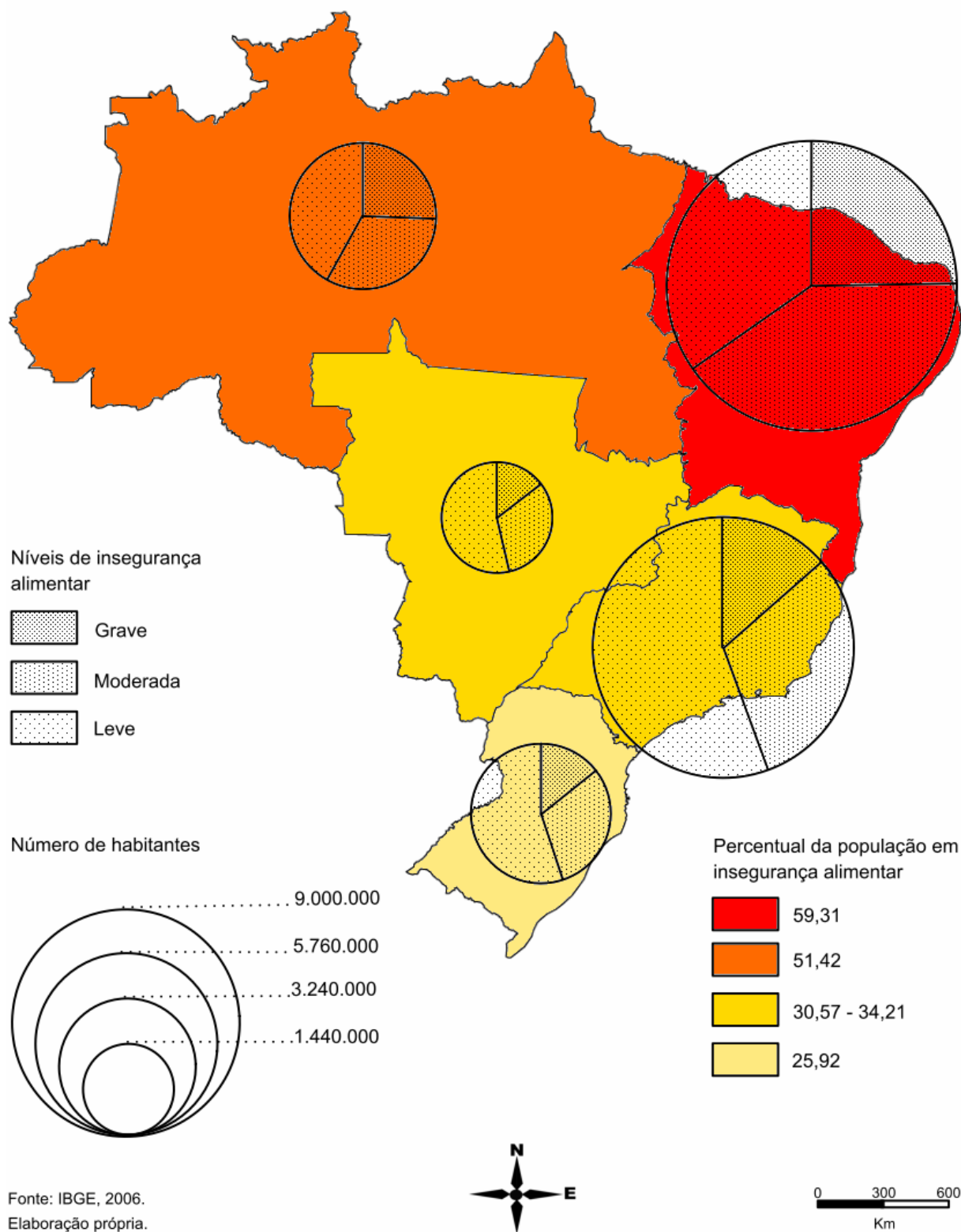
Se da população residente no Brasil, em relação à insegurança alimentar, apenas 0,3% é a diferença a mais de homens em relação às mulheres, quanto aos níveis de insegurança, em termos nacionais, apenas o valor de IAL apresenta uma variação superior a 1% por parte das mulheres em relação aos homens, o que é compensado por uma ligeira maior participação de homens nos níveis de IAM e IAG.

Nas Grandes Regiões, quanto aos níveis de IA, com exceção do Sul, as demais apresentam mais mulheres em IAL, inversamente, no que diz respeito à insegurança moderada, apenas a Região Sul não apresenta mais mulheres do que homens. Já em IAG, apenas o Centro-Oeste possui mais mulheres que homens.

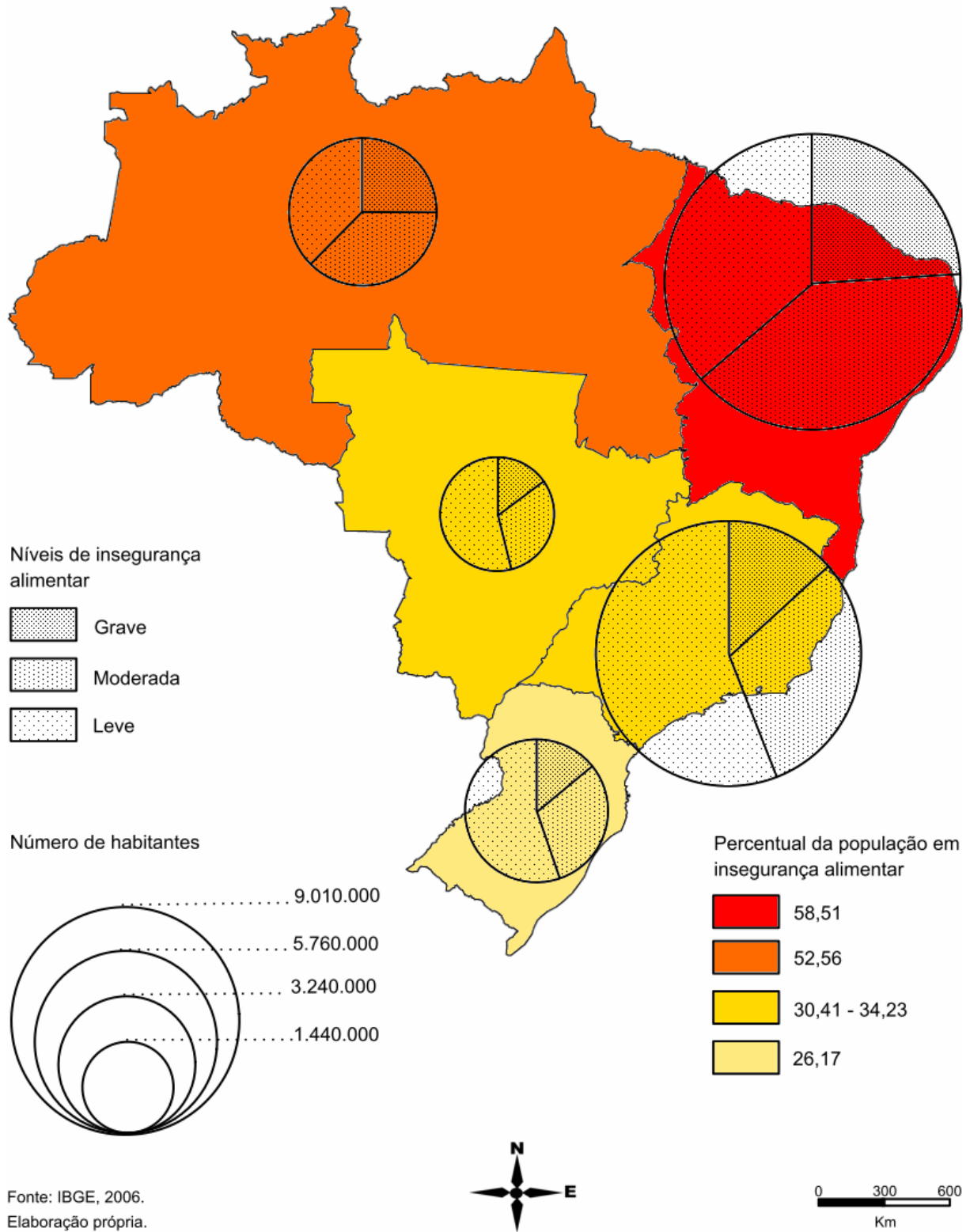
Se no que relaciona à SA e à IA e seu níveis, pode-se dizer que existe um equilíbrio em relação a homens e mulheres, já quanto a relação SA e o sexo da pessoa de referência do domicílio, a situação é, consideravelmente, diferente. Segundo IBGE (2006), nos domicílios particulares, com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade, sendo homem a pessoa de referência, 60,6% eram os que estavam em SA, onde a referência era mulher, 49,0% estava em SA. Além disso, a prevalência de IAM e IAG é maior em domicílio cuja pessoa de referência é mulher, atingindo 28,4%. Onde homens são referências, o valor é de 19,6%.

⁶³ As definições dos segmentos pesquisados, sexo, cor ou raça, situação do domicílio e renda, foram estabelecidas pelo próprio IBGE. Assim, mesmo entendendo que em detrimentos destes, há outros, os mesmos estão sendo utilizados aqui.

MAPA 4 – BRASIL: POPULAÇÃO EM INSEGURANÇA ALIMENTAR E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR, SEGUNDO SEXO (HOMENS) – GRANDES REGIÕES – 2004



MAPA 5 – BRASIL: POPULAÇÃO EM INSEGURANÇA ALIMENTAR E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR, SEGUNDO SEXO (MULHERES) – GRANDES REGIÕES – 2004



Esses dados demonstram que existe uma pretensa igualdade de gêneros e uma expectativa duvidosa em relação à igualdade de renda. Algumas considerações sobre as peculiaridades em relação à renda, trabalho e gênero podem ser encontradas em Hirata (2002). Em seus estudos, a autora aponta que existe uma desigualdade de condições de trabalho de acordo com o gênero de quem trabalha. Entre outros elementos, a autora afirma que as mulheres estão mais submetidas a trabalho temporário e têm menos oportunidades de carreira e formação, o que resulta em rendimentos menores (Hirata, 2002, p. 42 e 122).

No estudo de caso de Hirata, no então chamado período de crise da economia brasileira do início da década de 1980, apesar de sua importância em relação aos estudos de gênero, algumas considerações devem ser postas em suspenso, como é o caso em que afirma sobre a permanência de homens nos postos de trabalho em momentos de crise. A autora afirma que a empresa estudada utilizou como critério de demissão a questão de ser ou não provedor de fundos. A partir daí diz que mais provedores de fundos foram “mantido no emprego, mesmo que isso significasse superpovoar proporcionalmente as oficinas masculinas em um período de baixa da produção” (Hirata, 2002, p. 181). Hirata considera que este tipo de atitude da empresa trata-se de uma questão de responsabilidade social. Ora, empresa no sistema de mercado está preocupada com a dinâmica do capital e, sobretudo, nos chamados períodos de “crise”, utilizam-se destes para reestruturarem-se, o que entre outras coisas inclui as demissões, consideração que se pode apreender da obra *Os sentidos do trabalho*, de Antunes (2005).

Na atualidade, o que Mézáros chama de globalização do desemprego, indica que não há espaços para princípios humanos e o desemprego se tornou condição da reprodução do sistema⁶⁴. Dentro desta lógica, a busca do lucro e da acumulação não “pode se restringir segundo princípios racionais e humanamente gratificantes” (Mézáros, 2006, p. 32), daí que o autor considera:

Ou o capital mantém seu inexorável impulso em direção aos objetivos de auto-expansão, não importa quão devastadoras sejam as consequências, ou se torna incapaz de controlar o metabolismo social da reprodução. A esse

⁶⁴ Como exemplo desta questão, recentemente muitas empresas, tendo como justificativa a crise econômica, adotaram estratégias de demissões, em alguns casos com ofertas para as chamadas demissões voluntárias. Segundo a *Folha Online*, do dia 13/02/2009, a Toyota e a GM anunciaram a demissão de 25 e 62 mil funcionários, respectivamente. Mais dados sobre demissões podem ser encontrados em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u503432.shtml>> acessado em 20 de fev. de 2009.

respeito, as soluções parciais não serão capazes de prestar sequer a mais superficial atenção aos sofrimentos humanos... (MÉSZÁROS, 2006, p. 32).

Nesse sentido, pode-se dizer que, se a atenção aos sofrimentos humanos não é prioridade desse modelo societário ao qual se refere Mézáros, uma solução radical para o problema da fome, também parece não sê-lo.

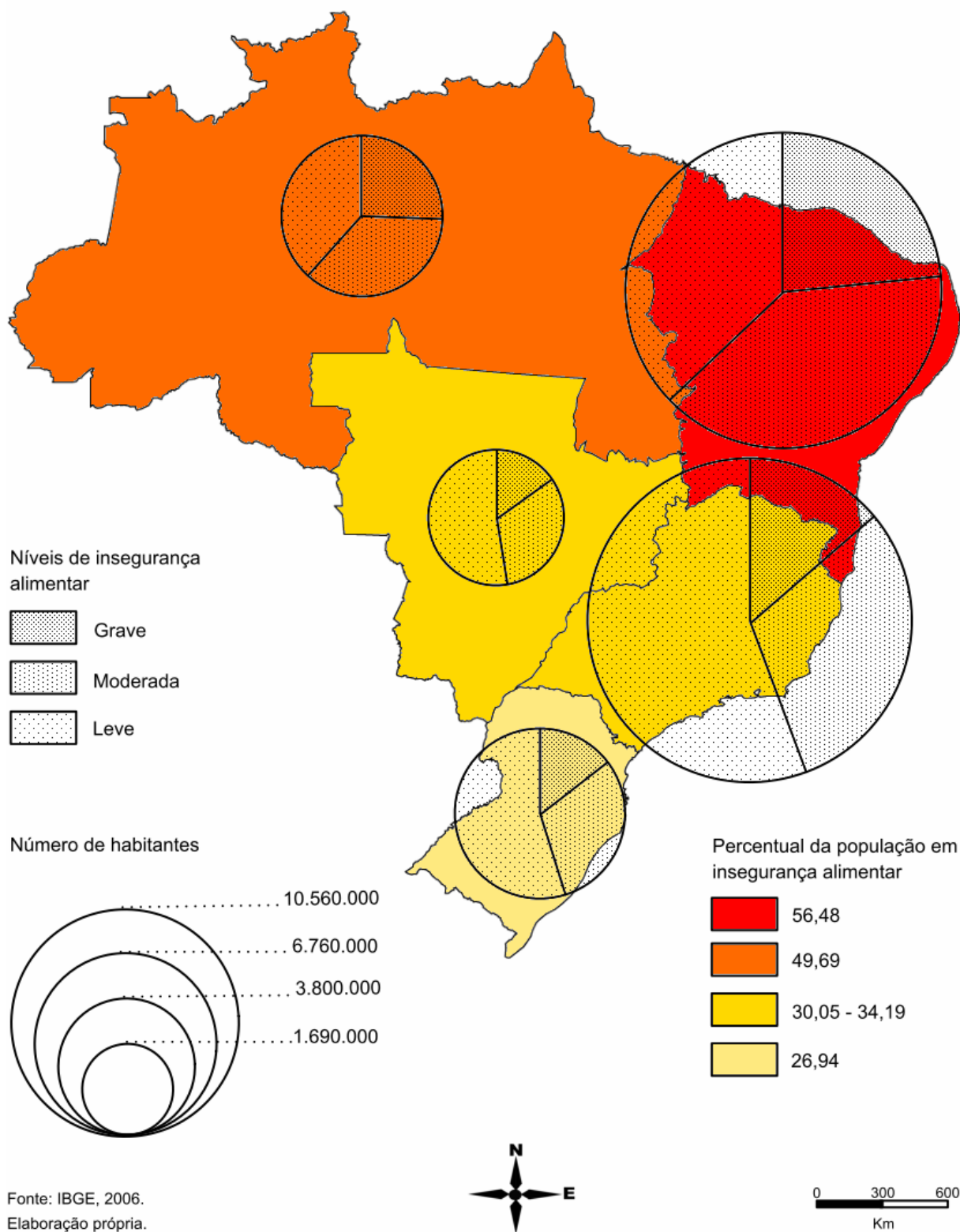
4.3 Insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar segundo situação do domicílio

Para estudar os dados sobre IA e seus respectivos níveis segundo situação do domicílio, foram elaboradas duas representações (mapas 6 e 7⁶⁵), ambas por Grandes Regiões e com sobreposição de informações. O mapa 6 representa o percentual de população residente por situação e nível de IA nos domicílios do meio urbano, enquanto o mapa 7 representa o percentual de população residente por situação e nível de IA nos domicílios do meio rural.

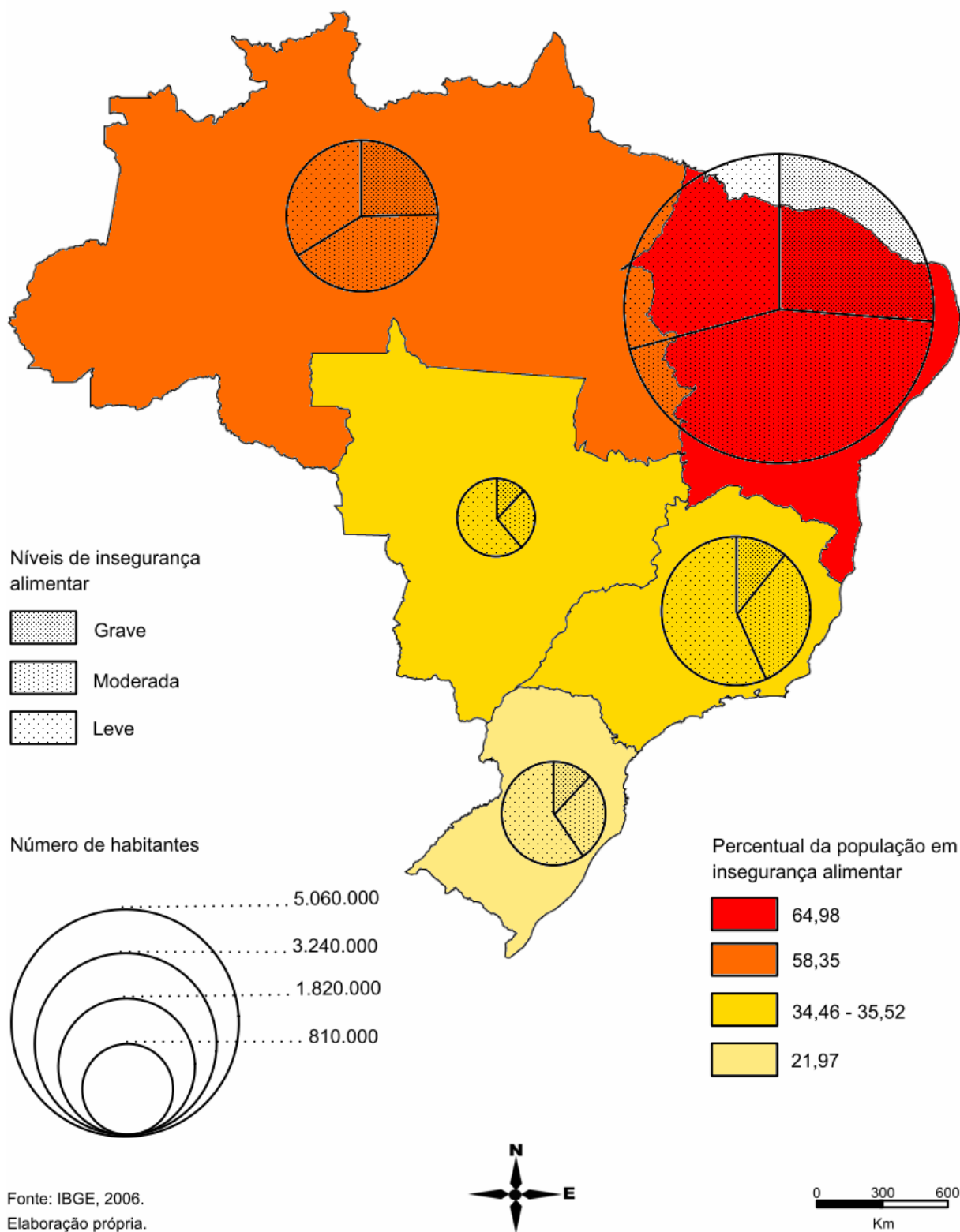
O primeiro fato que chama atenção em relação à população urbana e rural no Brasil trata da considerável diferença em termos numéricos entre ambas, pois mais de 83% da população vive no meio urbano, sendo que na Região Sudeste, maior percentual do Brasil, mais de 92% da população é urbana. Em números totais, dos moradores no meio urbano, 37,60%, e do meio rural 49,90%, encontram-se em IA. Desta forma, corre-se o risco de afirmar que no Brasil existe mais fome no meio rural do que no meio urbano, pois estes dados podem implicar em confusões quando apresentados em números relativos, uma vez que a concentração de pessoas em IA no meio urbano pode aparentar ser um problema de menor dimensões do que de fato se trata, entretanto quando os dados são olhados em termos absolutos, é possível perceber outra dimensão, uma vez que o meio urbano concentra mais de 56 milhões de habitantes em IA, contra pouco mais de 15 milhões no meio rural.

⁶⁵ Os dados utilizados para a elaboração dos mapas 6 e 7, em números absolutos, encontram-se na tabela 6 da página 73 e, em números relativos, no apêndice A da página 145.

MAPA 6 – BRASIL: POPULAÇÃO EM INSEGURANÇA ALIMENTAR E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO (URBANA) – GRANDES REGIÕES – 2004



MAPA 7 – BRASIL: POPULAÇÃO EM INSEGURANÇA ALIMENTAR E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO (RURAL) – GRANDES REGIÕES – 2004



Em termos de insegurança alimentar nas Grandes Regiões, independente da situação do domicílio, os mapas apresentam uma tendência: A Região Sul possui os menores valores (26,94% no urbano e 21,97% no rural), as Regiões Sudeste (30,05% no urbano e 35,52% no rural) e Centro-Oeste (34,19% urbana e 34,46% no rural) valores intermediários, enquanto as Regiões Norte (49,69% no urbano e 58,35% no rural) e Nordeste (56,48% no urbano e 64,98% no rural) são as que possuem os maiores índices. Assim, apenas a Região Sul apresenta, no meio rural, melhor índice do que no meio urbano, o Centro-Oeste um valor muito equilibrado, enquanto no Sudeste já se tem uma margem considerável e, finalmente, o Nordeste e o Norte apresentam uma diferença maior, como pode ser observado comparando os valores das legendas do dois mapas.

Nos mapa 6 e 7, em relação aos níveis de IA, nos domicílios em situação urbana e rural, seguem uma mesma tendência, onde aumentando a participação da população residente em IA, aumenta a intensidade da insegurança. O que pode ser percebido observando os mapas de Sul para Norte prestando atenção no aumento da tonalidade da cor e na diminuição da parcela de população em IAL.

Nas Grandes Regiões, a distribuição da população em IA, segmentado por urbano e rural, segue um padrão muito próximo da IA na população total, apresentado pelo mapa 1. Em termos regionais, dois pontos merecem considerações específicas. O primeiro trata de que, apesar das Regiões Sudeste e Centro-Oeste possuírem, na grande maioria dos casos, índices próximos, entretanto o Sudeste apresentando os mais favoráveis, o mesmo não ocorre em relação a população em IA no meio rural, dado que a Região Centro-Oeste apresenta menor que a Região Sudeste. O segundo, diz respeito à diferença de amplitude em relação a IA no meio rural nas Regiões Sudeste e Sul, uma vez que em números relativos, a primeira possui 13,55% a mais que a segunda, caracterizando-se como uma diferença que destoia dos demais dados, normalmente muitos próximos.

Sem deixar de considerar a importância dos valores absolutos, quanto aos níveis de insegurança alimentar, o meio rural que, como já visto, apresenta número relativo maior de pessoas em IA, também apresenta uma intensidade maior nos níveis. Da população residente no meio rural, dos 49,90% que estão em IA, 22,31% está em IAG e 39,11% em IAM, enquanto que no urbano, que apresenta 37,69% em IA, 18,45% está em IAG e 34,46% em IAM. Entretanto, deve-se frisar

que no meio rural, segundo a PNAD 2004 SA, vivem 3.444.245 em IAG, já no urbano, no mesmo nível, vivem 10.485.331.

Dentre as Grandes Regiões, a Nordeste, com 28,50%, é a que apresenta o maior número relativo de população rural. Analisando os níveis de IA nos segmentos urbano e rural por Grandes Regiões, observar-se que apenas a Região Nordeste, em números relativos, possui maior índice de IAG no meio rural. Olhando em números globais, da população rural em IAG, a Região Nordeste concentra 2.460.145 dos 3.444.245 no total do Brasil, ou seja, 71,42% da população em IAG que vive no meio rural no Brasil, vive na Região Nordeste, isso é o que pode ser observado no mapa 7. Quanto a IAM no meio rural, em proporção a população total em IA, o Nordeste também é a região que possui os maiores números, tanto absoluto quanto relativo, são 3.908.518, o que corresponde a 41,77%. Segue ao Nordeste a Região Norte com 41,46% de população em IAM, número considerável, uma vez que o Sudeste, Região seguinte ao Norte, apresenta 32,59%.

Sobre a questão de ser a fome maior na população urbana ou rural, inicialmente deve se dizer que o debate não é novo. Em 1983, quando completou 10 anos da morte de Josué de Castro, Ricardo Abramovay organizou na PUC-SP um simpósio sobre fome, do qual resultou a publicação da obra *Raízes da fome*, organizada por Maria Cecília de Souza Minayo. Em uma discussão sobre “A crise e a fome no Brasil e na América Latina”, Singer e Chonchol divergiram em relação à ocorrência da fome no meio urbano e no meio rural.

Chonchol afirma que, a partir de uma comparação entre renda familiar e custos de produtos alimentícios básicos, na década de 1970, na América Latina, mais de 62% das famílias rurais possuíam uma renda inferior em relação às necessidades, enquanto nas cidades este índice alcançava 26%, daí concluiu que “a grave situação de pobreza na América Latina é, sobretudo, um problema rural, embora seja muito mais visível nas grandes cidades” (Chonchol, 1986, p. 66). Por outro lado, Singer defendia que comparando os níveis de renda, os padrões alimentares no campo são melhores que na cidade, além de que, em partes, a população do campo tem acesso à produção de alimentos. Para Singer, no campo não há gastos com aluguel, transporte e outros itens, o que leva ao fato de que as condições de subnutrição e fome endêmicas, apesar de não deixarem de existir, sejam fenômenos que, “em termos relativos e absolutos, predominam nas cidades”. Além disso, Singer considera que na década de 1970 houve “uma visível

transferência da pobreza, tanto em termos monetários como de consumo, do campo para a cidade” (Singer, 1986, p. 53), o que resultou em uma inversão dos dados quando comparados aos da década de 1950.

De acordo com a PNAD 2004 SA, olhando em números relativos, a fome está mais presente no rural do que no urbano, entretanto, quando observado em termos absolutos, resguardadas as diferenças globais de população urbana e rural, a fome está, maciçamente, no urbano. Ainda deve-se frisar que no caso da PNAD, conforme abordado no capítulo 3, a coleta dos dados se dá de forma direta e não sobre cálculos de renda e despesas como nos casos fundamentados por Singer e Chonchol. Outro dado importante da PNAD 2004, em relação à situação do domicílio, é o que relaciona renda à SA, pois a prevalência de segurança alimentar em domicílios particulares, por situação do domicílio e classes de rendimentos, nas seis faixas de renda, é maior no rural do que no urbano. Até 1/4 do salário mínimo estão em SA, 21,6% rural e 14,8% urbano; mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo 43,6% rural e 34,1% urbano; mais de 1/2 a 1 salário mínimo 68,4% rural e 58,7% urbano; mais de 1 a 2 salários mínimos 83,6% rural e 77,9% urbano; mais de 2 a 3 salários mínimos 91,6% rural e 89,4% urbano e mais de 3 salários mínimos 96,7% no rural e 95,6% no urbano. Sendo que somadas IAG e IAM, em nenhuma das faixas de renda, os percentuais do meio urbano são maiores do que os do meio rural⁶⁶.

4.4 Insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar segundo cor ou raça

De acordo com a proposta de elaboração de representações cartográficas apresentadas anteriormente, para estudar a insegurança alimentar e os níveis de insegurança alimentar segundo cor ou raça, foram elaboradas duas representações, os mapas 8 e 9⁶⁷, ambos com sobreposição de informações. Desta forma, o mapa 8 apresenta a insegurança alimentar e os níveis de insegurança segundo cor ou raça branca e o mapa 9 representa os dados sobre insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar segundo cor ou raça preta ou parda⁶⁸.

⁶⁶ Estes dados encontram-se em IBGE, 2006.

⁶⁷ Os dados utilizados para a elaboração dos mapas 8 e 9, em números absolutos, encontram-se na tabela 7 da página 74 e, em números relativos, no apêndice A da página 146.

⁶⁸ Na PNAD 2004 SA, na coleta dos dados segundo cor ou raça, aparecem três segmentos de população: branca, preta ou parda e outras. Em função de que o terceiro segmento é composto por apenas 0,59% da população total, optou-se por não representá-lo.

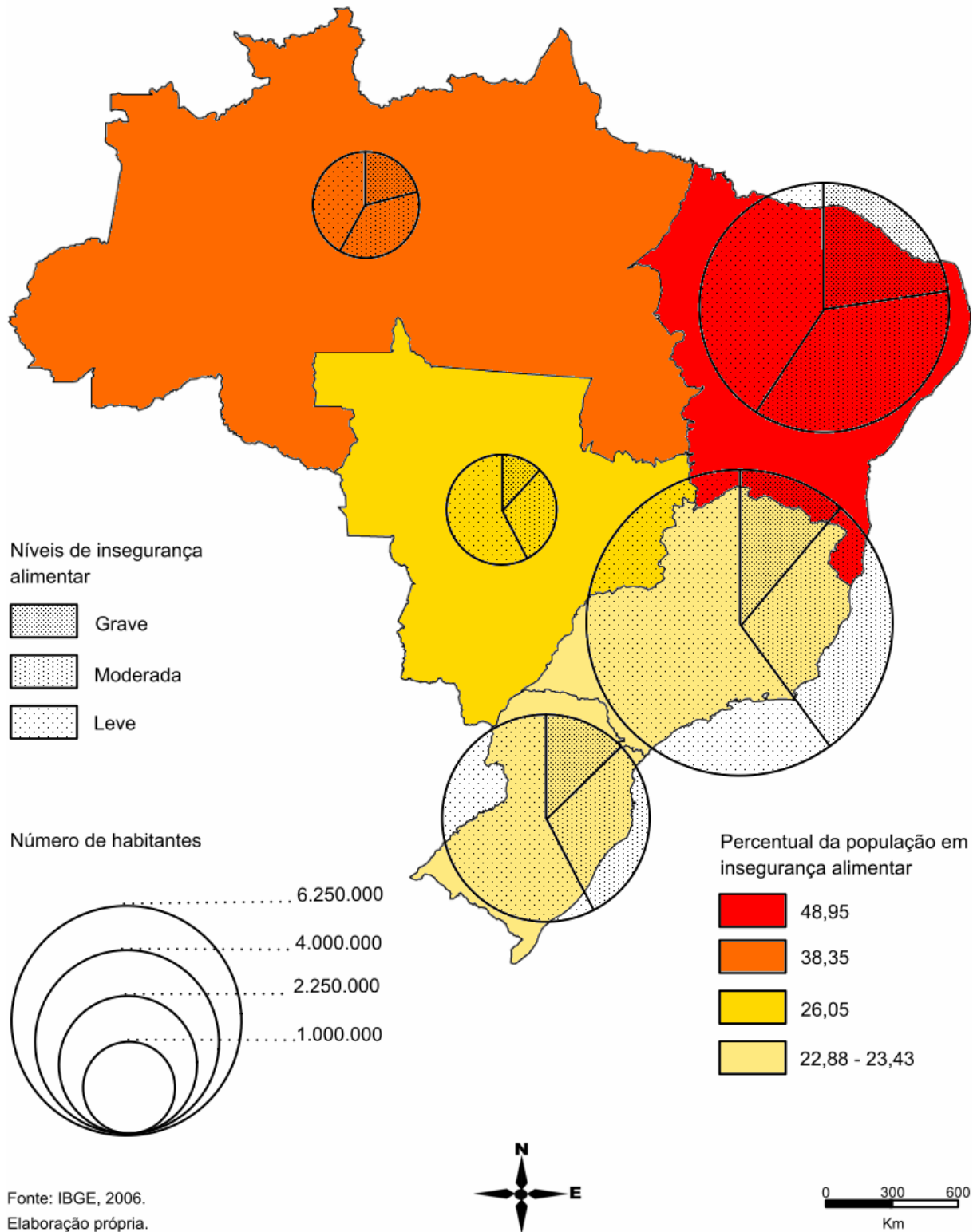
No Brasil, no geral, segundo os dados da PNAD, há um equilíbrio entre os totais de população branca e preta ou parda, que são de 51,41% e 47,99%, respectivamente. No entanto, no que se refere à insegurança alimentar por estes segmentos, há uma grande diferença: da população branca 28,10% está em IA, contra 52,26% da população preta ou parda. E como se esta diferença não bastasse, seguindo a idéia de que quanto maior é o número de pessoas que estão em IA, mais grave é sua intensidade, do percentual da população branca que está em IA, 14,42% está em IAG e 32,45% em IAM, por sua vez, da população preta ou parda em IA, 22,09% está em IAG e 37,21% em IAM.

Olhando para os mapas 8 e 9, o que imediatamente salta aos olhos, são os valores mínimos e máximos que compõem as legendas do percentual de população em insegurança alimentar. Enquanto no mapa 8, insegurança alimentar, segundo cor ou raça branca, apresenta o menor valor de 22,88% e o máximo 48,95%, no mapa 9, insegurança alimentar, segundo cor ou raça preta ou parda, os valores são de 40,54% e de 63,18%, respectivamente. O que de imediato deixa evidente as diferenças de condições entre os segmentos, o que também se repete em relação às Grandes Regiões.

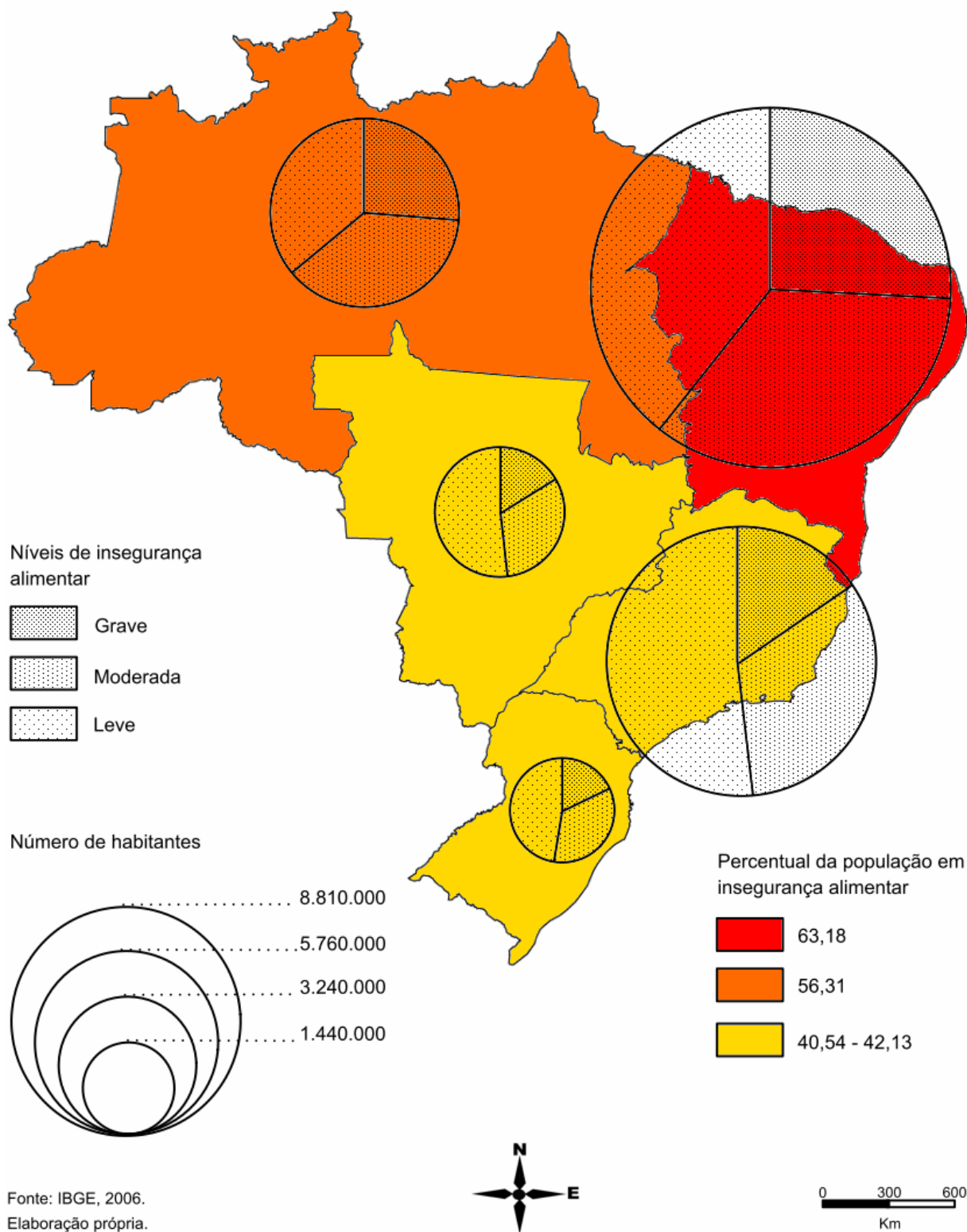
Sobre o percentual de população em insegurança alimentar, tanto no mapa 8, como no mapa 9, as três Grandes Regiões ao Sul possuem uma porcentagem considerável a menos do que as duas Grandes Regiões ao Norte. No mapa 8, o Sudeste junta-se ao Sul na classe com o menor índice de IA, que são seguidos pelo Centro-Oeste com um percentual um pouco superior, já no mapa 9, as três Grandes Regiões ao Sul compõem a mesma classe na legenda, o que até então não havia acontecido.

A insegurança alimentar segundo cor ou raça branca, nas Grandes Regiões Sul e Sudeste atinge 22,88% e 23,43% respectivamente, o Centro-Oeste tem 26,05%, já a Região Norte, 38,35% e o Nordeste 48,95%. Quanto a IA, segundo cor ou raça preta ou parda, o Centro-Oeste apresenta o menor valor, 40,54%, o Sul apresenta 41,78% e é seguido pelo Sudeste com 42,13%, o Norte apresenta 56,31% e Nordeste 63,18%. Com isso pode-se perceber que a diferença da população em IA se da entre os segmentos e também entre as Grandes Regiões.

MAPA 8 – BRASIL: POPULAÇÃO EM INSEGURANÇA ALIMENTAR E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR, SEGUNDO COR OU RAÇA (BRANCA) – GRANDES REGIÕES – 2004



MAPA 9 – BRASIL: POPULAÇÃO EM INSEGURANÇA ALIMENTAR E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR, SEGUNDO COR OU RAÇA (PRETA OU PARDA) – GRANDES REGIÕES – 2004



Quanto aos níveis de IA, em IAG, segundo cor ou raça branca e preta ou parda, o Sudeste, 11,14% e 15,40%, e o Centro-Oeste, 11,71% e 16,14%, respectivamente, apresentam os índices mais amenos. Já a Região Sul, sendo a primeira vez que aparece depois do Sudeste e do Centro-Oeste, possui 12,72% e 17,79%. O Nordeste, com 19,89% e 25,81%, fica na frente do Norte, com 20,99% e 26,23%, respectivamente. No Brasil, se em todas as Grandes Regiões, a IAG é maior no segmento de população preta ou parda que no segmento branca, o mesmo persiste também em todas as Grandes Regiões em relação a IAM. Através dos mapas isso pode ser percebido a partir da maior participação da primeira e da segunda parcela dos círculos do mapa 9 em relação ao mapa 8.

Esta diferença em termos de IA e dos respectivos níveis de IA, quando comparados os segmentos cor ou raça branca com preta ou parda, esta associada à renda. Relacionando a questão de ocupação e raça, recorrendo a dados da PNAD, Pochmann (2006) aponta que entre 1992 e 2002, no total, o desemprego entre brancos aumentou 36,1%, já entre negros 42,5%. Detalhando os dados, o autor apresenta que entre os negros de baixa renda, no período 1992 – 2002, o desemprego cresceu 46,7%, entre os de média renda 29,6% e entre os de média alta 68%. Tendo em vista que a taxa de desemprego entre os negros pobres cresceu menos e que estas ocupações tendem a estarem associados a funções precárias, o autor afirma que a discriminação alcança novas formas de manifestação cada vez mais sofisticadas, pois a taxa de desemprego entre os negros de média a alta renda explodiu “provavelmente porque, em um contexto de escassez de empregos especializados, o preconceito racial atuou como requisito decisivo na contratação” (Pochamann, 2006, p. 65).

4.5 Insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar segundo classes de rendimento domiciliar *per capita*

Para representar os dados sobre insegurança alimentar e os níveis de insegurança alimentar segundo as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, foram construídos seis mapas, os mapas 10 a 15⁶⁹. Esse número considerável de mapas se deu pelo fato de que a PNAD fez o levantamento sobre

⁶⁹ Os dados, em números absolutos, encontram-se na tabela 8 da página 75 e, em números relativos, no apêndice A da página 147.

SA em seis faixas de renda⁷⁰. Para reduzir o número de mapas poderia ser feita uma junção das faixas de renda, no entanto, isso exigiria considerações que fogem das condições e objetivos desta pesquisa. Dos mapas 10 a 15, todos por Grandes Regiões e com sobreposição de informações, estão os dados de IA e níveis de IA por classes de rendimento domiciliar mensal *per capita* de até 1/4, mais de 1/4 a 1/2, mais de 1/2 a 1, mais de 1 a 2, mais de 2 a 3 e mais de 3 salários mínimos.

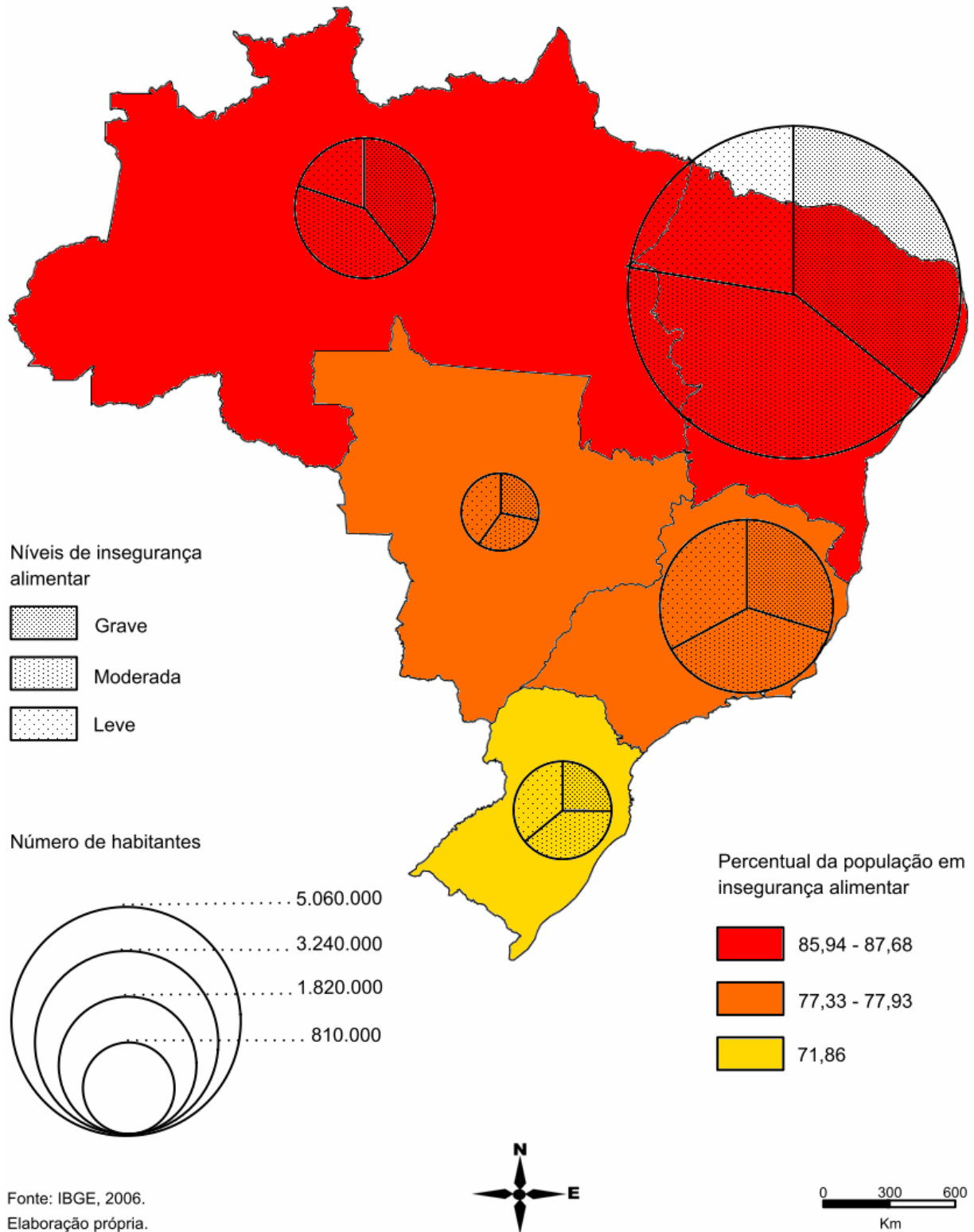
Em 2004, no Brasil, 11,23% da população vivia com até 1/4; 19,16% com mais de 1/4 até 1/2; 26,66% com mais de 1/2 até 1; 21,47% com mais de 1 até 2; 7,60% com mais de 2 até 3 e 10,50% com mais de 3 salários mínimos. Dos que tinham como renda até 1/2 salário mínimo, ou seja, 30,39% da população total, 71,82% estavam em IA, sendo que destes 65,51% estavam em IAM e IAG.

A IA, como não seja difícil de imaginar, está associada à questão da renda, entretanto, não significa que com a mesma renda se estará na mesma condição, como já visto no caso da população rural e urbana. Além disso, como mostram os mapas 10 a 15, na mesma faixa de renda, no sentido Sul/Norte, há um agravamento do índice de IA, o que pode ser observado pelo aumento da tonalidade das cores. Se isso ainda não fosse suficiente, analisando apenas a população em IA, representada pela sobreposição dos mapas, ou seja, pelos círculos, nas mesmas faixas de renda, a participação da população em IAG e em IAM, nas faixas de renda mais baixas, também aumentam quando comparadas as duas Grandes Regiões ao Norte com as três ao Sul.

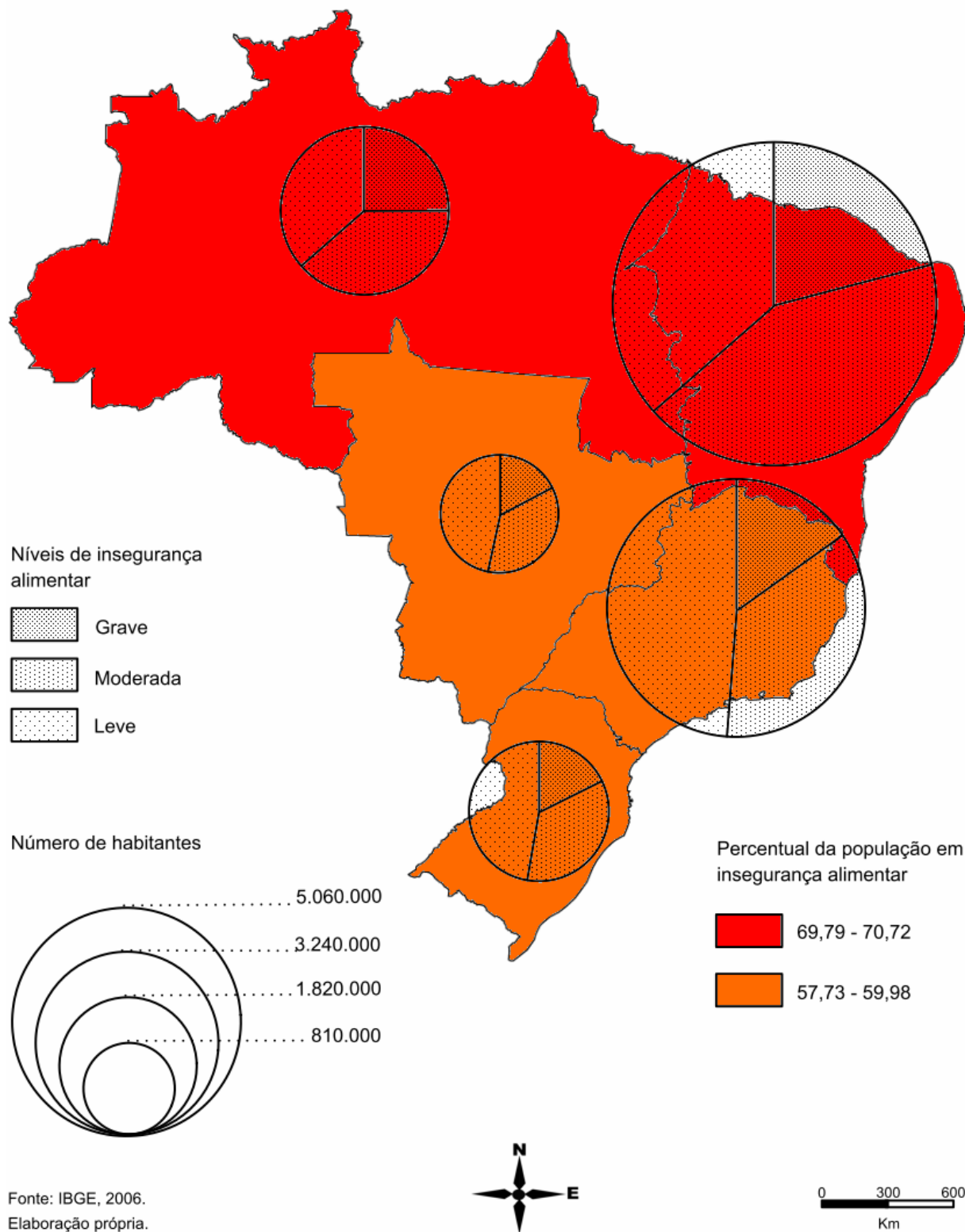
O mapa 10 representa os dados da parcela da população que possui a menor renda, ou seja, correspondente no máximo a 1/4 do salário mínimo. Desta população, 11,23% da total do Brasil, 83,36% está em IA, sendo que destes, 74,80% em IAM e IAG. Nas três Grandes Regiões ao Sul, neste segmento de renda, a grande maioria da população esta em IA, no Sul 71,86%, no Sudeste 77,33% e o Centro-Oeste com 77,93%, nas duas Grandes Regiões ao Norte a situação é mais agravante, no Nordeste 85,94% e no Norte 87,68%, estão em IA. Quanto aos níveis de IA por Grandes Regiões, neste segmento de renda, a Região Centro-Oeste alcança 40,06% de IAL, sendo este o maior percentual, já a Região Norte, que apresenta o menor índice, possui 19,66% em IAL, o restante está em IAM e IAG.

⁷⁰ Na pesquisa da PNAD são seis faixas de renda, mais uma de “sem rendimentos”. Fazem parte desta 0,90% da população total do Brasil. Em função desta pequena participação optou-se por não fazer uma representação para este segmento. Entretanto, o que chama atenção, é o fato de que nesta faixa de rendimentos 71,14% estão em IA, contra 83,36% da faixa de até 1/4 do salário mínimo.

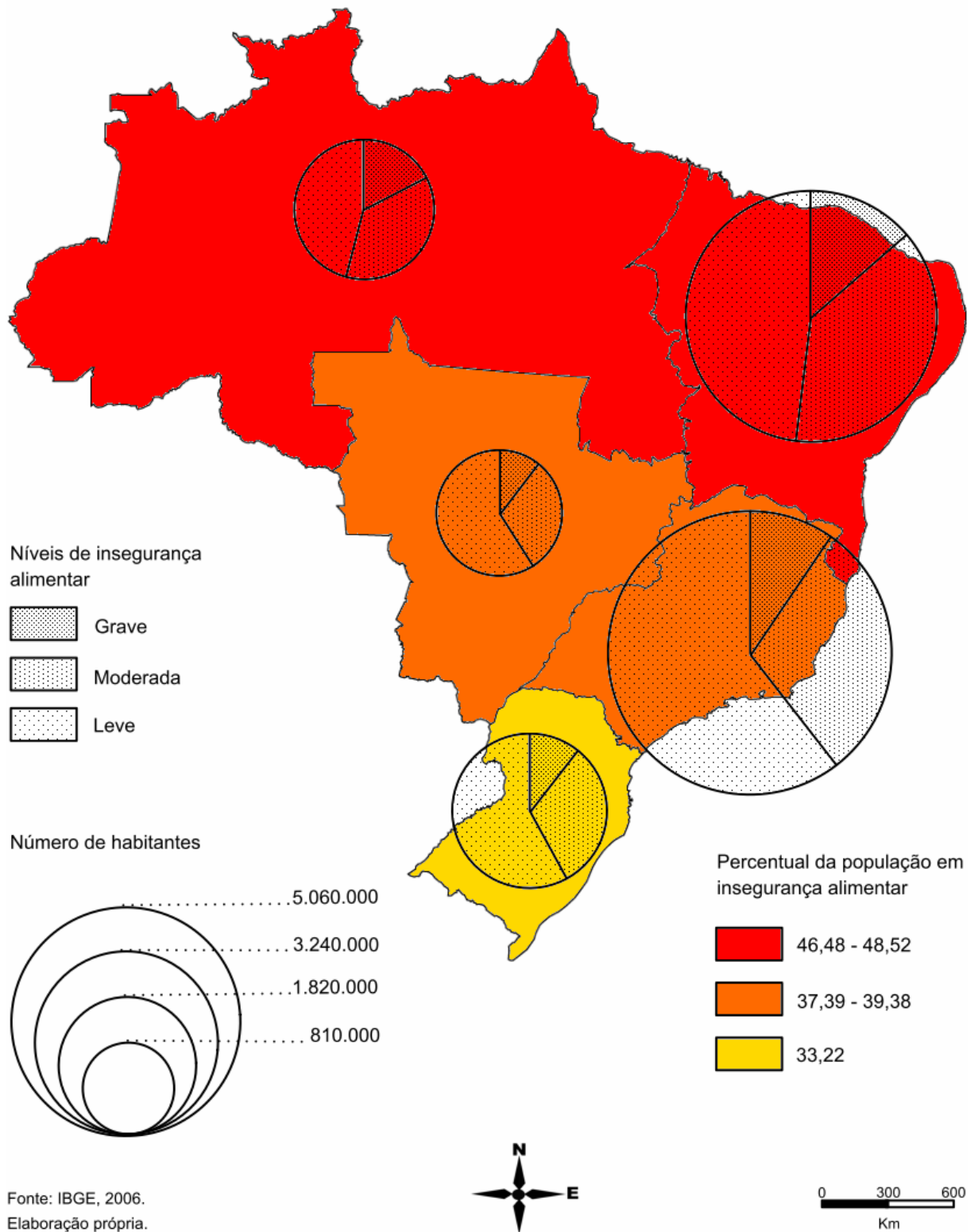
MAPA 10 – BRASIL: POPULAÇÃO EM INSEGURANÇA ALIMENTAR E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR, POR CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA (ATÉ 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO) – GRANDES REGIÕES – 2004



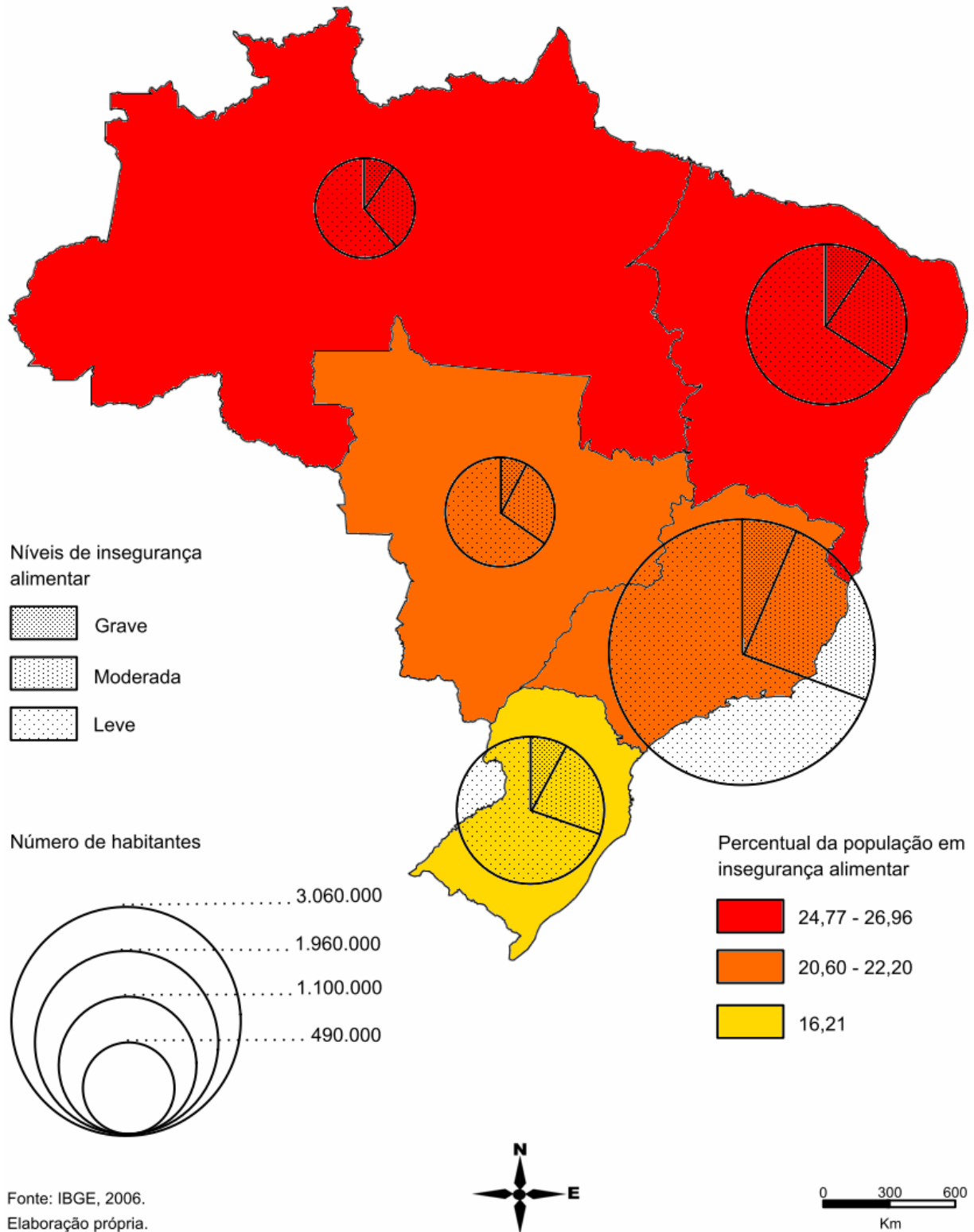
MAPA 11 – BRASIL: POPULAÇÃO EM INSEGURANÇA ALIMENTAR E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR, POR CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR *PER CAPITA* (MAIS DE 1/4 A 1/2 SALÁRIO MÍNIMO) – GRANDES REGIÕES – 2004



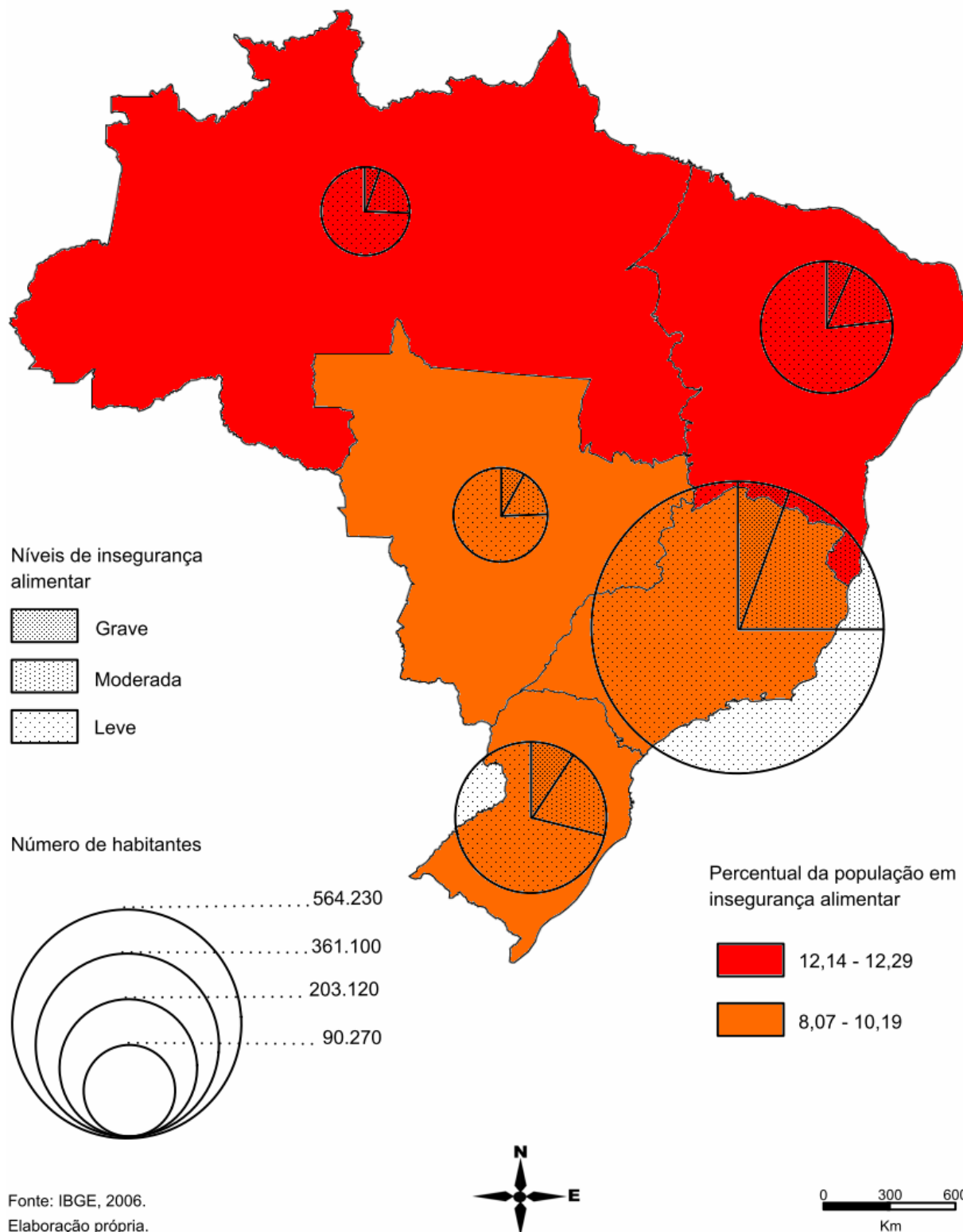
MAPA 12 – BRASIL: POPULAÇÃO EM INSEGURANÇA ALIMENTAR E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR, POR CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA (MAIS DE 1/2 A 1 SALÁRIO MÍNIMO) – GRANDES REGIÕES – 2004



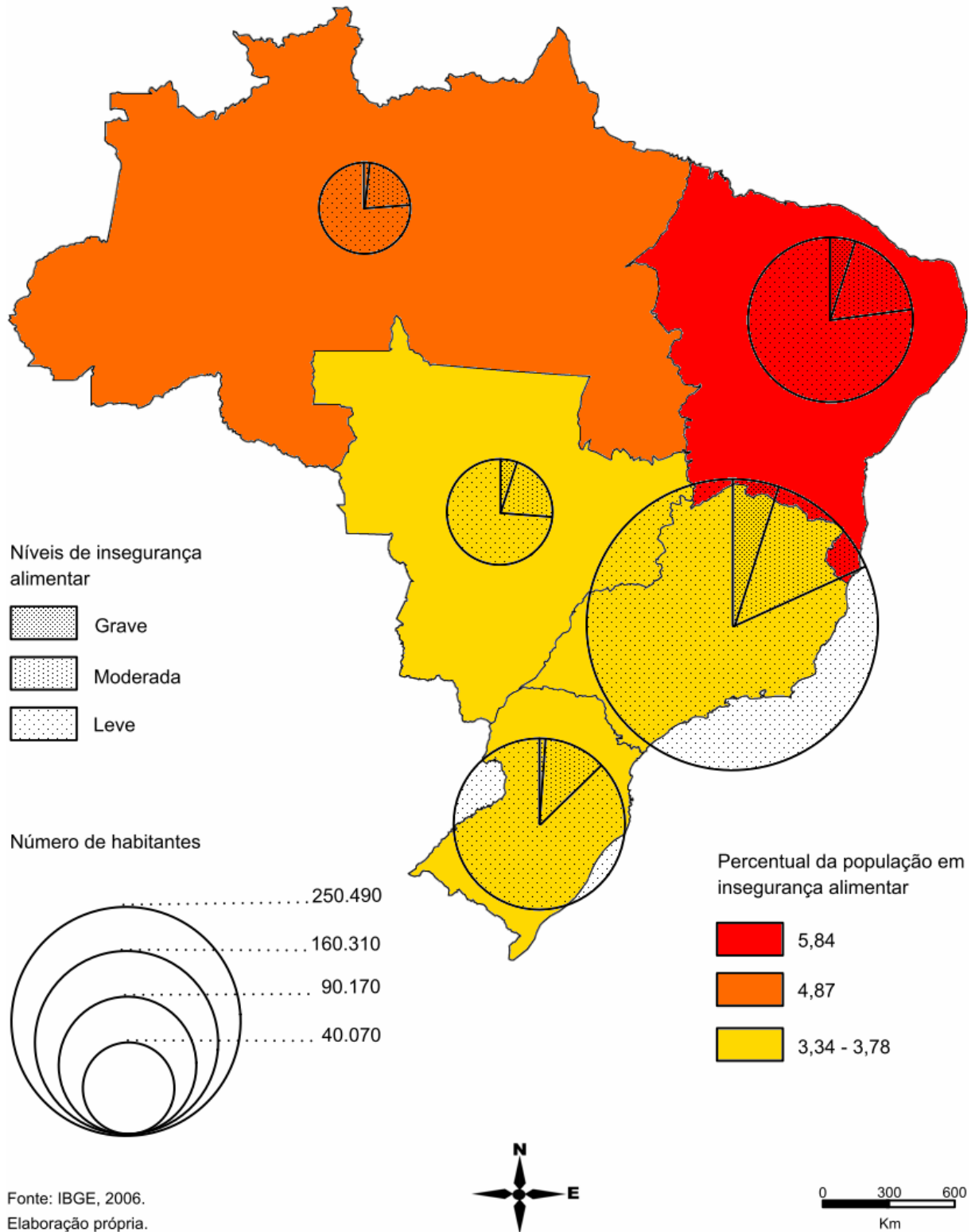
MAPA 13 – BRASIL: POPULAÇÃO EM INSEGURANÇA ALIMENTAR E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR, POR CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR *PER CAPITA* (MAIS DE 1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS) – GRANDES REGIÕES – 2004



MAPA 14 – BRASIL: POPULAÇÃO EM INSEGURANÇA ALIMENTAR E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR, POR CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA (MAIS DE 2 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS) – GRANDES REGIÕES – 2004



MAPA 15 – BRASIL: POPULAÇÃO EM INSEGURANÇA ALIMENTAR E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR, POR CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA (MAIS DE 3 SALÁRIOS MÍNIMOS) – GRANDES REGIÕES – 2004



A população residente em domicílios com rendimento domiciliar *per capita* de 1/4 a 1/2 salário mínimo está representada no mapa 11. Nesta faixa de rendimento também persiste, na grande maioria, a IA. Na Região Sul, menor índice entre as Grandes Regiões, 57,73% da população está em IA, o maior percentual está na Região Norte, 70,72%. Uma questão que chama atenção em relação ao mapa 11, trata-se de uma certa uniformidade em relação a alguns dados, o que inclusive, resultou em apenas duas classes na legenda do percentual de população em IA. Das três Regiões ao Sul, apenas 2,25% é a amplitude dos dados de IA, já entre as duas Grandes Regiões ao Norte, que possuem poucos mais de 10% de IA em relação as três primeiras, 0,93% é a diferença da porcentagem da população em IA. Quanto aos níveis de IA, nesta faixa de renda, a Região Norte, que possui o maior percentual de IA, apresenta também o maior índice de IAG, 24,93%. As demais Regiões apresentam um valor pouco menor e, ao mesmo tempo, não tão distante, pois a Região Nordeste, que segue ao Norte, apresenta 20,94% em IAG, enquanto o Sudeste, que é o menor índice, tem 15,10%. Esta proximidade nos valores dos níveis de IA pode ser observada no mapa 11, onde nas três Grandes Regiões ao Sul observa-se ângulos bastante próximos e, nas duas Grandes Regiões ao Norte, que apresentam uma maior diferença no percentual de IAG, possuem uma diferença em IAM que acaba resultando em um ângulo muito próximo no que se refere a IAL.

A população residente com renda de mais de 1/2 a 1 salário mínimo, representada pelo mapa 12, é o primeiro segmento de renda onde mais da metade da população está em SA. Nesta faixa de renda, no geral do Brasil, 40,62% é o percentual de IA, entretanto, entre as Grandes Regiões, varia de 33,22% no Sul, a 48,52% no Nordeste. Já as Regiões Sudeste e Centro-Oeste ficam com 37,39% e 39,38%, respectivamente, ao passo que a Região Norte apresenta 46,48%. Assim, pode-se perceber uma diferença entre o Sul em relação ao Sudeste e Centro-Oeste e destes para o Norte e Nordeste. No que se refere aos níveis de IA, como pode ser observado pelos ângulos das circunferências do mapa 12, há uma considerável homogeneidade dos dados. Em IAG, nesta faixa de renda, a Região Norte com 17,41% tem o maior percentual, enquanto no Sudeste, menor percentual entre as Grandes Regiões, esta em IAG 9,44%. Quanto a IAM, a Região Nordeste apresenta o maior valor, 38,35%, sendo que o menor é de 30,04%, na Região Sudeste.

O mapa 13 representa o percentual de insegurança alimentar e os níveis de insegurança alimentar da população residente em domicílios com renda *per capita* de mais de 1 a 2 salários mínimos. Da população desta faixa de renda, 21,47% da população brasileira, 21,01% está em IA. De forma bastante semelhante ao mapa 12, o mapa 13 também apresenta uma menor parcela de população em IA no Sul quando comparado ao Sudeste e ao Centro-Oeste, que por sua vez ficam em uma faixa intermediária ao Norte e Nordeste, respectivamente. Assim, no Sul 16,21%, no Sudeste 20,60%, no Centro-Oeste 22,20%, no Norte 24,77% e Nordeste 26,96%, são os valores de IA nas Grandes Regiões. O mapa 13, em comparação ao mapa 12, apresenta uma diminuição média de 19,61% de população em IA, já quanto a amplitude da IA nas Grandes Regiões, se no mapa 12 era de 15,30%, no mapa 13 é de 10,75%. Quanto aos níveis de IA, neste caso, pode-se perceber que com o aumento da renda vai ocorrendo uma homogeneidade dos dados, ou seja, a amplitude do nível de IA vai se tornando cada vez menor, no caso do mapa 13, é de 3,80%. A Região Sul que, nesta faixa de renda, apresenta o menor percentual de IA, em IAG acaba ficando atrás do Sudeste e do Centro-Oeste, o mesmo ocorre entre as duas Grandes Regiões ao norte, o Nordeste, quando comparado com o Norte, apresenta um maior percentual de IA, no entanto, um maior em IAG.

A população com renda *per capita* de mais de 2 a 3 salários mínimos está representada no mapa 14. Em 2004, no Brasil, nesta situação viviam 7,60% da população total, é a menor parcela de população das seis faixas de renda pesquisadas pela PNAD. O mapa 14 apresenta apenas duas classes na legenda do percentual de população em IA, uma classe para as três Grandes Regiões ao Sul e outra para as duas ao Norte, com isso parece existir uma tendência de que o aumento da renda leva a uma diminuição da amplitude dos valores. Neste segmento de renda, a Região Sul possui 8,07% de população em IA, menor percentual do Brasil, enquanto a Região Norte com 12,29% apresenta o maior valor. Quanto aos níveis de IA, é interessante observar que o Sul e o Centro-Oeste são as duas Grandes Regiões que apresentam as maiores populações em IAG, 9,23% e 7,87%, respectivamente, e mesmo somando as populações em IAG e em IAM da Região Sul, continua a maior parcela dentre as Grandes Regiões, o que no mapa pode ser percebido pela formação de um maior ângulo para estes níveis de IA.

O mapa 15 representa a população residente em domicílios com renda *per capita* superior a 3 salários mínimos. Em 2004, segundo a PNAD, 10,55% da

população brasileira estava nesta faixa de renda. Desta população 4,02% estava em IA, sendo que deste total apenas 4,04% estava em IAG. Sobre a IA nas Grandes Regiões, apesar dos números serem, aparentemente, bastante próximos⁷¹, a legenda de IA está dividida em três classes. Em termos de números relativos, o menor valor está na Região Centro-Oeste, 3,34%. A Região Sul com 3,71% e a Região Sudeste com 3,78% compõem a primeira classe, na segunda está o Norte com 4,87% e, por fim, a terceira classe é a que corresponde ao Nordeste com 5,84%. Quanto aos níveis de IA, como pode se observar no mapa, em IAG, as Grandes Regiões Sul e Norte são as que apresentam os menores valores, ficando abaixo de 2%. Quando somadas IAG e IAM, as Grandes Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste apresentam valores próximos entre elas e, consideravelmente, superiores às Grandes Regiões Sul e Sudeste, que também aproximam-se entre elas, como mostra a disposição dos ângulos do mapa 15.

Analisando os últimos seis mapas, percebe-se que o aumento da renda leva a menores índices de IA, entretanto, apesar de em alguns casos gerar uma certa homogeneidade nos dados, observa-se que não é apenas a renda elemento fornecedor de SA, pois se assim fosse, não haveria, inclusive, um distanciamento das proporções dos dados no que se refere às faixas de renda mais altas.

⁷¹ É interessante observar que de uma para outra faixa de renda, existe uma grande diminuição dos valores de IA. Assim, o valor que separa uma classe da outra vai diminuindo, no entanto, não significa que esta diminuição dos valores absolutos significa uma diminuição da distância entre as classes, antes pelo contrário, pode acabar aumentando. Por exemplo, no mapa 10, 71,86% e 87,68% são, respectivamente, o menor e o maior valor de IA por Grandes Regiões. Enquanto no mapa 15, 3,34% e 5,84% correspondem ao menor e ao maior valor. A distância que separa os valores, nos primeiro caso, é de 15,82%, já no segundo é de 2,50%. Entretanto, no primeiro caso, o maior valor é 1,22 vezes o menor, enquanto no segundo caso é 1,74 vezes, ou seja, em proporção, a distância entre os valores, no segundo caso, é maior que no primeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como síntese do estudo proposto, os quinze mapas permitem afirmar que uma porção ao norte do Brasil (as Regiões Norte e Nordeste) possui um maior percentual de população em IA, ambas ultrapassando os 50%. Se, em termos relativos, nestas duas Regiões estão as piores situações – partindo do princípio de que mais importante que os números relativos são os números absolutos, porque estas são de fato as pessoas em IA, o que pode ser visto pelas proporções dos círculos sobrepostos às cores – em termos absolutos, a Região Sudeste possui um grande contingente populacional em IA, aproximando-se do Nordeste, Região que apresenta os maiores números do Brasil. No entanto, há de se ressaltar que, em relação aos níveis de IA, estas duas Regiões possuem diferenças consideráveis, enquanto no Nordeste, 24,33% e 40,15%, respectivamente, estão em IAG e IAM, no Sudeste são 13,37% e 30,87%.

Disto resulta que, em relação ao proposto por Josué em 1946, existem aspectos que permanecem fazendo sentido, pois onde frisou serem áreas de fome endêmica e epidêmica, ou seja, onde estavam as piores situações alimentares da *Geografia da fome*, na PNAD SA permanecem sendo, em termos geográficos, a localização dos maiores índices de IA e dos maiores níveis de IA. Acrescenta-se a isso o fato de que, quando Castro, na *Geografia da fome*, afirmou que no Brasil existiam duas áreas de fome (Nordeste Açucareiro e Norte), o autor fez esta designação a partir da consideração de que mais de 50% da população apresentava “nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição” (Castro, 2006, p. 35). Chegando a PNAD 2004 verifica-se, resguardadas as distinções entre a definição de fome de Josué, da de IA do IBGE e a delimitação regional administrativa, que existem, no Brasil, duas Grandes Regiões com mais da metade da população em IA.

No lapso de 58 anos entre a *Geografia da fome* e a PNAD SA, como não seja difícil de imaginar, ocorreram modificações que levaram a duas conjunturas distintas, entretanto, ambas regidas, majoritariamente, por interesses de mercado. A primeira, saindo da Segunda Guerra Mundial, prestes ao início do chamado mundo bipolar, a segunda, de supremacia do capitalismo e, diga-se de passagem, próximo

ao meio do período que separa a *Geografia da fome* da PNAD SA, ou seja, a década de 1970, deu-se início a um amplo processo de reestruturação⁷². O que também distingue estes dois momentos é o considerável avanço do processo de internacionalização do modo de produção capitalista, possibilitado, entre outros fatores, pela dispersão global de um aparato técnico-científico-informacional (Santos, 2002; 2008), formando o que Santos (2005) diz se tratar de uma globalização econômica, que resulta, numa análise crítica, na “globalização do desemprego” (Mészáros, 2006, p. 27) e na “globalização da pobreza” (Chossudovski, 1999).

No Brasil, o que não é diferente no mundo, estas questões implicam na perpetuação do fenômeno da fome, não mais a fome das secas, como também já disse Josué, mas na fome resultada de um modo de produção. Assim, se por um lado, a questão do colonialismo, das guerras, das epidemias, tanto enfocadas por Josué, teve papel importante na configuração das condições denunciadas pelo autor, atualmente, pode-se dizer que estas parecem ter cada vez mais uma importância diminuída para explicar a ocorrência da fome, a começar porque no período atual “a fome deixa de ser fato isolado ou ocasional e passa a ser um dado generalizado e permanente” (Santos, 2008, p. 59). A fome continua sendo, e cada vez mais, um produto de criação humana, “um fenômeno social” (Castro, 2006, p. 32). Entretanto, contemporaneamente, não pode ser dissociada do modo de produção capitalista; da forma como a globalização do capital imprime vontades alheias ao local. Assim, algumas questões postas por Josué, tanto na *Geografia da fome*, como em outros textos, não são suficientes, frente à atual conjuntura, para minimizar as imposições da fome.

Josué viveu em um contexto onde se acreditava que o desenvolvimento proporcionaria a solução de uma série de problemas, dentre eles o da fome. Josué participou dos governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek e, através de alguns conceitos evolucionistas, tais como, saúde econômica, desenvolvimento anômalo, progresso social (Castro, 2006, pgs. 266, 269 e 292); crente no uso de técnicas para a expansão da produção; defensor de um “desenvolvimento econômico do tipo nacionalista” (2006, p. 269); entendia a fome como um problema

⁷² Segundo Harvey, nos anos 1970 ocorreram transformações no capitalismo. Nas palavras do autor, “modificações radicais em processo de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado etc.” (Harvey, 1998, p. 117), todas com vistas à “acelerar o tempo de giro do capital” (Harvey, 1998, p. 140) o que, conseqüentemente, lembrando o já citado Mészáros, expõe uma maioria esmagadora dos seres humanos do processo de trabalho e, por extensão, repercutem nas condições de alimentação.

de subdesenvolvimento, por sua vez o desenvolvimento era a via de superação da mesma.

Castro foi defensor do então chamado terceiro mundo⁷³ e, no Brasil, das causas, sobretudo, do Nordeste, do qual era profundo conhecedor; empenhou-se permanentemente na demonstração e denúncia da fome nesta Região buscando sempre desassociá-la da questão das secas, mostrando a convivência entre sertão e sertanejo como exemplo de um caso em que é possível uma convivência de cumplicidade entre homem e recursos naturais, onde o primeiro, em uma condição que para muitos seria desfavorável, encontra uma boa condição de alimentação.

Josué foi ferrenho defensor da reforma agrária⁷⁴, entretanto, mergulhado em ideais nacionalistas e desenvolvimentistas, acreditava que a superação do subdesenvolvimento, através de um “desenvolvimento econômico autêntico do tipo nacionalista” (Castro, 2006, p. 269) levaria ao fim da fome. Por isso, se por um lado, o autor foi tão feliz e original ao estudar com tamanha precisão as condições alimentares do Brasil, na *Geografia da fome*, e do mundo, na *Geopolítica da fome*, por outro, influenciado por um contexto, propôs soluções que para os dias atuais (e por que não para os seus?!) não passariam de ideal de um “humanismo pragmático” (Taranto, 1993, p.101). Josué defendia um desenvolvimento econômico social com atenuação de desníveis “através de uma melhor distribuição de riqueza e de mais justo critério de investimento entre as regiões” (Castro, 2006, p. 272); acreditava no potencial de aproveitamento dos recursos naturais que, aliados a pesquisas científicas (Castro, 1961, pgs. 465 e 466) e estratégias dos poderes públicos, no sentido de “condicionar o desenvolvimento e orientá-lo”, levaria a um “bem-estar social da coletividade” (Castro, 2006, p. 291 e 292).

Castro defendia o desenvolvimento de uma economia nacionalista assentada, sobretudo, na necessidade do aumento da produtividade, defendendo que sem isso “torna-se difícil obter-se as matérias-primas necessárias a uma indústria capaz de concorrer nos mercados mundiais e obter os meios de

⁷³ “É absurdo preconizar a interrupção do desenvolvimento econômico nos países do Terceiro Mundo, quando os povos destas regiões vêem nele a sua última esperança de sair do estado de miséria que os oprime” (Castro, 1984, p. 106).

⁷⁴ Em *Geografia da fome*, Josué afirma que a reforma agrária é uma “necessidade histórica” e a concebe como “um processo de revisão das relações jurídicas e econômicas, entre os que detêm a propriedade agrícola e os que trabalham nas atividades rurais. Traduz, pois, a reforma agrária uma aspiração de que se realizem, através de um estatuto legal, as necessárias limitações à exploração da propriedade agrária, de forma a tornar o seu rendimento mais elevado e principalmente mais bem distribuído em benefício de toda a coletividade rural” (Castro, 2006, p. 286).

subsistência para alimentar as massas trabalhadoras” (Castro, 2006, p. 281). Conforme George (1978) e contemporaneamente, não restam dúvidas de que a produção de alimentos não tem como objetivo alimentar ninguém, e sim, avolumar o capital de grandes empresas que controlam a produção de sementes, defensivos, passando pela industrialização, até a comercialização, fazendo uso de artifícios de estoques, junções de empresas⁷⁵ ou até, contraditoriamente, de um “desperdício”, para lucrar⁷⁶. Assim, no mundo, cada vez mais aumenta a produção de alimentos e, inversamente, mais pessoas passam fome.

Josué fez pertinente crítica à estrutura agrária brasileira, entendendo esta como um entrave a produção de alimentos e a ocupação do homem no campo. Por sua vez, afirma que o “minifúndio significa a exploração antieconômica da terra, a miséria crônica das culturas de subsistência que não dão para matar a fome da família” (Castro, 2006, p. 286). No pós Segunda Guerra Mundial, frente ao acelerado crescimento populacional, Josué criticou os neomalthusianos defendendo que a mais eficiente pílula para conter o crescimento populacional, era a melhoria das condições econômicas dos países subdesenvolvidos, pois acreditava em uma melhor distribuição, numa “reestruturação econômica e social a partir de princípios mais humanitários” (Castro, 1984, p. 58).

Como “estratégia do desenvolvimento” (Castro, 1984, p. 87) e, portanto, como superação da fome, Josué diz ser necessário que este corresponda a uma “nova concepção da economia do mundo”, a qual depende de motivações internacionais no sentido de “convencer os países de economia dominante de todo o interesse que têm de orientar os seus esforços para um plano de verdadeira solidariedade internacional” (Castro, 1984, p. 100). Desta forma, para a superação da fome, o autor não preconiza nenhuma saída revolucionária⁷⁷ ou de uso da

⁷⁵ Em maio de 2009, Perdigão e Sadia acertaram acordo de fusão, criando a Brasil Foods (BRF), que passou a ser a maior produtora e exportadora mundial de carnes processadas e terceira maior exportadora brasileira (atrás de Petrobrás e da Vale). Entende-se que este seja um exemplo de produção de alimentos que visa única e exclusivamente o mercado. Mais informações em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u568169.shtml>> acessado em 10 de jun. de 2009.

⁷⁶ “Hoje, as maiores fatias dos benefícios gerados pela produção e exportação de alimentos e produtos primários geralmente ficam nas mãos das grandes empresas transnacionais, cuja lógica obedece a princípios que nada têm haver com o bem estar social, a não ser no discurso” (Castillo, 2005, p. 307).

⁷⁷ “A radicalização dos conflitos e as lutas sociais são recusadas, enquanto estratégias para a superação da fome. O caminho revolucionário não está presente nas proposições do autor”, é o que sobre Josué, afirmou Magalhães (1997, p. 70).

violência⁷⁸, atribuindo papel central aos “países desenvolvidos”⁷⁹, para isso defende uma via, eminentemente, institucional e, o fato de ter sido presidente da FAO, ASCOFAM, CID e ter sido deputado, parece indicar isso. Como causas e para uma possível erradicação da fome, Castro faz poucas referências ao sistema capitalista e, salienta-se, quando faz não é no sentido de crítica, mas antes de reforma⁸⁰. Na luta contra a fome, o autor enfoca o papel das descobertas científicas (Castro, 1961, p. 466); uso de fertilizantes e sementes híbridas (p. 474); aproveitamento de recursos, como terras subpolares (p. 484), piscosos (p. 487) e utilização de alimentos sintéticos (p. 489); “uma melhor distribuição dos benefícios com que a terra costuma brindar o homem” (Castro, 1961, p. 466) e, por fim, afirma que “só ampliando o poder aquisitivo e a capacidade de consumo desses grupos marginais, poderá nossa civilização sobreviver e prosperar, dentro de sua atual estrutura econômica e social” (Castro, 1961, p. 467).

Em Estocolmo (1972), falando sobre subdesenvolvimento como causa primeira da poluição, o autor apresenta um novo posicionamento em relação a essa última questão. Josué afirmou que “é indiscutível que o tipo de desenvolvimento atual é um fracasso, mas é indiscutível também que se pode chegar a desenvolver o mundo com estruturas sócio-econômicas e instrumentos de produção diferentes dos que se usam agora”, na ocasião defende um “desenvolvimento pacífico mais igualitário e não poluidor” (Castro, 1984, p. 108). Diga-se de passagem, boa parte dos últimos escritos de Josué convergem para questões ambientais⁸¹. Aqui, Josué

⁷⁸ Galeano (2002, p. 15) cita Josué, quando afirmou: “Eu, que recebi um prêmio internacional da paz, penso que, infelizmente, não há outra solução que a violência para a América Latina”. Taranto (1993, p. 76), sobre a citação de Galeano, diz que a mesma não representa o pensamento de Josué. Em Castro, as soluções são pacíficas, o que parece ser coerente com a visão de católico humanista. Nunes (2003, p. 64) entende que “Josué não compactuava com mudanças através da força, por isso discordava das ‘soluções’ defendidas pela esquerda via revolução, ou pela direita, via ditadura”.

⁷⁹ Castro (1960, p. 63) comentando o trabalho na FAO frente a epidemias de fome, diz ter realizado “entrevistas com chefes de Estados, de vários países, entre eles, o Presidente Truman dos Estados Unidos da América, mas, apesar da evidência de que seria necessário criar uma reserva alimentar de crise num mundo em que coexistem, lado a lado, a fome e os excedentes alimentares – o projeto não recebeu até hoje o apoio suficiente das grandes potências para ser transformado em realidade”.

⁸⁰ Nunes (2003, p. 64) afirma que Josué acreditava que “dentro do sistema capitalista seria possível resolver os problemas que condicionavam a fome, ou seja, é possível reformar o capitalismo e a partir desta reestruturação política-econômica de suas estruturas superar a fome”. Entretanto, Nunes salienta que “no exílio começa a tomar outros contornos”.

⁸¹ Não se deve entender que antes o autor não tivesse preocupações ambientais: “A visão planetária e ecológica do mundo como um *organismo vivo e unitário*, com suas partes ligadas entre si, aparecia constantemente em *Geopolítica da fome*” (Campos, 1997, p. 169). No prefácio da primeira edição da *Geografia da fome*, Josué diz que com a mesma procura “realizar uma sondagem de natureza ecológica”, a concebendo como o “estudo das ações e reações dos seres vivos diante das influências do meio” (Castro, 2006, p. 16).

entende que a fome é o problema ambiental cabal e, de forma muito pertinente, expressa sua concepção de que fome e destruição ambiental são problemas que estão vinculados⁸², aos quais se associa também a guerra, assim entende a fome e a guerra como “formas de um desequilíbrio dinâmico do meio sócio-econômico” (Castro, 1984, p. 105). A esta altura, apesar de prevalecer uma dicotomia entre subdesenvolvimento e desenvolvimento⁸³, Josué fala em “economia de máximo lucro” e em “economia de mercado” (Castro, 1984, p. 104), ou seja, vincula fome à economia de mercado. Campos (1997, p. 181) afirma que para Josué o capitalismo gerou pobreza, mas acreditava numa revisão do mesmo: “o autor – Josué – não pregava o fim do capitalismo” (Campos, 1997, p. 178).

Talvez por isso, por crer nesta concepção e não apontar vínculos da fome com o modo de produção capitalista, Josué tenha tanto se empenhado em combater a fome atacando o subdesenvolvimento e não as estruturas que a produzem, assim, em certos aspectos, parece que Josué busca combater apenas as consequências e não o seu elemento gerador. O que entende-se que fica claro quando deixa a presidência da FAO e, em discurso, diz:

Decepcionado pelo que fizemos porque, a meu ver, não elaboramos até hoje uma política de alimentação realista que ponha em linha de conta, ao mesmo tempo, as desesperadas necessidades do mundo e nossos objetivos. Não fomos suficientemente ousados, não tivemos a coragem suficiente para encarar, de frente, o problema e buscar as suas soluções (CASTRO, 1960, p. 64).

Quanto a Josué, o que parece inegável, é a riqueza interdisciplinar de sua obra, vinculada ao esforço permanente de descrever, enumerar, inter-relacionar e, sobretudo, como atividade política, institucional e intelectual de dedicação em relação à fome. Josué, para além do que apontou Carvalho (2008), de que seja o

⁸² “É preciso considerar a degradação da economia dos países subdesenvolvidos como uma poluição do seu meio humano, causada pelos abusos econômicos das zonas de domínio da economia mundial; a fome, a miséria, os altos índices de frequência de enfermidades evitáveis com um mínimo de higiene, a curta duração média da vida, tudo isto é produto da ação destruidora da exploração do mundo segundo o modelo da economia de domínio” (Castro, 1984, p. 104).

⁸³ As concepções de Josué são indissociáveis desta dualidade, Josué “aderiu e compartilhou das interpretações e das sugestões da Cepal” (Taranto, 1993, p. 72). Crítica a estes foi realizada por Oliveira (2006, p. 34): “Ao enfatizar o aspecto da dependência – a conhecida relação centro-periferia –, os teóricos do ‘modo de produção subdesenvolvido’ quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil: toda a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas”. Por isso o autor conclui que “a teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia própria do chamado período populista”.

introdutor dos estudos da fome no Brasil, lançou-se ativamente contra a fome, presidiu e fundou instituições internacionais, realizou pesquisas tanto na área da saúde, quanto das ciências humanas e sociais, por isso faz jus ao que Taranto (1993, p. 101) sintetizou: “Josué propôs um novo credo: a luta à fome, em um espírito de universalidade, de supranacionalismo, de respeito da dignidade, de uso construtivo da ciência”.

Josué foi um político-intelectual que, se por um lado, como afirma Campos (1997, p. 149), em alguns aspectos e obras “não superava a visão tradicional”, por outro, tomava posições políticas e as defendia. Por isso, Nunes (2003, p. 63) diz que Josué diferencia-se das posturas defendidas pela grande maioria dos geógrafos contemporâneos que, influenciados por pressupostos positivistas, supostamente, faziam ciência com caráter de neutralidade.

Repetidamente, Josué afirma a fome como problema humano, como o problema mais intenso de toda a humanidade e, por isso, comum a todos os partidos políticos. Esta dissertação expressa uma vontade de entender o tema estudado em uma história de um porvir, de um mundo, como muito bem expressou Josué, sem fome. Para isso, entende-se ser necessário negar qualquer pretensa neutralidade, e lembra-se de Darcy Ribeiro, no prefácio de sua obra *O povo brasileiro*, quando afirmou: “não procure, aqui, análises isentas. Este é um livro que quer ser participante, que aspira a influir sobre as pessoas” (Ribeiro, 2006, p. 16).

Ciente destas peculiaridades e dificuldades, mas enquanto esforço de busca, pode-se se dizer que, em relação à fome, ao contrário de Josué, não compactua-se com a idéia de que a fome seja uma luta de todos, pois entende-se que a mesma seja consequência de práticas que, enquanto discurso, possui resultado oposto. Por isso, concorda-se com Santos, que sobre a pobreza na atualidade, disse que a mesma é

produzida politicamente pelas empresas e instituições globais. Estas, de um lado, pagam para criar soluções localizadas, parcializadas, segmentadas, como é o caso do Banco Mundial, que, em diferentes partes do mundo, financia programas de atenção aos pobres, querendo passar a impressão de se interessar pelos desvalidos, quando, estruturalmente, é o grande produtor da pobreza. Atacam-se, funcionalmente, manifestações da pobreza, enquanto estruturalmente se cria a pobreza ao nível do mundo (SANTOS, 2008, p. 73).

No Brasil, nos últimos anos, tem-se um campo fértil para discutir questões relacionadas ao combate da pobreza e, sobretudo, da fome. O Fome Zero foi um

dos principais pontos defendidos pelo governo que, inclusive, reelegeu-se e, por hora, está no seu sétimo ano de administração. Se a implantação do Programa ocorreu em 2003, a idealização remonta ao início dos anos 1990 com uma mobilização feita pelo Partido dos Trabalhadores em parceria com a Ação de Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida, que foi um movimento liderado por Herbert de Souza⁸⁴ (IC, 2001, p. 9). Sobre a Campanha da Cidadania Contra a Fome e a Miséria, Choussudovski (1999, p. 180) diz que a mesma desviou a atenção das causas da fome: “nenhuma ligação foi feita entre o ‘remédio econômico’ do FMI e a ocorrência da fome”, o que levou, segundo o autor, a proliferação de ONGs que “servia também ao propósito de controlar o desenvolvimento de movimentos sociais populares independentes”⁸⁵ (Choussudovski, p. 181).

No livro *Josué de Castro e o Brasil*, resultado da semana Josué de Castro em comemoração aos 55 anos da *Geografia da fome*, encontra-se um artigo de Belik; Silva; Takagi (2003)⁸⁶, parte do mesmo integra o texto do Projeto Fome Zero (IC, 2001). Os autores afirmam que a fome no Brasil diz respeito à falta de renda, o que é reflexo da desigualdade de renda, que agrava-se pelo desemprego e por um crescimento econômico insuficiente. Do ponto de vista dos mesmos, estes são problemas estruturais: “endógenos ao atual padrão de crescimento e, portanto, consequências inseparáveis do modelo econômico vigente” (Belik; Silva; Takagi,

⁸⁴ No Brasil, o início dos anos 1990 é marcado pelo impeachment do Presidente Collor e pela publicação do Mapa da fome do IPEA que apontou a existência de 32 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza. Esses fatos motivaram um “movimento pela ética na política”. Paralelamente ocorreram, sobretudo, no Rio de Janeiro, campanhas de arrecadação de alimentos com apresentações artísticas, caminhadas e passeios ciclísticos que obtiveram uma grande adesão de artistas e de meios de comunicação. Segundo Pessanha, a Ação da Cidadania incentivou a criação, em todo o país, de comitês de solidariedade organizados por sindicatos, universidades, igrejas, ONGs, chegando a um total de 3500 comitês. Entretanto, uma gradual redução da participação fez com que a “entidade acabou por atuar mais como uma organização privada que mobiliza recursos para ações sociais de cunho filantrópico” (Pessanha, 2002, p. 15).

⁸⁵ Crítica feita a certas ONGs, trata-se do documentário *Quanto vale ou é por quilo?* dirigido por Sérgio Bianchi, 2005. Tomando o Brasil como referência, através de um paralelo entre a vida no período da escravidão e na atualidade, aponta-se para semelhanças mercadológicas em ambas as épocas, de forma que na contemporaneidade, a pobreza de muitos tem se tornado um filão de mercado lucrativo. O diretor mostra como o marketing é fundamental na captação de recursos, o que dá um caráter mercadológico à assistência social, permitindo com que a hostilidade e precariedade da vida de muitos gere lucros para “bem intencionados” empreendedores da assistência social.

⁸⁶ Silva é José Francisco Graziano da Silva, professor da Unicamp, orientador de Belik, atualmente, também professor da Unicamp, orientador de Takagi. Juntos foram coordenadores técnicos do Projeto Fome Zero, que tinha como coordenadores gerais Luiz Inácio Lula da Silva e José Alberto de Camargo (IC, 2001). Em 2003, no início do Governo Lula, Graziano, que tinha trabalhado na FAO e no BNDES, foi Ministro do MESA, ministério que foi criado para articular todas as ações do Fome Zero e também para aplicar ações próprias.

2003, p. 28). No entendimento dos autores, “para romper esse ciclo perverso é preciso a intervenção do Estado com um autêntico programa keynesiano” (p. 28)⁸⁷.

Os autores defendem políticas que promovam melhorias na renda, barateamento da alimentação, maior oferta de alimentos, os quais favoreceriam um mercado interno e apresentam um esquema que chamam de “política integrada de combate à fome” (Belik; Silva; Takagi, 2003, p. 31). Esquemas parecidos com o que apresentam os autores estão presentes no texto do Fome Zero e em outros documentos que estão no próprio *site* do Projeto⁸⁸.

O Fome Zero, enquanto definição, “é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos”, assim, é entendido como uma estratégia de segurança alimentar e nutricional que busca a “inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome”⁸⁹. Sobre o caráter de continuísmo das políticas de combate a fome, os próprios autores são claros:

As propostas apresentadas representam, basicamente, uma compilação de iniciativas já implementadas ou em implementação no Brasil ou em outros países, que, se implementadas de forma conjunta, podem reduzir rapidamente a fome no país. O fundamental, a nosso ver, não é propor “novas” políticas, mas integrá-las, articulando os diversos níveis de governo (federal, estadual e municipal) com os segmentos organizados da sociedade civil para garantir sua implementação (BELIK; SILVA; TAKAGI, p. 30).

Em setembro e outubro de 2007, como forma de conhecer as repercussões do Bolsa Família⁹⁰ na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas, o IBASE entrevistou 5 mil titulares do programa. A conclusão foi de que, apesar do aumento declarado no consumo de alimentos, dos beneficiados pelo Programa, um total de 49.700.000 pessoas, 16,9% estão em SA, 28,3% em IAL, 34,1% em IAM e 20,7% em IAG. Estes dados, quando comparados aos da PNAD SA 2004, sobretudo em IAG e IAM, não apresentam grandes mudanças, lembrando: pela PNAD 13,9 milhões estavam em IAG e 25,6 milhões em IAM, enquanto pelo IBASE, são 11,5 e 18,3 milhões, respectivamente.

⁸⁷ Pinheiro (2006, p. 121), sobre o Fome Zero, aponta elementos que contrariam esta idéia: “A solidariedade é apresentada como instrumento eficaz no combate ao desemprego e ao problema da fome, numa explícita negação da função protetora do Estado”.

⁸⁸ <www.fomezero.gov.br>.

⁸⁹ Cf. <www.fomezero.gov.br> acessado em 24 de mar. de 2009.

⁹⁰ O Bolsa Família é uma das estratégias do Fome Zero que consiste em transferência direta de renda para famílias com renda de até 137 reais mensais por pessoa. Mais informações em <www.mds.gov.br/bolsafamilia/> acessado em 24 de mar. de 2009.

Se por um lado, é difícil (pra não dizer impossível) de ser contrário a tal “política integrada”, uma vez que imediatamente, busca aliviar a fome dos que tem fome, por outro, não pode deixar-se de dizer que a mesma, fatalmente, está associada a um modelo de sociedade que não leva à emancipação da fome, pois compreende-se que estas políticas não tocam o elemento gerador da fome⁹¹. Ao contrário disso, entende-se que tais políticas favorecem a expansão do capital e, assim, logo adiante, terão um efeito diametralmente oposto⁹².

Mauriel (2006) entende que para estudar políticas sociais no Brasil é impossível não levar em conta o Comunidade Solidária (Governo FHC), pois segundo a autora, este “apresentou-se como um nova forma de gestão de políticas sociais, cujo caráter inovador estaria em introduzir uma outra lógica administrativa em programas já existentes, subordinado-os aos objetivos articulados para o combate à pobreza” (Mauriel, 2006, p. 65). Para Mauriel o legado do Comunidade Solidária implicou um retroceder a políticas sociais focalistas, emergenciais e parciais de forma “ideologicamente reconfigurada, inspirada em inovações do pensamento liberal, para o qual a população pobre tem que dar conta de seus próprios problemas” (Mauriel, 2006, p. 66)⁹³. A partir de considerações de Lula e de Frei Betto, a autora entende que estes princípios foram transmitidos ao atual Governo, e a expressão máxima está no Fome Zero (Mauriel, 2006, p. 67)⁹⁴. De fato, nos documentos oficiais, no *site* da Presidência da República, em textos como de Betto (2003), Belik; Silva; Takagi (2003), no Projeto Fome Zero (IC, 2001), para citar alguns, é recorrente a necessidade da participação como um todo no sentido de “juntar esforços” contra a fome, além do papel central das prefeituras, que são responsáveis pelos cadastramentos na operacionalização do Projeto.

Pinheiro (2006), que propõe uma análise do Fome Zero e da Assistência Social do Governo Lula, diz que este gerou um consenso entre militantes de base,

⁹¹ Falando sobre o Fome Zero, Pinheiro (2006, p. 123) afirma: “Há, antes de tudo, uma atitude pouco vista até então, de conciliação da esquerda em relação às políticas de combate à pobreza em detrimento do combate a suas causas”.

⁹² Discutindo as funções da política social no capitalismo, Faleiros (1991, p. 55) lembrou Engels, que falando da questão da habitação, disse: “a mesma circunstância, que outrora determinara um certo bem-estar relativo entre os trabalhadores – a saber, a posse de seus instrumentos de produção – tornou-se para eles presentemente um entrave e uma calamidade”.

⁹³ Na apresentação do Fome Zero, Lula diz que a tarefa de erradicar a fome não é apenas do governo, mas que é vital engajar nessa luta a sociedade civil organizada, inclusive, entidades empresariais (IC, 2001, p. 5).

⁹⁴ Mauriel (2006, p. 67) ainda considera que “o Fome zero tem tido dificuldades de implementação, e os recursos executados até 2005 são ínfimos em relação ao potencial de captação divulgado pelo governo, resumindo-se, praticamente, ao Bolsa Família”.

intelectuais engajados, conservadores e liberais, o que levou a uma série de paradoxos, a começar pelo fato de que o Estado e a pobreza estão acima das classes, o que favorece uma “consciência coletiva transferindo força ao argumento econômico” (Pinheiro, 2006, p. 110). Sobre a questão da solidariedade, a autora diz que esta é funcional na ajuda aos necessitados, ao mesmo tempo que reduz custos por parte do Estado, entretanto, como consequência, produz um viés que não articula os fenômenos sociais com a realidade mais ampla, assim, finalidades universais são transformadas em mercadorias, não atingindo as causas estruturais, o que substitui o plano de um Estado radicalmente democrático por um desejo de ajuda. O que leva a autora concluir que:

Na medida em que a esquerda se une a outras forças políticas para aprovar o papel de mediação do Estado, ela própria transforma-se em um agente desta nova forma de ampliação do capital, imprimindo ao produto um selo de qualidade ambíguo: a mensagem é aliada aos princípios universais, mas os resultados resumem-se ao lucro (PINHEIRO, 2006, p. 125).

Defendendo o Fome Zero, Frei Betto⁹⁵ (2003, p. 166) diz: “O Fome Zero não é um programa assistencialista... É um programa de inserção social”. O Dominicano afirma que não se erradica fome “sem distribuição de renda, sem tocar nas estruturas” e, parafraseando Maquiavel, considera que no atual Governo “a economia é meio e o social é fim”⁹⁶ (Betto, 2003, p. 165).

Discorrendo sobre a implantação do Fome Zero no semi-árido, Betto diz que foi feito um cadastramento, quando as famílias com renda inferior a meio salário mínimo recebem um cartão, preferencialmente, a mulher, “porque esta administra melhor a economia doméstica”, de posse do cartão, dirige-se a Caixa Econômica e retira, mensalmente, 50 reais, e “adquire alimentos, evitando bebidas alcoólicas, fumo e refrigerantes” (Betto, 2003, p. 169). Depois disso, Betto cita o caso de Guaribas (PI), município piloto do Fome Zero, onde as famílias organizaram-se para conseguir melhores preços na compra de alimentos, sendo que como resultado desta organização, conseguiram, inclusive, melhores preços na venda do feijão, que passou de 22 reais a saca, ofertados pelos atravessadores, para 60 reais. Façanha atribuída a “um nível de consciência em apenas dois meses do Fome Zero” (Betto,

⁹⁵ A época, Assessor Especial do Presidente da República e Coordenador da Mobilização Social para o Programa Fome Zero.

⁹⁶ No que diz respeito aos “meios”, com os sucessivos superávits positivos, é comum ouvir dos próprios membros do Governo, que o mesmo “está cumprindo com seu dever de casa”, já, quanto aos “fins”, parece que ainda esperam a sua vez, pois os “meios” continuam demandando energia.

2003, p. 169). A partir destas considerações, em uma nuance que faz lembrar a parábola dos pães e dos peixes, afirmou o religioso:

Alguém pode dizer que 50 reais é muito pouco. É muito pouco considerando individualmente, mas se pensarmos que, num município como Guaribas, um dos cinco mais pobres do país, são 25 mil reais mensais em circulação, reativando a economia local, isso é uma *revolução* (BETTO, 2003, p. 169)⁹⁷.

Falando de fome e revolução, Susan George também os relaciona, entretanto, com um ponto de vista diferente do de Betto. Para George (1978), no mundo, existe um mercado da fome, de certa forma que alguns lucram com a fome de muitos, a ponto de que “a própria ajuda alimentar beneficia mais os ricos do que os pobres” (George, 1978, p. 17). Na concepção da autora, a fome pode levar a agitações, o que comprometeria a “ordem”, daí afirma que uma instituição como o Banco Mundial, se fosse possível, preferiria dar de comer ao povo, “porque dessa forma se adiantaria à revolução” (George, 1978, p. 17).

Segundo George a produção de alimentos na economia de mercado não visa matar fome, mas lucro. Agroindustriais e banqueiros querem manter-se no sistema, assim necessitam controlar todas as facetas, desde a produção até a prateleira do supermercado, a ponto de que “qualquer vira-lata rico ou um gato mimado é melhor cliente para a agroindústria do que um ser humano pobre” (George, 1978, p. 163). A autora entende a fome como resultado de um mercado, onde as empresas que atuam em escala mundial determinam o que, onde e em que quantidade será produzida e posta no mercado, levando parcela da população mundial à fome. Para George (1978, p. 150), “a agroindústria é capaz de destruir tudo o que toca: níveis de empregos locais, produção local de safras alimentares, os gostos dos consumidores e até as estruturas das aldeias e das famílias tradicionais”.

Exemplo próximo do que comenta George é apresentado por Chossudovski (1999) quando estuda as causas da fome na Somália. O autor comenta que este país possui uma economia agropecuária com criadores nômades e pequenos agricultores, entretanto, a partir dos anos 1970, passa a existir um setor de pecuária comercial e, nos anos 1980, intervenções do FMI e do Banco Mundial desestruturam a frágil estabilidade somali, quando carne e derivados de leite

⁹⁷ A esta altura, para frisar o uso um tanto duvidoso, o autor desta dissertação não resistiu à tentação de grifar a expressão “revolução” e dizer que, se com 25 mil reais se faz uma revolução, somados os salários dos mais de 600 deputados e senadores, que para cada um seria quase uma revolução por mês, ou seja, apenas com os salários dos deputados e senadores, teríamos mensalmente, mais de 500 “revoluções” no Brasil!

invadem o mercado africano. São produtos de baixa qualidade, subsidiados e vendidos pela metade do preço dos produtos domésticos, a partir disso, afirma Chossudovski (1999, p. 95): “a experiência da Somália mostra que a fome, no final do século XX, não é consequência da ‘escassez de alimentos’. Ao contrário, a fome resulta da superprodução de grãos básicos”, uma vez que os excedentes de produção são usados sistematicamente para desestabilizar a agricultura nacional dos países pobres. Assim, conclui que “a fome, na era da globalização, é fabricada pelo homem, resultante, não da escassez de alimentos, mas de uma estrutura de superprodução global que mina a segurança alimentar e destrói a agricultura nacional de grãos para consumo humano” (Chossudovski, 1999, p. 96).

Para Chossudovski, desde o início dos anos 1980, programas do FMI e do Banco Mundial têm levado centenas de milhões de pessoas ao empobrecimento. Nos que, o autor chama de países em desenvolvimento, “o poder de compra interno entrou em colapso, a fome eclodiu, hospitais e escolas foram fechados” (Chossudovski, 1999, p. 26). Estes mesmos programas também são aplicados nos países desenvolvidos e, apesar de menos cruéis que os impactos ao Sul e ao Leste, os fundamentos teóricos e ideológicos são os mesmos, assim, “as consequências são o desemprego, os baixos salários e a marginalização de amplos setores da população” (Chossudovski, 1999, p. 27), o que leva a baixos índices de consumo alimentar, implicando, por exemplo, nos EUA, a classificação de 30 milhões de pessoas como famintos (Chossudovski, 1999, p. 27). *Globalização da pobreza* é a denominação atribuída a um sistema de acumulação de riqueza que causa pobreza e destruição do meio ambiente, segundo Chossudovski, na atualidade, isso é resultado de reformas, sob comando do FMI e do Banco Mundial, aplicadas simultaneamente em centenas de países.

Com dados da FAO de 2006, Abramovay (2008) diz que a fome, no Brasil, não chega a 9% da população, daí considera que “a fome perdeu nos dias de hoje a natureza avassaladora que marcou sua presença na vida social do século XX” (Abramovay, 2008, p. 2706). A fome parece não ser tão explícita como outrora⁹⁸,

⁹⁸ Apesar da mídia evitar ligações dos fatos com as causas globais dos mesmos, o Brasil, contemporaneamente, não é mais o país das epidemias calamitosas da fome, onde os famintos comem rês morta por inanição a ponto de que “para os urubus não chegou um pedaço de tripa” (Teófilo, 1980, p. 80), entretanto, publica fatos de família que banqueteia-se no almoço de domingo com seio humano retirado de lixão e de mulher parindo em plena rua, num estilo que lembra um retorno a um grau bem animalesco, onde a mãe, com trapos, faz um espécie de ninho e, exausta, com as próprias mãos, segura o recém nascido ainda ensanguentado.

entretanto, atinge um número cada vez maior de pessoas. Como visto, no Brasil, em 2004 eram quase 40% em IA. Retomando Josué, a fome global não é o pior dos males, mas sim a fome parcial. O maior problema não está nos que não comem, o que de fato, cada vez mais parece ser um número menor, mas na grande maioria dos que comem todos os dias e não são saciados, pois não ingerem quantitativa e qualitativamente o suficiente. Para se ter uma idéia das proporções da fome na atualidade, ontem (19/06/2009), a FAO anunciou a quebra de um recorde histórico. 2009 ficará marcado como o ano em que, pela primeira vez na história da humanidade, o número de subnutridos no mundo atingiu a casa de bilhão, mais precisamente, são 1,02 bi (FAO, 2009)⁹⁹. Jacques Diouf, diretor geral da FAO, comentando o fato, considerou que os países pobres necessitam de ferramentas políticas e econômicas de desenvolvimento para impulsionar a produção agrícola; destacou a necessidade de investimentos na agricultura como chave para vencer a fome e a pobreza, pois como não poderia ser diferente, no seu entendimento, isso é pré-requisito para o crescimento econômico¹⁰⁰. Desde tempos idos, parece ser este o papel que a FAO tem prestado para combater a fome.

Chegado ao momento das últimas palavras, sente-se uma sensação um tanto incômoda, gerada pelo desejo de que queria dizer-se mais; de uma certa impotência por não conseguir registrar as idéias que por vezes parecem evaporar; da ânsia de expressar o que escapou, amalgama-se com uma impressão de alívio e satisfação, afinal de contas, por hora, foi o que se conseguiu alcançar e, mesmo com muitas inquietações que permanecem latentes, estas páginas reúnem algumas reflexões e, sobretudo, uma vontade de transformação do apresentado.

Recentemente, assistindo uma conferência, presenciou-se um comentário do tipo: “afinal, se algumas providências fossem tomadas, o conferencista ‘perderia’ seu objeto de estudo. Seu problema deixaria de fazer sentido”. Ao que seguiu, por parte da platéia, um silêncio, consentindo a perda da importância do pesquisador. Aqui, jamais se importaria com o fato de ter que buscar um novo objeto de estudo, de saber que o problema central fizesse parte apenas do passado, que faz parte de uma geografia de outrora, de algo que só pode ser contado, lido, mas não

⁹⁹ Em milhões são: 642 na Ásia e no Pacífico; 265 na África Subsaariana; 53 na América Latina e no Caribe; 42 no Oriente Médio e África do Norte e 15 nos países desenvolvidos.

¹⁰⁰ Cf. <<http://www.fao.org/news/story/es/item/20694/icode/>> acessado em 20 de jun. de 2009.

presenciado aos olhos. A este desejo, aliou-se a tentativa de, a partir de um olhar geográfico, contribuir com o que se produziu e produz em termos acadêmicos.

Partindo de reflexões sobre a definição e de sua presença no Brasil, percebe-se que a fome não é algo recente, é uma companhia não desejada que, contraditoriamente, tem-se feito presente e mesmo nos momentos tidos como de maior opulência, descarada ou sorrateiramente, assombra. Independente das condições de produção de alimentos e de outras riquezas, as questões alimentares, sistematicamente são postas em plano de menor importância. Com isso, impossibilitando manifestações, genuinamente, humanas, de certa forma que um exteriorizar-se histórica e geograficamente seja negado.

A partir disso, retomou-se Josué de Castro, incontestavelmente, a maior expressão tida até então sobre o tema. Apesar de que as preocupações de Josué extrapolam o território brasileiro, enquanto recorte, optou-se por estudar, de sobremodo, a *Geografia da fome*, que aqui atrevesse a dizer, o primeiro e, até então, maior trabalho empreendido sobre fome no/do país. Nesta releitura de Josué, buscou-se redizer da forma mais próxima possível o que o próprio autor expressou em 1946. Sobre a *Geografia da fome*, parece ser indiscutível a interdisciplinaridade da abordagem feita pelo autor; a grande gama de informações das mais variadas áreas do conhecimento que, aliadas a um permanente desejo de reversão das condições expressadas, convergem para um único ponto: a superação da fome. Isso faz com que a obra deva ser considerada como um dos clássicos da geografia do Brasil a ser revisitada por todos os geógrafos preocupados com questões metodológicas, humanas e, sobretudo, de empenho por mudanças sociais¹⁰¹.

No intuito de estudar a fome no Brasil, depois de retomar a contribuição de Josué, fez-se uso da pesquisa suplementar de SA da PNAD 2004. Recorreu-se a esta para apresentar e discutir os dados mais abrangentes e recentes que se têm então sobre a questão da fome no Brasil. Esta pesquisa é a única que, através de medida direta, por meio de amostra, representa a totalidade do território brasileiro. A PNAD SA apresenta dados sobre SA e IA, com cruzamento de informações e diferentes escalas de análises. Destes dados, aos pouco fez-se uma seleção que

¹⁰¹ Abramovay (2008), defendendo uma integração entre natureza e sociedade na luta contra a fome no século XXI, retoma a *Geografia da fome* e conclui que Josué “ajuda a enfrentar o mais importante desafio contemporâneo: como transformar os padrões de produção e consumo tornando-os compatíveis com preceitos básicos de ética e equidade e, sobretudo, com a urgência de uma nova relação entre sociedade e natureza” (Abramovay, 2008, p. 2708).

possibilitasse a representação dos mesmos, onde, majoritariamente, optou-se pela escala das Grandes Regiões. Depois dos dados selecionados, compilados em tabelas em números absolutos e relativos, lançou-se mão a uma das principais ferramentas de estudo da Geografia, a Cartografia.

Com a construção dos mapas, o que se pode perceber é a importância dos mesmos para a espacialização, o que atribui um caráter essencialmente geográfico. Além disso, destaca-se a importância da sobreposição das informações, uma vez que no caso dos dados estudados, dentre a população em IA, existiam peculiaridades no que diz respeito aos seus níveis. Nesta pesquisa, a cartografia temática foi o que possibilitou, por meio dos cinco temas, a construção das 15 representações. Com as mesmas, percebe-se que apesar de uma série de peculiaridades regionais, o Brasil das Grandes Regiões Nordeste e Norte, concentra as mais graves situações de insegurança alimentar, sobretudo, se considerada em números relativos. Entretanto, quando considerado em números absolutos, deve-se frisar que a Região Sudeste apresenta valores maiores do que aquela aparência reduzida dos números relativos, o que, de forma mais marcante ainda, em termos nacionais, acontece em relação aos segmentos de população rural e urbana, uma vez que os números relativos não representam, em termos individuais, as reais diferenças de SA e IA existentes quando os dados são segmentados desta forma.

Como tentativa de síntese provisória, afirma-se, ciente da complexidade do tema, que a fome na atualidade está atrelada a uma forma de organização social, onde alguns agentes com discursos e tentativas produzem uma realidade que contraria o proclamado e, por mais que se digam buscar superar a fome, na verdade, acabam perpetuando-a. Assim, as tentativas de combate à fome não atingem o elemento irradiador do problema, por isso, com iniciativas tímidas e esporádicas, até chegam a minimizar a situação, entretanto, jamais se aproximam de uma solução efetiva.

“*E agora, José?*”¹⁰² Agora, é apenas “*seu instante de febre*”, porque a festa não acabou, a luz não apagou e, de fato, José é duro, José quer marchar!

¹⁰² Alusão ao poema, *E agora, José?* de Carlos Drummond de Andrade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. A atualidade do método de Josué de Castro e a situação alimentar mundial. In: **Revista de economia e sociologia rural**. Vols. 3 e 4. Brasília: jul./dez. 1996.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Integrar sociedade e natureza na luta contra a fome no século XXI. In: **Cadernos de Saúde Pública**. Vol. 24, nº 11. Rio de Janeiro: nov. 2008.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é fome**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A atualidade do pensamento de Josué de Castro. In: ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. In: ANDRADE, Manuel Correia de et al. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- BETTO, Frei. O Programa Fome Zero. In: WERTHEIN, Jorge; NOLETO, Marlova Jovchelovitch (Org.). **Pobreza e desigualdade: Traçando caminhos para a inclusão social**. Brasília: UNESCO, 2003.
- CAMPOS, Rui Ribeiro de. **A geografia brasileira dentro e fora da sala de aula: uma ciência em construção**. Campinas: CCSA, 1997. (Dissertação de mestrado).
- CARVALHO, Antônio Alfredo Teles de. Josué de Castro: Um geógrafo de múltiplas contribuições revisitado em suas idéias. In: **GEOUSP**. nº 13, São Paulo, 2003.
- CARVALHO, Antônio Alfredo Teles de. **O pão nosso de cada dia nos daí hoje... Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos no Brasil**. São Paulo: FFLCH/USP, 2007. (Tese de doutorado).
- CASTILLO, Ricardo. Exportar alimentos é a saída para o Brasil? O caso do complexo soja. In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de (Org.). **Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo**. São Paulo: Globo, 2005.
- CASTRO, Josué de. **Documentários do nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1959.
- CASTRO, Josué de. **Ensaio de geografia humana**. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- CASTRO, Josué de. **Fome, tema proibido: Últimos escritos de Josué de Castro**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

CASTRO, Josué de. **O livro negro da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1960.

CHONCHOL, Jacques. A crise e a situação alimentar na América Latina. In: MINAYO, Maria de Souza (Org.). **Raízes da fome**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CHOSSUDOVSKEY, Michel. **A globalização da pobreza: Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.

DANTAS, Araújo. Ouvindo Josué de Castro. In: CASTRO, Josué. **Fome, tema proibido: Últimos escritos de Josué de Castro**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

FAO. **Les victimes de la faim plus nombreuses que jamais**. Roma: FAO, 2009. (Disponível em <www.fao.org> acessado em 20 de jun. de 2009).

FERNANDES, Bernardo Mançano; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Josué de Castro: Vida e obras**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 42 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GEORGE, Susan. **O mercado da fome**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GUIDI, Giovanni. **Estética da fome**. Disponível em: <www.overmundo.com.br>. Acessado em 25 de dez. de 2008.

HAMSUN, Knut. **Fome**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 7 ed. São Paulo: Loyola, 1998.

HIRAI, Wanda Griep; ANJOS, Flávio Sacco dos. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. In: **Textos & contextos**. n° 8, ano VI. Porto Alegre: dez. 2007. Disponível em: <www.revistaseletronicas.pucrs.br>. Acessado em 17 de jun. de 2008.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

IBASE. **Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas**. Rio de Janeiro: IBASE, 2008. (Disponível em <www.ibase.br> acessado em 22 de set. de 2008).

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Segurança Alimentar 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IC. **Projeto Fome Zero – Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil.** São Paulo: Instituto Cidadania, 2001. (Disponível em <www.icidadania.org.br> acessado em 10 de jan. de 2008).

LA BLACHE, Vidal de. **Princípios de Geografia Humana.** 2 ed. Lisboa: Cosmos, 1954. (vol I).

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** 8 ed. Campinas: Papyrus, 2004.

MAGALHÃES, Rosana. **Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINELLI, Marcello. **As representações gráficas da geografia: Os mapas temáticos.** São Paulo: FFLCH/USP, 1999. (Tese de livre docência).

MARTINELLI, Marcello. **Gráficos e mapas: Construa-os você mesmo.** São Paulo: Moderna, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach).** 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos-filosóficos (terceiro manuscrito). In: MARX, Karl. **Os pensadores.** São Paulo: Nova Cultural, 1989.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Combate à pobreza e (des)proteção social: Dilemas teóricos das “novas” políticas sociais. In: **Praia Vermelha: Estudos de política e teoria social.** N° 14 & 15. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: Um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. In: **Revista de Estudos Avançados.** Vol. 17, n° 48. São Paulo: mai./ago. 2003.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena história crítica.** 15 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica.** São Paulo: Contexto, 2006.

NOAL, Rosa Elena. **A cartografia ambiental da Bacia da Lagoa Mirim (RS): Uma reflexão metodológica acerca do emprego dos sistemas de informações geográficas.** São Paulo: FFLCH/USP, 2001. (Tese de doutorado).

NUNES, Jorge Luis Ramos. **Josué de Castro, o geógrafo da fome – Uma abordagem crítica da obra e sua relação com o contexto econômico e político do Brasil**. Porto Alegre: PPGEU/UFRGS, 2003. (Dissertação de mestrado).

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista – O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2006.

OLIVEIRA, Livia. **Estudo cognitivo do mapa**. São Paulo: IG/USP, 1978. (Série teses e monografias).

PESSANHA, Lavínia Davis Rangel. **A experiência brasileira em políticas públicas para a garantia do direito ao alimento**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências estatísticas, Departamento de Ensino e Pesquisa, 2002.

PINHEIRO, Lucí Faria. A esquerda e as políticas sociais emergenciais: Alternativas e paradoxos. In: **Praia Vermelha: Estudos de política e teoria social**. N° 14 & 15. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SALICHTCHEV, K. A. Algumas reflexões sobre o objeto e método da cartografia depois da sexta conferência cartográfica internacional. In: **Seleção de textos n° 18**. São Paulo: Associação dos geógrafos brasileiros – Seção São Paulo, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2002b.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. 17 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAWAYA, Ana Lydia et al. Os dois Brasis: quem são, onde estão e como vivem os pobres brasileiros. In: **Revista de Estudos Avançados**. Vol. 17, n° 48. São Paulo: mai/ago. 2003.

SILVEIRA, María Laura. Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil? Um panorama da riqueza e da pobreza brasileira. In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de (Org.). **Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo**. São Paulo: Globo, 2005.

SINGER, Paulo. Os efeitos da crise econômica sobre o estado de nutrição dos brasileiros. In: MINAYO, Maria de Souza (Org.). **Raízes da fome**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SOUZA, José Gilberto de; KATUTA, Ângela Massumi. **Geografia e conhecimentos cartográficos. A cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas**. São Paulo: UNESP, 2001.

TARANTO, Giuseppe Di. **Sociedade e subdesenvolvimento na obra de Josué de Castro**. Belém: CEJUP, 1993.

TEÓFILO, Rodolfo. **A seca de 1915**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. In: **Revista de Nutrição**. Vol. 18, nº 4. Campinas: jul./ago. 2005.

VERDUM, Ricardo. Mapa da fome entre os povos indígenas: uma contribuição à formulação de políticas de segurança alimentar no Brasil. In: **Sociedade em debate**. Vol. 9, nº 1. Pelotas: mar. de 2003.

ZILLES, Urbano. **Teoria do conhecimento**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

Lista de sítios na Internet

<www.acaodacidania.com.br>

<www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geousp>

<www.ibase.br>

<www.ibge.gov.br>

<www.icidadania.org.br>

<www.fao.org>

<www.fomezero.gov.br>

<www.josuedecastro.com.br>

<www.josuedecastro.org.br>

<www.mds.gov.br/bolsafamilia/>

<www.projetomemoria.art.br/josuedecastro>

<www.scielo.com.br>

<www.valoreconomico.com.br/valoronline>

<www2.fpa.org.br>

<www1.folha.uol.com.br>

APÊNDICES

APÊNDICE A – Tabelas com cálculos dos números relativos

Tabela 1 – Brasil: Percentual de população residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e nível de insegurança alimentar – Grandes Regiões – 2004

Situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar	População residente						
	Total	Com segurança alimentar	Situação de segurança alimentar existente no domicílio				Sem declaração
			Com insegurança alimentar				
			Total	Leve	Moderada	Grave	
Brasil	100,00	60,27	39,69	45,27	35,45	19,28	0,04
Norte	7,93	48,00	51,98	37,02	37,66	25,33	0,02
Nordeste	27,76	41,07	58,90	35,52	40,15	24,33	0,03
Sudeste	42,61	69,48	30,49	55,76	30,87	13,37	0,03
Sul	14,66	73,89	26,05	54,90	31,02	14,09	0,06
Centro-Oeste	7,04	65,67	34,22	53,75	31,58	14,67	0,11

Fonte: IBGE, 2006.

Organização própria.

Tabela 2 – Brasil: Percentual de população residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e nível de insegurança alimentar – Unidades da Federação – 2004

Situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar	População residente						
	Total	Situação de segurança alimentar					Sem declaração
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar				
			Total	Leve	Moderada	Grave	
Brasil	100,00	60,27	39,69	45,27	35,45	19,28	0,04
Rondônia	0,83	67,70	32,30	51,67	36,01	12,31	-
Acre	0,35	34,43	65,52	37,91	33,20	28,89	0,05
Amazonas	1,75	59,62	40,36	33,61	36,66	29,73	0,02
Roraima	0,21	26,17	73,83	30,22	46,43	23,36	-
Pará	3,77	40,58	59,39	34,50	39,47	26,03	0,03
Amapá	0,32	49,85	50,15	37,19	30,29	32,52	-
Tocantins	0,71	47,86	52,14	50,42	32,00	17,58	-
Maranhão	3,32	26,49	73,51	32,27	40,48	27,24	-
Piauí	1,64	31,77	68,23	43,70	38,82	17,48	0,00
Ceará	4,39	38,69	61,28	36,39	37,75	25,85	0,03
Rio Grande do Norte	1,63	35,26	64,74	32,48	43,78	23,74	0,00
Paraíba	1,96	41,01	58,96	30,59	39,16	30,25	0,03
Pernambuco	4,58	43,86	56,09	39,28	39,51	21,21	0,05
Alagoas	1,64	51,07	48,93	31,71	44,51	23,78	-
Sergipe	1,07	70,22	29,67	38,58	47,18	14,24	0,10
Bahia	7,53	44,16	55,79	34,97	40,23	24,79	0,05
Minas Gerais	10,46	64,15	35,82	54,69	31,49	13,81	0,03
Espírito Santo	1,85	67,78	32,22	56,76	30,14	13,10	-
Rio de Janeiro	8,37	68,17	31,77	54,14	33,66	12,20	0,06
São Paulo	21,94	72,66	27,31	57,04	29,32	13,64	0,03
Paraná	5,58	71,50	28,50	53,57	32,94	13,49	0,00
Santa Catarina	3,18	81,21	18,51	63,05	25,82	11,13	0,28
Rio Grande do Sul	5,90	72,21	27,79	53,26	31,02	15,72	0,00
Mato Grosso do Sul	1,23	70,59	29,41	49,51	30,85	19,64	0,00
Mato Grosso	1,52	63,43	36,51	58,57	29,32	12,12	0,06
Goiás	3,04	61,92	37,86	53,58	32,63	13,79	0,22
Distrito Federal	1,26	72,60	27,40	51,00	32,50	16,50	-

Fonte: IBGE, 2006.
Organização própria.

Tabela 5 – Brasil: Percentual de população residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar, segundo sexo – Grandes Regiões – 2004

Sexo	População residente						
	Total	Com segurança alimentar	Situação de segurança alimentar				Sem declaração
			Com insegurança alimentar				
			Total	Leve	Moderada	Grave	
Brasil	100,00	60,27	39,69	45,27	35,45	19,28	0,04
Homens	48,71	60,11	39,84	44,74	35,69	19,57	0,05
Mulheres	51,29	60,42	39,54	45,77	35,23	19,00	0,03
Norte	100,00	48,00	51,98	37,02	37,66	25,33	0,02
Homens	50,36	48,56	51,42	36,41	38,04	25,55	0,02
Mulheres	49,64	47,43	52,56	37,62	37,28	25,10	0,02
Nordeste	100,00	41,07	58,90	35,52	40,15	24,33	0,03
Homens	48,82	40,65	59,31	34,73	40,54	24,74	0,04
Mulheres	51,18	41,47	58,51	36,28	39,78	23,94	0,02
Sudeste	100,00	69,48	30,49	55,76	30,87	13,37	0,03
Homens	48,18	69,39	30,57	55,55	30,93	13,52	0,04
Mulheres	51,82	69,56	30,41	55,95	30,82	13,23	0,03
Sul	100,00	73,89	26,05	54,90	31,02	14,09	0,06
Homens	49,07	74,02	25,92	55,11	30,69	14,20	0,06
Mulheres	50,93	73,77	26,17	54,69	31,33	13,98	0,06
Centro-Oeste	100,00	65,67	34,22	53,75	31,58	14,67	0,11
Homens	48,84	65,66	34,21	53,64	31,79	14,57	0,12
Mulheres	51,16	65,67	34,23	53,85	31,38	14,77	0,09

Fonte: IBGE, 2006.

Organização própria.

Tabela 6 – Brasil: Percentual de população residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar, segundo situação do domicílio – Grandes Regiões – 2004

Situação do domicílio	População residente						
	Total	Situação de segurança alimentar existente no domicílio					Sem declaração
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar				
			Total	Leve	Moderada	Grave	
Brasil	100,00	60,27	39,69	45,27	35,45	19,28	0,04
Urbana	83,01	62,35	37,60	47,09	34,46	18,45	0,05
Rural	16,99	50,09	49,90	38,57	39,11	22,31	0,01
Norte	100,00	48,00	51,98	37,02	37,66	25,33	0,02
Urbana	73,52	50,28	49,69	38,35	36,05	25,60	0,03
Rural	26,48	41,65	58,35	33,85	41,46	24,69	0,00
Nordeste	100,00	41,07	58,90	35,52	40,15	24,33	0,03
Urbana	71,50	43,49	56,48	37,15	39,41	23,44	0,04
Rural	28,50	35,00	64,98	31,95	41,77	26,29	0,01
Sudeste	100,00	69,48	30,49	55,76	30,87	13,37	0,03
Urbana	92,06	69,91	30,05	55,66	30,70	13,64	0,03
Rural	7,94	64,44	35,52	56,67	32,59	10,74	0,04
Sul	100,00	73,89	26,05	54,90	31,02	14,09	0,06
Urbana	82,05	72,99	26,94	54,55	30,97	14,48	0,07
Rural	17,95	78,03	21,97	56,81	31,28	11,90	0,00
Centro-Oeste	100,00	65,67	34,22	53,75	31,58	14,67	0,11
Urbana	86,28	65,69	34,19	52,54	32,37	15,09	0,12
Rural	13,72	65,54	34,46	61,24	26,67	12,09	-

Fonte: IBGE, 2006.

Organização própria.

Tabela 7 – Brasil: Percentual de população residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar, segundo cor ou raça – Grandes Regiões – 2004

Cor ou raça	População residente						
	Total	Com segurança alimentar	Situação de segurança alimentar existente no domicílio				Sem declaração
			Com insegurança alimentar			Grave	
			Total	Leve	Moderada		
Brasil	100,00	60,27	39,69	45,27	35,45	19,28	0,04
Branca	51,41	71,86	28,10	53,13	32,45	14,42	0,03
Preta ou Parda	47,99	47,69	52,26	40,70	37,21	22,09	0,05
Outras	0,59	73,15	26,85	51,28	31,56	17,16	0,00
Sem declaração	0,01	73,08	26,92	37,82	36,41	25,77	0,00
Norte	100,00	48,00	51,98	37,02	37,66	25,33	0,02
Branca	24,01	61,65	38,35	41,97	37,04	20,99	0,00
Preta ou Parda	75,56	43,66	56,31	36,01	37,76	26,23	0,03
Outras	0,42	46,90	53,10	24,11	41,99	33,89	0,00
Sem declaração	0,02	38,19	61,81	35,11	64,89	0,00	0,00
Nordeste	100,00	41,07	58,90	35,52	40,15	24,33	0,03
Branca	29,74	51,02	48,95	40,70	39,41	19,89	0,03
Preta ou Parda	69,87	36,79	63,18	33,76	40,42	25,81	0,03
Outras	0,39	48,44	51,56	45,13	33,07	21,80	0,00
Sem declaração	0,00	59,64	40,36	0,00	100,00	0,00	0,00
Sudeste	100,00	69,48	30,49	55,76	30,87	13,37	0,03
Branca	61,20	76,55	23,43	60,07	28,79	11,14	0,02
Preta ou Parda	38,03	57,81	42,13	51,86	32,74	15,40	0,05
Outras	0,75	84,03	15,97	61,28	30,18	8,54	-
Sem declaração	0,01	83,01	16,99	40,28	-	59,72	-
Sul	100,00	73,89	26,05	54,90	31,02	14,09	0,06
Branca	82,83	77,07	22,88	57,61	29,66	12,72	0,05
Preta ou Parda	16,71	58,03	41,87	47,41	34,80	17,79	0,10
Outras	0,46	77,82	22,18	63,71	23,10	13,19	0,00
Sem declaração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Centro-Oeste	100,00	65,67	34,22	53,75	31,58	14,67	0,11
Branca	43,07	73,84	26,05	57,64	30,65	11,71	0,11
Preta ou Parda	56,13	59,35	40,54	51,77	32,09	16,14	0,11
Outras	0,80	68,55	31,45	58,43	27,52	14,05	0,00
Sem declaração	0,01	77,01	22,99	100,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: IBGE, 2006.

Organização própria.

Tabela 8 – Brasil: Percentual de população residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Grandes Regiões – 2004

Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	População residente						
	Total	Situação de segurança alimentar					
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar				Sem declaração
			Total	Leve	Moderada	Grave	
Brasil (1) (2)	100,00	60,19	39,76	45,24	35,47	19,29	0,04
Até 1/4 do salário mínimo (2)	11,23	16,55	83,36	25,21	40,47	34,33	0,09
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo (2)	19,16	34,99	64,96	41,46	39,28	19,26	0,05
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo (2)	26,66	59,33	40,62	54,80	33,49	11,71	0,05
Mais de 1 a 2 salários mínimos (2)	21,47	78,98	21,01	67,82	24,64	7,53	0,01
Mais de 2 a 3 salários mínimos (2)	7,60	90,34	9,64	74,54	18,99	6,47	0,01
Mais de 3 salários mínimos (2)	10,55	95,95	4,02	81,15	14,81	4,04	0,03
Sem rendimento (2) (3)	0,90	28,76	71,14	26,30	34,90	38,80	0,11
Sem declaração (2)	2,43	66,41	33,59	51,08	32,00	16,92	-
Norte	100,00	47,89	52,09	36,98	37,69	25,34	0,02
Até 1/4 do salário mínimo	15,09	12,25	87,68	19,66	40,93	39,41	0,07
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	26,90	29,25	70,72	36,47	38,60	24,93	0,03
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	29,22	53,52	46,48	45,93	36,66	17,41	-
Mais de 1 a 2 salários mínimos	16,23	75,23	24,77	61,20	28,62	10,18	-
Mais de 2 a 3 salários mínimos	4,80	87,71	12,29	74,44	20,24	5,32	-
Mais de 3 salários mínimos	5,63	95,13	4,87	76,19	22,09	1,72	-
Sem rendimento	0,86	24,00	76,00	15,78	40,68	43,53	-
Sem declaração	1,26	43,58	56,42	38,12	41,34	20,55	-
Nordeste	100,00	40,94	59,03	35,48	40,17	24,35	0,03
Até 1/4 do salário mínimo	24,70	14,00	85,94	22,39	41,83	35,78	0,06
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	28,91	30,19	69,79	36,41	42,65	20,94	0,02
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	24,86	51,45	48,52	48,07	38,35	13,58	0,04
Mais de 1 a 2 salários mínimos	11,11	73,03	26,96	65,83	24,77	9,40	0,01
Mais de 2 a 3 salários mínimos	3,07	87,86	12,14	76,85	16,63	6,52	-
Mais de 3 salários mínimos	4,43	94,16	5,84	77,11	17,99	4,90	-
Sem rendimento	0,89	20,70	79,00	22,84	38,05	39,11	0,30
Sem declaração	2,02	39,10	60,90	34,92	39,05	26,03	-
Sudeste	100,00	69,44	30,53	55,75	30,88	13,38	0,03
Até 1/4 do salário mínimo	4,85	22,53	77,33	32,87	37,31	29,81	0,14
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	13,91	40,00	59,98	48,76	36,14	15,10	0,02
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	26,96	62,56	37,39	60,52	30,04	9,44	0,05
Mais de 1 a 2 salários mínimos	25,96	79,39	20,60	69,33	24,30	6,38	0,02
Mais de 2 a 3 salários mínimos	9,79	90,55	9,45	74,98	19,56	5,46	-
Mais de 3 salários mínimos	13,90	96,17	3,78	81,78	13,36	4,86	0,04
Sem rendimento	1,01	33,28	66,67	28,50	32,32	39,18	0,05
Sem declaração	3,63	75,71	24,29	67,25	24,45	8,30	-
Sul	100,00	73,86	26,08	54,88	31,01	14,11	0,06
Até 1/4 do salário mínimo	4,85	28,14	71,86	35,97	38,97	25,06	-
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	12,30	42,20	57,73	47,26	35,10	17,64	0,07
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	26,09	66,66	33,22	57,94	31,55	10,51	0,13
Mais de 1 a 2 salários mínimos	29,43	83,76	16,21	69,69	22,51	7,80	0,02
Mais de 2 a 3 salários mínimos	11,45	91,87	8,07	71,10	19,67	9,23	0,06
Mais de 3 salários mínimos	14,13	96,24	3,71	87,29	11,56	1,15	0,05
Sem rendimento	0,55	36,28	63,72	30,56	30,10	39,34	-
Sem declaração	1,19	78,64	21,36	52,56	30,93	16,51	-
Centro-Oeste	100,00	65,54	34,35	53,73	31,59	14,68	0,11
Até 1/4 do salário mínimo	5,74	21,61	77,93	40,06	31,75	28,18	0,46
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	18,09	41,34	58,30	46,63	36,11	17,26	0,36
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	30,24	60,57	39,38	58,99	30,66	10,35	0,05
Mais de 1 a 2 salários mínimos	24,37	77,80	22,20	65,31	27,04	7,64	-
Mais de 2 a 3 salários mínimos	7,38	89,81	10,19	75,59	16,54	7,87	-
Mais de 3 salários mínimos	12,45	96,66	3,34	73,80	21,24	4,97	-
Sem rendimento	1,01	25,49	74,51	33,35	36,26	30,40	-
Sem declaração	0,72	86,97	13,03	67,75	23,68	8,57	-

(1) Exclusive os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (2) Exclusive as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (3) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Fonte: IBGE, 2006.
Organização própria.

ANEXOS

ANEXO A – Principais programas governamentais de alimentação e nutrição implementados no Brasil no período de 1940-2003 e suas principais características

PRINCIPAIS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO IMPLEMENTADOS NO BRASIL NO PERÍODO DE 1940-2003 E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS.

Programa ou agência	Vínculo institucional	Público-Alvo	Abrangência	Objetivos	Modalidade do benefício	Vigência
Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.	Trabalhador vinculado à Previdência Social.	Capitais e centros urbanos industriais	Assegurar condições favoráveis e higiênicas à alimentação dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões.	Restaurantes populares, postos de subsistência, educação nutricional, treinamento e formação de recursos humanos etc.	1940-1967
Comissão Nacional de Alimentação (CNA)	Ministério da Educação e Saúde.	Grupo materno infantil, escolar e trabalhador.	Todo território nacional	Estudar e propor normas da política nacional de alimentação; estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população brasileira; acompanhar e estimular as pesquisas relativas às questões e problemas de alimentação, entre outros.	Assistência alimentar e nutricional ao grupo materno infantil, escolares e trabalhadores.	1945-1972
Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN)	Ministério da Saúde (MS).	Gestante, nutriz, criança <6 anos, escolar de 7 a 14 anos, trabalhador de baixa renda, entre outros.	Todo território nacional	Assistir o governo na formulação da política nacional de alimentação e nutrição, inclusive quanto à educação nutricional; funcionar como órgão central das atividades de alimentação e nutrição, entre outros.	Suplementação alimentar e nutricional para Gestante, nutriz, crianças <6 anos, escolares de 7 a 14 anos, trabalhadores de baixa renda, entre outros.	1972-1997
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Ministério da Educação / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).	Pré-escolar e escolar de 7 a 14 anos de idade da rede pública e filantrópica de ensino fundamental.	Todo território nacional	Melhorar as condições nutricionais e a capacidade de aprendizagem e reduzir o índice de absenteísmo, repetência e evasão escolar; aumentar a resistência às doenças; contribuir para a melhoria dos hábitos alimentares.	Suplementação alimentar de 15% a 30% das necessidades nutricionais dos escolares por meio do fornecimento de pelo menos uma refeição diária no período de permanência na escola.	1954-atual
Programa de Nutrição em Saúde (PNS)	Ministério da Saúde INAN/Secretarias Estaduais de Saúde.	Gestante, nutriz, criança <5 anos com renda familiar até dois salários mínimos.	Todo território nacional	Contribuir para a redução das taxas de mortalidade e morbidade infantil, natimortalidade, mortalidade proporcional em <5 anos e de crianças nascidas com baixo peso; estimular e possibilitar o prolongamento do aleitamento materno, entre outros.	Distribuição gratuita de alimentos básicos: açúcar, arroz, farinha de mandioca, fubá de milho, leite em pó, entre outros.	1975-1985
Programa de Complementação Alimentar (PCA)	Ministério da Previdência e Assistência Social/Legião Brasileira de Assistência (LBA).	Gestante, nutriz, criança <2 anos renda familiar até dois salários mínimos.	Sul, Sudeste e Distrito Federal	Suprir direta e indiretamente as carências energéti-co-proteicas por meio de complementação alimentar; promover a melhoria das condições de vida, entre outros.	Distribuição de produtos industrializados formulados e leite em pó.	1976-1990
Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	Ministério do Trabalho / Departamento Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador.	Trabalhador de baixa renda com até cinco salários mínimos.	Todo território nacional	Proporcionar facilidades para a alimentação dos trabalhadores de baixa renda, visando a melhorar as condições de saúde do trabalhador; aumentar a produtividade no trabalho e reduzir os índices de absenteísmo e de acidentes de trabalho.	Fornecimento de grandes e pequenas refeições na empresa; cupons ou <i>tickets</i> para aquisição de refeições ou alimentos; distribuição de cestas básicas.	1976-atual
Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda (PROAB)	Ministério da Agricultura / COBAL Companhia Brasileira de Alimentos - MS / INAN.	População de baixa renda.	Capitais e centros urbanos do Nordeste	Contribuir para a melhoria do nível de consumo de alimentos básicos por parte da população de baixa renda, por meio da oferta de gêneros essenciais na dieta da população, a preços reduzidos, entre outros.	Comercialização subsidiada de alimentos básicos: arroz, feijão, açúcar, farinha de mandioca, leite em pó, charque, peixe salgado e seco, ovos, óleo, fubá e outros.	1979-1989

ANEXO A – (Continuação)

PRINCIPAIS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO IMPLEMENTADOS NO BRASIL NO PERÍODO DE 1940-2003 E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS.						
Programa ou agência	Vínculo institucional	Público-Alvo	Abrangência	Objetivos	Modalidade do benefício	Vigência
Programas de Combate às Carências Nutricionais Específicas	Ministério da Saúde INAN / Secretarias Estaduais de Saúde.	População em geral.	Todo território nacional	Combater as principais carências nutricionais específicas: Anemias nutricionais, Deficiência de Vitamina A (hipovitaminose A), Deficiência de Iodo (Bócio), entre outras.	Atividades de enriquecimento de alimentos; suplementação nutricional; distribuição de medicamentos entre outros.	1977-atual
Programa de Suplementação Alimentar (PSA)	Ministério da Saúde INAN / Secretarias Estaduais de Saúde.	Gestante, nutriz, criança <2 anos renda familiar até dois salários mínimos.	Todo território nacional	Semelhantes aos do PNS.	Distribuição gratuita de alimentos básicos.	1985-1993
Programa de Abastecimento Popular (PAP)	Ministério da Agricultura / COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos).	População de baixa renda (<seis salários mínimos).	Capitais e regiões metropolitanas com exceção do Nordeste	Semelhantes aos do PROAB.	Comercialização subsidiada de alimentos básicos: arroz, feijão, açúcar, farinha de mandioca, leite em pó, charque, peixe salgado e seco, ovos, óleo, fubá e outros.	1985-1988
Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes (PNLCC)	Secretaria do Planejamento (SEPLAN)/ Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC).	Criança <7 anos de idade com renda de até dois salários mínimos.	Todo território nacional	Fornecer leite à população infantil pobre até sete anos (pertencentes a famílias com renda de até dois salários mínimos).	Distribuição de cupons ou <i>tickets</i> para aquisição mensal de 30 litros de leite tipo "C".	1986-1991
Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA)	Ministério da Agricultura / CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento).	População em situações de emergência como seca, enchentes e de bolsões de pobreza.	Todo território nacional	Combate à fome, assistindo as populações em situações de emergência como seca, enchentes etc.	Distribuição gratuita de cestas básicas de alimentos.	1993-2000
Programa Leite é Saúde (Atendimento aos desnutridos e às gestantes em risco nutricional)	MS/INAN / Secretarias Estaduais de Saúde.	Gestante e criança <2 anos renda familiar até dois salários mínimos.	Todo território nacional	Atender aos desnutridos e às gestantes em risco nutricional entre outros.	Distribuição gratuita de leite em pó e óleo de soja.	1993-1997
Programa de Combate às Carências Nutricionais (PCCN)	MS / Secretaria de Políticas de Saúde/ Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição.	Gestante, nutriz, criança <2 anos renda familiar até dois salários mínimos.	Todo território nacional	Semelhantes aos do Leite é Saúde.	Distribuição gratuita de leite integral ou outro produto alimentar.	1998-2001
Programa Nacional de Renda Mínima (Bolsa Alimentação)	Ministério da Saúde / Secretaria de Políticas de Saúde / Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição.	Gestante, nutriz, criança menor de sete anos.	Todo território nacional	Promover condições de saúde e nutrição de gestantes, nutriz e crianças de seis meses a seis anos e onze meses de idade, em risco nutricional, pertencentes a famílias sem renda ou que possuam renda mensal de até R\$90,00 <i>per capita</i> , mediante a complementação da renda familiar para a melhoria da alimentação e o fomento à realização de ações básicas de saúde.	Saque com cartão magnético de R\$15,00 a R\$45,00 por mês, dependendo do número de beneficiários da família.	2001-2003
Programa Fome Zero	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA)/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.	46 milhões de brasileiros com renda menor que US\$1.00 <i>per capita</i> /dia.	Todo território nacional	Inclusão social por meio da universalização dos direitos da cidadania, a começar pelos direitos sociais básicos - acesso à alimentação, saúde, educação, previdência e proteção do emprego - visando à redução do déficit social do país.	Conjunto de ações envolvendo cinco áreas: segurança alimentar e nutricional, renda e cidadania, programas complementares estruturais, ações emergenciais e educação cidadã.	2003-atual

Fonte: Vasconcellos, 2005, pgs. 456 e 457.